



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO

ENTRE PORTAIS DO ESPETÁCULO E PORTAS DO
COTIDIANO SOBRE AS ÁGUAS DO GUAMÁ:
CARTOGRAFANDO PROCESSOS CONSTRUTIVOS DE
SUBJETIVAÇÃO NO JURUNAS, BELÉM-PA.

Salvador
2008

FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO

**ENTRE PORTAIS DO ESPETÁCULO E PORTAS DO
COTIDIANO SOBRE AS ÁGUAS DO GUAMÁ:
CARTOGRAFANDO PROCESSOS CONSTRUTIVOS DE
SUBJETIVAÇÃO NO JURUNAS, BELÉM-PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura em Urbanismo, área de concentração em Urbanismo, linha de pesquisa:
Processo Urbanos Contemporâneos

Orientadora: Prof. Dra. Paola Berenstein Jacques.

Salvador
2008

TERMO DE APROVAÇÃO

FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO

**ENTRE PORTAIS DO ESPETÁCULO E PORTAS DO
COTIDIANO SOBRE AS ÁGUAS DO GUAMÁ:
CARTOGRAFANDO PROCESSOS CONSTRUTIVOS DE
SUBJETIVAÇÃO NO JURUNAS, BELÉM-PA.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, pela
seguinte banca examinadora:

Paola Berenstein Jacques _____
Doutora em História da Arte e da Arquitetura, Université de Paris I (Panthéon-
Sorbonne)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Pasqualino Romano Magnavita _____
Doutor em Arquitetura, Università di Roma
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Ana Cláudia Duarte Cardoso _____
Doutora em Arquitetura, Oxford Brookes University/UK
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Salvador, 30 de Setembro de 2008

Dedicado ao Amor... por ser muito!

*Aos meus pais Suely e Jonas
e meus irmãos:
Luciana, Tiago e Gabriel,
pelo amor incondicional !*

À CAPES, pelo apoio financeiro;

À minha amada família: Jonas, Suely, Luciana, Tiago e Gabriel, pelo amor imensurável e por ajudarem-me a amadurecer;

Às minhas avós Maria Luíza Souza e Mary Cabral; e minha tia-avó, Elzineide Cabral, pelo carinho.

À orientadora Paola Berenstein, por auxiliar-me imensamente no processo de des-re-construção/criação de conhecimento;

Ao prof. Pasqualino Magnavita, pelos afetos, cuidado e atenção;

À prof.^a Ana Cláudia, por aceitar o convite de participar de mais uma etapa importante de minha vida;

À Família Oliveira: Seu Bené, Dona Cremilda, Manuzita, Saulo e Larissíssima; por terem me acolhido, pela eterna força, novos laços familiares criados e sempre cultivados com muito afeto!

Às minhas multi-irmãs baianas: Carolina Francischetto, Chiara Morais, Emanuelle Oliveira, Emídia Morais, Larissa Oliveira e Luciana Lemos, pela unidade!

Às queridas habitantes da casa Astro e aos ilustres moradores da casa Emaus.

A todos que compartilharam laços de amizade no PPGAU, seja na turma de 2006, seja em outras turmas. Em especial à Silvandira, pela torcida e “muitos galhos quebrados”!

Aos meus queridos amigos: Risaelma Arcanjo, por encher minha vida de música e agüentar-me por tanto tempo; Mariana Ribas, por preencher nossas vidas de boemia, risadas e agüentar-me; e Renan Távora, pela presença sutil e querida e por não se estressar em me agüentar.

Aos amigos Lauro, Juliano Pamplona Ximenes Ponte, Raul Ventura Neto e Eduardo Rocha Lima pelas contribuições preciosas e fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos moradores das vilas pesquisadas, por compartilharem o cotidiano e acrescentarem poesia; em especial às crianças errantes e à Dona Estrela.

À Moreno Baêta Neves Barbé, pela amizade incondicional e por me ensinar a dançar com as palavras.

“Inocência, é a criança, e esquecimento; um novo começo, um jogo, uma roda que gira por si mesma, um movimento inicial, um sagrado dizer ‘sim’.”

(Friedrich Nietzsche, Assim Falou Zaratustra)

Lista de Abreviaturas e Siglas

BID	Banco Internacional de Desenvolvimento.
CATA	Companhia Amazônia Têxtil de Aniagem.
CEF	Caixa Econômica Federal.
CEASA	Centrais de Abastecimento do Estado do Pará S.A.
CMI	Capitalismo Mundial Integrado.
COHAB/PA	Companhia de Habitação do Estado do Pará.
COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CREA-PA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Pará.
CsO	Corpo-sem-Órgãos.
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IPASEP	Instituto de Previdência e Assistência de Servidores do Estado do Pará.
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.
PPGAU	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEHAB	Secretaria de Habitação do Município.
SECTAM	Secretaria de Meio Ambiente.
UFBA	Universidade Federal da Bahia.
UFPA	Universidade Federal do Pará.

Abreviatura: FA – Flávia Araújo
RV- Raul Ventura

Capítulo II: O Espetáculo Ribeirinho

Fig 1 – Mapa do Núcleo Inicial de Belém (1905). Fonte: PARÁ, 1995.

Figura 2 – Diagrama esquemático de evolução do espaço urbano de Belém
Fonte: IPEA, 2006. (Relatório nº 2) apud TRINDADE JR, 1998.

Fig 3 – A próspera Belém da Belle Époque
Fonte: PARÁ, 1995.

Fig 4: Trecho da orla de Belém do início do século XX, na doca do Ver-o-Peso.
Fonte: PARÁ, 2005.

Fig 5: A rica Belém de Antônio Lemos. Imediações do centro comercial e portuário da cidade.
Fonte: PARÁ, 2005.

Fig 6: Estação das Docas. Ao fundo, companhia das Docas do Pará.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

Fig 7: Estação das Docas. Ao fundo, Mercado do Ver-o-Peso.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

Fig 8: Vista Panorâmica da Estação das Docas, às margens da Baía do Guajará. Observa-se ao fundo, Catedral da Sé no centro histórico e o Mercado do Ver-O-Peso.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

Fig 9: Estação das Docas. Bares e calçadão.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

Fig 10: Estação das Docas. Bares e calçadão.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

Fig 11: Vista Panorâmica do Parque Ecológico Mangal das Garças às margens do rio Guamá. Destaque para o Mirante e a vegetação constituída de aningais sobre o rio.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

Fig 12: Mangal das Garças. Borboletário e lago artificial. Ao fundo, vila de pescadores.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

Fig 13: Mangal das Garças. Orquidário e espelhos d'água. Ao fundo, à esquerda: vila de pescadores.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

Fig 14: Mirante do Mangal das Garças.

Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

Fig 15 e 16: Situação atual da Avenida Bernardo Sayão (Estrada Nova). Canais abertos e suscetíveis a transbordamento.

Fonte: arquivos Prefeitura de Belém.

Fig 17 e 18: Situação atual da Avenida Bernardo Sayão (Estrada Nova). Detalhes de bueiro unicelular e sistemas de comportas emergenciais.

Fonte: arquivos Prefeitura de Belém.

Fig 19: Identificação e localização dos canais, área de acumulação e comportas inseridos no projeto de macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova.

Fonte: arquivos Prefeitura de Belém.

Fig 20: Propostas da macrodrenagem para os canais da Bacia da Estrada Nova. Seções tipo.

Fonte: arquivos Prefeitura de Belém.

Fig 21: Orla do Projeto Portal da Amazônia. Módulos Vicinais.

Fonte: arquivos Prefeitura de Belém.

Fig 22: Orla do Projeto Portal da Amazônia. Primeira Etapa.

Fonte: arquivos prefeitura de Belém.

Fig 23: Orla do Projeto Portal da Amazônia. Segunda Etapa: Observa-se a faixa de terra significativa que será desapropriada para a realização do projeto.

Fonte: arquivos prefeitura de Belém.

Fig 24: Orla do Projeto Portal da Amazônia. Continuação da Segunda Etapa: Observa-se a faixa de terra significativa que será desapropriada para a realização do projeto.

Fig 25 e 26 (acima): Concepção Urbanística do Projeto Portal da Amazônia.

Fonte: arquivos prefeitura de Belém (2007).

Fig 27 e 28: Concepção do Projeto Portal da Amazônia.

Fonte: arquivos prefeitura de Belém.

Fig 29: Área do Canal do Jacaré, destinada para o remanejamento.

Fonte: arquivos da Prefeitura de Belém.

Fig 30: Área de reassentamento, onde será construído o conjunto habitacional Aloísio Chaves que abrigará 380 famílias.

Fonte: arquivos da Prefeitura de Belém.

Fig 31: Área de reassentamento, próxima ao campus 3 da UFPA. (detalhe hachurado).

Fonte: arquivos da Prefeitura de Belém.

Fig 32 e 33: Fachadas dos Blocos tipo A e B para o Conjunto Habitacional Aloísio Chaves.

Fonte: arquivos da prefeitura de Belém.

Capítulo III: Subjetividades das baixadas do Jurunas

Fig 34: Baixadas. Palafitas ao longo do Rio Guamá em Belém do Pará.

Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

Fig 35: Área de estudo desta pesquisa, vilas do Jurunas (delimitadas em vermelho), ao lado da fábrica CATA.

Fonte: Google Earth.

Fig 36: Mapa esquemático de hierarquia de ruas e localização das vilas principais.

Fonte: anotações de pesquisa de campo, 2007.

Fig 37 e 38 : Interior da casa de Dona Estrela: sala/quarto são o mesmo ambiente e banheiro ao lado da pia da cozinha. E entrada para o pavimento superior da casa.

Fonte: pesquisa de campo (2007). (FA)

Fig 39 e 40: Banquinhas de horti-fruti na Vila Passarinho e ponto de venda de açaí no horário de almoço (esquina da passagem Beira-mar com a Vila Santos.

Fonte: pesquisa de campo. (RV)

Fig 41 e 42: Cotidiano nas vilas: donas-de-casa banham seus filhos, máquinas de lavar e roupas se espalham pelas estivas.

Fonte: pesquisa de campo, 2007 (RV –FA).

Fig 43 : uma moradora da vila da Arena, assando o almoço que retirou das águas do Guamá.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 44 e 45: Cotidiano da tarde nas vilas do Jurunas.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 46, 47e 48: cenas do cotidiano das tardes nas vilas do Jurunas.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 49 e 50: : cenas do cotidiano das tardes nas vilas do Jurunas.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 51: a proximidade entre as casas engendram noções outras de privacidade.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 52 e 53: distâncias das janelas do quarto alugado pela autora para com as janela da casa em frente e ao lado respectivamente. Noções outras de privacidade.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 54, 55 (página anterior) e 56: roupas nos varais. Emaranhamento de relações de solidariedade/cumplicidade/confiança/sobrevivência

Fonte: pesquisa de campo. (FA) (RV)

Fig 57: Esquina entre a Passagem Beira-mar e a entrada da Vila Santos.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 58: (acima) Centro Comunitário/escola construído pelos moradores em parceria com políticos.

Fonte: pesquisa de campo (FA).

Fig 59: (abaixo) Cartazes de políticos dividem o mesmo espaço que a santa padroeira da cidade nas portas das casas no Jurunas.

Fonte: pesquisa de campo (FA).

Fig 60 e 61: Crianças brincando na arena.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 62: Freira italiana “ensinando as moradoras das vilas a pescar”. Ao fundo, os homens jogam o “tradicional” baralho de fim de tarde.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 63 : Altar montado na sala de estar de uma casa na vila Passarinho. Grande parte das habitações locais possuem alguma espécie de altar semelhante a este.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 64,65 e 66: crianças moradoras das estivas/vilas/baixadas do Jurunas.

Fonte: pesquisa de campo. (RV)

Fig 67 e 68 : crianças brincando nas estivas e na arena, entre as vilas os jogos acontecem o tempo todo.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 69 : o cotidiano das crianças nas estivas.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 70 e 71: códigos, subjetividades outras que escoam nas estivas.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 72: Seu Raimundo, proprietário de um dos diversos mercadinhos que vendem fiado à vizinhança.

Fonte: pesquisa de campo. (RV)

Fig 73: Sr. José Maria e sua esposa Dona Júlia, casal vive há mais de 60 anos no local.

Fonte: pesquisa de campo. (RV)

Fig 74 e 75: Sr. Benedito e os filhos no quintal de sua casa (abaixo): “Não quero trocar isso aqui nem que seja por uma mansão de alvenaria!”.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Fig 76: Fase atual das obras do Portal da Amazônia. Obras de aterramento avançam em direção às palafitas do Jurunas (ao fundo).

Fonte: arquivo Fernanda Melonio.

“A cidade é o antigo sonho humano do labirinto”; estas palavras de Walter Benjamin se atualizam ainda hoje nas complexidades e nos desdobramentos acerca das problemáticas inerentes à urbe: a construção de seus territórios, não só geográficos, mas aqueles imensuráveis, existenciais, que se produzem, se desfazem, se sobrepõem, se recriam e se reproduzem entre boulevares, estivas, arranha-céus, shopping-centers, palafitas e mercados de peixe... Dinâmica a qual conecta e emaranha todos estes elementos ao mesmo tempo, evidenciando que a cidade não pára e nem mesmo é uma só, e sim uma tessitura que vai sendo construída labirinticamente a partir dos cotidianos, das histórias de cada um de seus habitantes; é o resultado de constantes e inúmeras colagens de signos, códigos, fluxos, devires, desejos... Macro e micro-políticas que compõem o caleidoscópico panorama do homem-urbano. Diante desta constatação, e enquanto partícipes da urbe, faz-se necessário exercitar alternativas outras de compreensão de suas dinâmicas territoriais, neste sentido que o presente trabalho busca contribuir com novos olhares direcionados aos processos construtivos de subjetivação e de subjetividades que impulsionam os ritmos e as polifonias inerentes a cidade.

Para tal exercício, assumimos primordialmente as pontecialidades fornecidas pelas obras de Gilles Deleuze e Félix Guattari incididas na apreensão, seja por meio do corpo vibrátil –criando cartografias–, seja por meio de análises de discursos hegemônicos; das subjetividades que produzem e que são produzidas em Belém do Pará, mais especificamente àquelas ligadas aos moradores das áreas informais das baixadas do Jurunas e suas relações com a cidade formal.

Palavras-chave: **Processos de subjetivação- subjetividades- autopoiesis-hegemonia –Portal da Amazônia - baixadas**

"The city is the old human labyrinth dream"; These words of Walter Benjamin being actualize in ours days in the complexity and the unfoldings about of the problematics inherent of urban: the construction of yours territories, not only geographicals, but those immensurables, existentials, wich be product, be unmake, be undo, be superimpose, be recreate, between boulevards, stowage, skyscrapers, stilt and fish market... In a dynamical that connect and entangle all of those elements at one time, evidentialling wich the city don't stop and can't be unique, but is it created in a tessiture wich be going constructed labyrinthically of quotidians, of the history of yours habitants; it's the result of constants and innumerable pastings of signs, codes, fluxes, devir, wishes... Macro and micro-politics wich compose a kaleidoscopic panorama of the urban-men. From this elucidation, and while participants of the urbe, it's necessary other forms of comprehension of its territorials dynamics. In this perspective this present work research for a new directly view to the constructed process of the subjectivity and subjetivation that impels the rhythemics and the polyphonies inherent in the city.

For that exercise, we have assume primordially the potentialities provides by the works of Gilles Deleuze and Félix Guattari that fall upon the apprehension, wheter by the means of the vibrational body - raising cartographies-, wheter by hegemonistic discourse analysis; of the subjectivity that produce and being produced in Belém of Pará, more specifically those connected to the residents of the informal area of the Jurunas and theirs relations with the formal city.

Key-words: **Subjectivation processes - autopoiesis-subjectivities - hegemony – Portal da Amazônia – slope.**

Introdução: Desdobramentos do Capitalismo em Belém do Pará	1
Capítulo I: O que há sobre o Guamá? Navegando em subjetividades	10
1 1-.Capital-sociedade-fluxos-desejos-processos de subjetivação	11
1.2 - Subjetividades hegemônicas e subjetividades autopoieticas	15
1.3 - Redes de subjetividades sobre o rio Guamá	25
1.3.1 Cartografia: O corpo vibrátil entre as estivas e os espetáculos	30
Capítulo II: O Espetáculo Ribeirinho	33
2.1 -História/história: contexto, subjetividade e hegemonia.....	34
2.2 - Belém do Pará: Processo de ocupação e segregação territorial da cidade....	40
2.3 - A Periferia de Belém: invasões e baixadas	44
2.4 - Portais do Espetáculo	52
2.4.1. – A Retórica	52
2.4.2 – A Estação das Docas	58
2.4.3 – O Mangal das Garças	63
2.5 – O Espetáculo do Portal	67
2.5.1. – O Projeto Portal da Amazônia e Área da Estrada Nova.....	70
2.5.2 – Portal das Polêmicas	83
Capítulo III: Subjetividades das baixadas do Jurunas	91
3.1 – Baixadas do Jurunas: Contexto histórico	93
3.2 – Aprendendo a apreender as subjetividades do Jurunas: roteiro de pesquisa	105
3.3 – Vivendo entre vilas e estivas	107
3.3.1. – O Cotidiano	109
3.3.2. – Entre paraísos e infernos... ..	120
3.3.3. – Construindo Paraísos.....	126
3.3.4. – Devires-outros.....	131
Considerações Finais	141
Referências Bibliográficas.....	149



Foto: Raul Ventura

Introdução: Desdobramentos do capitalismo em Belém do Pará

Introdução: Desdobramentos do capitalismo em Belém do Pará

*Mas um ou outro, um momento,
Olhado bem, pode ver
Na sombra e seu movimento,
Qual no outro mundo é o intento
Do gesto que o faz viver.*

Fernando Pessoa

Em seus quase quatrocentos anos de formação, a cidade de Belém do Pará tem em suas histórias os mais diversos trânsitos existenciais, que sempre reuniram e imbricaram (como num amálgama inseparável) vidas inquantificáveis, quer seja por suas criações, suas mutações individuais, quer seja por suas experiências. *Eventos* que nunca serão passíveis de totalização Histórica.

Contudo, a impossibilidade de demarcar um numeral total desse movimento humano nos levou ao território das questões que ecoaram por todo este trabalho: o que torna possível os processos de subjetivação e de subjetividades na cidade? E como estes processos são construídos?

Estas questões, que fundamentalmente foram pensadas a partir da percepção dos violentos contrastes existentes entre os mais diversos seguimentos da sociedade belenense (em especial os planos de classes sociais, que se desdobram em linhas políticas, morais, educativas, territoriais, urbanas, etc.), nos situam em uma problemática já há muito discutida e tematizada – direta ou indiretamente – nas mais diversas áreas de produção do conhecimento: tanto no âmbito acadêmico, pela cantiga popular que vibra a dor do sofrimento e miséria das metrópoles; quanto nos mais diversos eixos políticos ou mesmo na contínua instabilidade dos vendedores que diariamente se concentram no “Ver-O-Peso” em meio aos odores incômodos de lama, lixo, ervas, perfumes, peixes, frutas... buscando atrair atenção entre os passantes, indiferentes, com seus gritos errantes ansiosos por boas vendas; temos em questão o dilaceramento da vida dado à necessidade de subsistência do atual sistema econômico, o Capitalismo. Sistema que ao longo de sua formação e transmutação possibilitou,

genericamente, entre tantos fatores, o desenvolvimento tecnológico, a industrialização, modos subjetivos completamente inovadores, bem como saltos qualitativos de vida, de economia, de relações afetivas. Exercícios completamente outros ao que a História da humanidade provou desde a sua formação.

Entretanto, o mesmo sistema capitalista, em sua violência primal no contexto mundial, é também o que move e contagia todas as escalas da vida, por ser uma mega-indústria da serialização do ser por: produção de vendas; monitoramento de desejos; manufatura de guerras – as quais nunca foram tão destrutivas em intervalos de tempo tão curtos –; riquezas conquistadas na medida em que são exploradas todas as energias humanas e robóticas para produzir mais mercadorias e mais fluxos de consumo; sistema autofágico que se consome produzindo e produz-se consumindo. Problema este de grave emergência e impossível de se desviar, pois basta consumir, basta ser enfeitiçado pela mercadoria, que já se encarna a questão ou esta problemática, assim como é inevitável perceber que os níveis de pobreza, violência e doenças nos últimos dois séculos, não tenderam a diminuir, mas, ao contrário, agravaram-se, dado a máquina disciplinar, semiótica, etc., o que manifesta de forma brutal o altíssimo nível de alienação, de desânimo, de coisificação e de falta de perspectivas futuras frutíferas como o momento em que vivemos atualmente, uma vez que nunca se informou tanto para tanto massificar, lobotomia global, medidas higienistas incididas no comportamento dos indivíduos e na constituição das cidades. Esta ainda é uma perspectiva muito ampla, mas necessária, pois como os diversos processos de subjetivações vigentes e dizimados se emaranham pela radicalidade do funcionamento desta economia, faz-se necessário situar suas dimensões e seus modos de efetivação. Assim, esta contextualização é também um dispositivo de localização entre a sensibilização existencial e política, presentes em todas as folhas desta dissertação e realiza um agenciamento subjetivo entre a visão da autora e os possíveis leitores que poderão, ou não, concordar com tal perspectiva.

Ao nos situarmos na cidade de Belém, seria impossível dissociarmos as características de uma sociedade a serviço do capital, imersas no

panorama anteriormente apresentado, pois remanescente de um país que integra tal economia produtora de contrastes, gerou historicamente intervenções das mais absurdas às mais criativas, oriundas de processos construtivos de subjetivação, sejam estes de caráter hegemônico ou autopoietico, os quais são engendrados simultaneamente nos mais diversos âmbitos político-sociais (nas macros e micros relações) da população belenense.

Neste sentido, não se trata de impor aqui outra história diante da História produzida por agenciamentos de enunciação de caráter dominante, mas sim, de complementar e multifurcar o olhar diante do quadro que nos é apresentado, desdobrar (infinitamente) as histórias construídas artesanalmente, sobretudo por aqueles alheios à História formatada, aqueles que produzem o cotidiano, tanto os vendedores do Ver-O-Peso, os habitantes das baixadas, quanto e, paradoxalmente, os representantes do poder público.

No caso deste trabalho, empenhamo-nos a investigar experiências de subjetividades possíveis entre diversos grupos e classes sociais, onde a partir de suas múltiplas dinâmicas micro-políticas, dos *quantas* existenciais, iremos desbravar as formações subjetivas enquanto movimento de desdobramento entre tantas dimensões possíveis em uma vida, quer seja ela tipicamente hegemônica, quer seja ela marginalmente ribeirinha. Recusamos, assim, reduzir os fluxos subjetivos por noções predominantes tipológicas de regimes dualistas, frutos das práticas subjetivas da máquina capitalística.

Neste contexto, objetivamos, ainda, criar uma cartografia dos trânsitos subjetivos vivenciados, produzidos, armados/armazenados na densa e infinita vida humana, a partir de uma breve análise histórica da formação territorial de Belém, conjuntamente com a pesquisa mais atual das intervenções urbanas nas regiões ribeirinhas da cidade, das quais tomamos como objeto de estudo as comunidades das baixadas que se estabeleceram, ao longo de quase setenta anos, no bairro do Jurunas, nas proximidades das margens do rio Guamá.

Estes indivíduos urbano-ribeirinhos que, por grande tempo foram, em muitos aspectos, ignorados pelo Aparelho de Estado, compartimentados como parte de um recente cenário de antigo contexto (quase meio século!): o jogo de poder. Trata-se dos conflitos gerados pela disputa dos terrenos localizados às margens do rio, (pelas quais se concentram as palafitas – as baixadas), tornando-se alvo para a realização dos atuais projetos espetaculares que idealizam uma “área de orla” para a cidade, a partir de diversas intervenções de requalificação, revitalização, reurbanização, etc., elaborados de maneira a atrair investimentos privados para o cenário turístico da região. Processos, em que o poder de decisão e mesmo de elaboração por parte da população, em particular, daquela informal, é quase nulo.

Em contrapartida à passividade da cidade espetacular e de suas subjetividades dominantes, manifestamos aqui a importância do pensamento crítico e do exercício de reflexão por parte do arquiteto e urbanista, direcionados às produções projetuais que engendram novos modelos e propostas urbanas profundamente concatenadas com paradigmas estratificados e enraizados, tanto no âmbito acadêmico como nos escritórios públicos e privados, os quais alienados pelo axioma da cidade como mercadoria, reproduzem, desta forma, projetos que não levam em consideração impactos sócio-ambientais que não sejam correspondentes aos objetivos empresariais. Tencionamos com esta pesquisa, instigar o pensamento participacionista, que consiste numa idéia oposta àquela da espetacularização, da modernização das cidades e do urbanismo enquanto disciplina e instrumento de controle do tecido urbano. Buscamos incentivar novos meios de apropriação da urbe, estimular a não-passividade dos indivíduos, inclusive em todos os campos da vida social, de forma a impulsionar a “paixão”¹ pela cidade, produzir poesia, subjetividades autopoieticas, devires-outros, constantes criações.

No cerne desta abordagem, buscaremos analisar as problemáticas e os processos de subjetivações inerentes ao Projeto Portal da Amazônia – desenvolvidos e defendidos pela prefeitura de Belém , seguindo os ditames

¹ No sentido trabalhado por Foucault, Deleuze e Guattari.

de espetacularização da cidade – e ao cotidiano dos habitantes das vilas ribeirinhas do Jurunas, que ocupam um trecho no qual o referido projeto [Portal da Amazônia] será executado, de forma a efetuar mudanças radicais de caráter dizimador e higienista com relação às palafitas e seus habitantes, a fim de ceder tal área para investimentos que “melhor aproveitem os recursos naturais” ali existentes.

Neste sentido, objetivamos tecer uma malha que articula a história da baixada do Jurunas, os novos fluxos que a atravessam, contaminações por outras narrativas, dentre outras linhas, de maneira a tentar nos desterritorializar coletivamente da postura de análise fundamentada somente em sua materialidade, tão comum aos projetos arquitetônicos, mas de frágil aparência dos fluxos capturados pelo plano-vetorial, como se a baixada começasse e terminasse ali (seguimentos de vias, áreas habitacionais, regiões de comércio, ou talvez, em muitos casos, territórios decodificados e re-codificados por zoneamento e borrões), sem investigar como se dão suas tensões narrativas, onde se narra e se deixa narrar – linha das vozes, dos gritos, dos apelos, dos convites, dos interditos, dos cânticos, dos ruídos, etc.

Consideramos aqui que as vozes das baixadas sobre si próprias são um instrumento que oferece, para quem não habita ou desconhece a “cidade informal”, a oportunidade de desvencilhar-se de quaisquer idéias preconcebidas a seu respeito, numa tentativa de executar alguns procedimentos característicos do modo de pensar de Deleuze e de Guattari: o roubo, a colagem e a linha de fuga.

Exercitamos, portanto, o descodificar, desarranjar e embaralhar as variações de códigos então enraizadas em nossos territórios existenciais e passamos a experimentar-apreender por meio do próprio corpo, a cartografia das intensidades, fluidificações, *poiésis*² e reproduções inerentes às polifonias das baixadas do Jurunas.

² Palavra originalmente grega, que está relacionada diretamente ao ato de criar, de fabricar, de confeccionar uma obra poética, uma poesia. Na perspectiva pela qual pensamos, sentido próximo aos das construções conceituais de Deleuze (1992) e Guattari (1992), realizar uma poética está contida dentro de uma experimentação técnica, onde o executor, intumescido por suas mais diversas potências criativas/criadoras as atualizam em seu devir-vida, em seus arranjos existenciais, para compor vida como obra-de-arte.

Permitimo-nos, assim, um exercício de liberdade no processo de composição do próprio pensar, inclusive aquilo que já foi refletido, repensado, analisado, re-analisado, ratificado, e até mitificado, onde concordar ou discordar de um outro alguém não é o fundamental, visto que demos importância de escolher livremente acompanhar esse alguém, reconhecendo sua importância, ou seja, fluindo pelo processo, de forma a poder dizer sim, dizer não ou dizer talvez e, desta maneira, convidar outros a caminharem, a aceitar um convite e até a dizer adeus; pois acreditamos que somente rompendo com as cristalizações e exercitando a liberdade de pensar é que se atualiza o desejo de quem busca conhecer.

Em outras palavras, Deleuze alega: *o que há de interessante, mesmo numa pessoa, são as linhas que a compõem, ou que ela compõe, que ela toma emprestado ou que ela cria* (DELEUZE: 1992, 47). Porém, ressaltamos que este exercício de pensar não se trata de uma ação linear, imutável, rígida e formatada e sim, é flexível, possui liberdade, como nos esclarecem Deleuze e Guattari: *é seguir a linha de fuga do voo da bruxa...* (DELEUZE; GUATTARI: 1997c, 59).

No procedimento de escutar/vivenciar/apreender/cartografar as baixadas, de identificar e de colocar em relevo suas subjetividades, de evidenciar toda a potência de sociabilidade que emerge nas entrelinhas das narrativas dos habitantes das baixadas, intentamos evitar o empobrecimento tão recorrente das formulações fechadas, típicas em diagnósticos realizados pelas instituições rígidas em tais áreas.

Para isto, foi de fundamental importância a decisão da autora em habitar na baixada do Jurunas durante o período de aproximadamente um mês e, neste sentido, esclarecemos que esta conduta metodológica utilizada para tal investigação possui caráter experimental, devido à apreensão dos processos construtivos de subjetivação ser uma atividade que, por si mesma, possui uma complexidade não “tecnocratizável”, ou seja, que não permite quantificar ou mesmo qualificar de modo imparcial e essencializado.

Além disso, os procedimentos que objetivam mensurar e prover “dados estatísticos” restringiriam a proposta de cartografia na qual intentamos trabalhar, ainda mais partindo do pressuposto de que cada lugar possui

especificidades únicas que o difere dos demais, sendo cada baixada diferente uma da outra. Assim, elaborar informações quantificáveis tornar-se-ia uma ação, no mínimo, homogeneizante e limitadora.

Para fins metodológicos, este trabalho foi dividido em três capítulos que abordam, respectivamente: os conceitos e problematizações que fundamentam esta pesquisa, principalmente aqueles presentes nas obras deleuzo-guattarianas, as subjetividades hegemônicas que se destacam na “Belém formal” e particularmente nas intervenções sofridas na cidade, conduzidas pelo Aparelho de Estado e pelo capital privado, e posteriormente tratamos das informalidades que se pulverizam no meio urbano e são pulverizadas por ele, ou seja, dos processos de individuação ou subjetivação, autopoieticos, produzidos nas baixadas. Por fim, buscamos destacar as questões que nos apresentaram de maneira mais relevante em meio à experiência de roubar, colar e embaralhar os códigos, as subjetividades existentes nos fluxos que correm nas margens e no próprio Guamá.

No Capítulo I, *O que há sobre o Guamá? Navegando em Subjetividades*, como dito anteriormente, procuramos destacar os principais conceitos utilizados para este trabalho, as dinâmicas inerentes às sociedades capitalistas e como estas se refletem na cidade, além de apresentar as problematizações acerca dos processos construtivos de subjetivação em Belém.

O Espetáculo Ribeirinho, título do Capítulo II, destaca a necessidade de fazer uma análise do discurso ou análise discursiva nas enunciações reproduzidas pelos agenciamentos dominantes, os quais formatam uma História em detrimento de outras histórias ou histórias-outras, ressaltando o que há em jogo nestas duas perspectivas, uma luta de forças que, paradoxalmente, divergem e convergem entre si. Alegamos, desta forma, o processo de ocupação territorial de Belém e os fluxos de relações sociais estabelecidas pelos conflitos existentes no jogo de poder entre os interesses da cidade espetacular, dando ênfase ao Projeto Portal da Amazônia e às principais questões sócio-espaciais e ambientais que o envolvem, confrontando-o sucintamente com os interesses da cidade do banal, refletida

de modo particular pelo cotidiano construído pelos moradores das vilas e estivas sobre as águas do Guamá.

A vida cotidiana das baixadas do Guamá constitui a base do terceiro e último capítulo deste trabalho, *Subjetividades das Baixadas do Jurunas*, no qual, como o próprio título evidencia, procuramos descrever a experiência de vivência direta entre as vilas e estivas do bairro, os caminhos, os labirintos, as surpresas e os vieses ali experimentados, de modo a direcionar um outro olhar sobre os tecidos urbanos belenenses consolidados por palafitas e estivas, bem como de exercitar e apreender, com os sentidos, os tantos desvios criados pelos fluxos errantes do Jurunas pelo corpo vibrátil, dinamizados por suas múltiplas narrativas que ora são colocadas em primeira pessoa, destacando as apreensões pessoais da autora, ora evidenciam vozes que emaranham as apreensões dos habitantes das baixadas juntamente com a autora enquanto também moradora do local.

As considerações que por fim apresentamos, fazem uma análise do próprio posicionamento inicial da autora para com esta pesquisa, o qual foi se transmutando no decorrer do tempo de investigação, principalmente no período de vivência e contaminação entre as estivas; e, posteriormente, as análises e reflexões pós-pesquisa de campo que demonstraram desdobramentos preñes de inúmeras problematizações-outras, divergências-confluências de um panorama paradoxal ao mesmo tempo em que reproduz dualidades, também as rompe constantemente. Certamente os caminhos/desvios acerca dos processos construtivos de subjetividades aqui abordadas, tanto hegemônicas quanto autopoieticas, seus fluxos, suas intensidades e pulsões não se encerram nas palavras impressas linearmente nestas folhas de papel, mas continuarão a fluir e a construir/desconstruir/reconstruir outros fluxos, outros agenciamentos, outros devires... constantes movimentos poieticos, de segmentações flexíveis, de linhas de fuga, de desterritorialização e desestratificação. Marcas e ritmos que passaram a ser propósito principal desta dissertação.



Foto: Raul Ventura.

Capítulo 1:
O que há sobre o Guamá? (navegando em subjetividades)

“A única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que enriqueça de modo contínuo sua relação com o mundo”

Félix Guattari

1.1 – Capital–Sociedade–Fluxos–Desejo–Processos de Subjetivação

As obras de Félix Guattari e Gilles Deleuze, sejam em seus trabalhos solos ou em suas parcerias, constituem, fundamentalmente, a abordagem conceitual realizada neste trabalho. Porém, convém destacar aqui, não se trata de fazer uso dos conceitos como instrumento generalista e limitador para fins metodológicos acadêmicos, e, sim, por meio de suas próprias intensidades e potências, os consideramos e os manuseamos em seu construto dinâmico, em suas próprias singularidades, entendendo que o conceito, enquanto virtual, incorporal e auto-referente, não busca *a referência em um estado de coisas (fatos), mas sim nos acontecimentos (consistência) [...] o importante é produzir sentido, não se importando mais com uma referência representativa, mas só por sua própria coerência interna dos pensamentos e da produção de sentido* (ROLNIK, 1996).

Esta pesquisa experimenta e exercita, assim, a aplicação de conceitos e conexões de natureza, a exemplo: subjetividade, desejo, agenciamentos maquínicos, territorialização, desterritorialização, re-territorialização, estratos, fluxos, máquinas desejantes, máquinas de guerra, multiplicidade, entre outros – repertório conceitual à guisa de ferramenta voltada à produção de subjetividade, aos processos de subjetivação. Porém, vale lembrar que o aprofundamento de tais conceitos está fora do escopo deste trabalho, visto que seria necessário amplo domínio filosófico que vai além das obras-referências aqui utilizadas ou mesmo da realização de outro projeto, o de criar conceitos.

A subjetividade, segundo Guattari, refere-se *à realidade psíquica, emocional e cognitiva do ser humano, passível de manifestar-se*

simultaneamente nos âmbitos individual e coletivo, e comprometida com a apropriação intelectual dos objetos externos. É uma realidade polifônica, plural e que não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca (GUATTARI: 1992, 11) –, mas isso não significa que inexistam agenciamentos estruturadores e/ou dominadores das potências subjetivas as quais são atualizadas pelo e no indivíduo ou por grupos socialmente construídos.

Num panorama geral o processo de formação subjetiva³, ou ainda, as dimensões que perpassam pelos trânsitos das inumeráveis regiões poético-individuais e/ou poético-coletivos, são matizes-potências que serão compreendidas e tencionadas por meio do conjunto mais genérico da rede territorial que: articula, produz, formaliza, circunscreve, eclode ou contamina-se pelo [...] *território existencial auto-referencial* [família, profissão, religião, etnia, ego, etc.], *em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva* (Ibidem, 19).

Para Guattari (ibidem), certamente o que importa nestes modelos referencial-cartográficos são as constituições possíveis dos complexos de subjetivação: indivíduo-grupo-máquina⁴-trocas múltiplas, que oferecem possibilidades diversificadas de recompor uma corporeidade existencial, de sair de seus impasses repetitivos e, de alguma forma, se re-singularizar⁵.

³ No sentido específico utilizado por Félix Guattari, que pensou e organizou a formação de subjetividade a partir da *heterogênesse*, do campo multiplicador e criativo da constituição do ser humano, aquilo que ele denominou por *auto-poiésis*, ou como dirão em suas obras a quatro mãos: a multiplicidade.

⁴ Uma máquina caracteriza-se como o conjunto das inter-relações de seus componentes independentemente de seus próprios componentes. É uma espécie de inteligência coletiva sem o humano. A organização de uma máquina não tem, pois, nada a ver com a sua materialidade. O termo máquina é amplamente usado por Deleuze e Guattari que, em suas obras, reconstroem o conceito de máquina como algo que se desenvolve muito além da máquina técnica. Permitindo-nos apreender o maquinismo como um todo em seus avatares técnicos, sociais, semióticos, axiológicos. Os conjuntos sociais são máquinas, o corpo é uma máquina, há máquinas científicas, teóricas, informacionais; as máquinas funcionam sempre por agregação ou por agenciamento, engendram-se umas às outras, selecionam-se, eliminam-se, fazendo aparecer novas linhas de potencialidades. (GUATTARI, 1992); (DELEUZE; GUATTARI, 2004).

⁵ Atitudes do ser-poético, que ao contrário das formações subjetivas que alienam as suas vontades pela dinâmica e tensão organizada pelo *sócius*, enraizado no atual sistema de produção econômica, o capitalismo, entendemos que uma re-singularização não é compreendida dentro do campo da repetição do indivíduo tornar-se ele mesmo uma vez mais, grave re-territorialização de si, mas, [e] sim, que o sufixo *re* sinaliza noutra ordem das experimentações, a experiência de si que, consciente de ser singular, recria e repete a infinita diferença de si para com as diferenças do mundo, da vida, dos seres humanos.

Isto significa dizer que a formação de subjetividade é uma constante construção dependente de diversas variáveis conflitadas, absorvidas, mapeadas, anexadas, diluídas ou imbricadas – múltiplos modos e caminhos para produzir subjetividade – nos meios em que se realiza a existência.

Ao longo da vida, no decorrer de sua experiência empírica no mundo, o ser humano encontra-se em um permanente processo de construção de suas próprias posturas e comportamentos acerca de sua consciência como indivíduo e como grupo. Estes agenciamentos adquiridos e construídos são fluxos⁶ que podem se tornar potências/atualizações (como uma dança existencial) de criações ou de reproduções/sedimentações, implicando em agenciamentos e produções de subjetividades. Neste sentido, segundo Deleuze e Guattari, em *Mil Platôs*, o agenciamento é a unidade real mínima, não é palavra, nem idéia ou conceito, é sempre ele que produz os enunciados e os pontos conectivos nos múltiplos territórios existentes na vida (DELEUZE; GUATTARI, 1997b).

Para ilustrar a natureza e orientações dos agenciamentos, estes podem ser compreendidos sobre dois eixos: um vertical e outro horizontal. O eixo vertical contém lados territoriais e picos de desterritorialização, enquanto que o eixo horizontal apresenta um plano de conteúdo, agenciamento maquínico de misturas de corpos e um plano de expressão, agenciamento coletivo de enunciação em que transformações incorpóreas são atribuídas aos corpos. Outro plano destes fluxos, também perpassará na formação do inconsciente da mente humana, da experiência com o corpo, dos tipos possíveis de produções valorativas e morais, da sensação e de seus desmembramentos pelos afetos e perceptos no ser, resultando ou numa existência do tipo estética (auto-poética) ou numa existência sedimentada

Voltar-se a si nunca é *self* recluso e sim, a forma ativa de jogo e de imbricação artística das/nas diversas diferenças existentes.

⁶ Fluxos aqui, segundo Deleuze e Guattari (2004), *é qualquer coisa, em uma sociedade, que corre de um pólo a outro e que passa por uma pessoa, unicamente na medida onde as pessoas são interceptadores. Ou ainda: o processo é aquilo que chamamos de fluxo. Ora, ainda aí, o fluxo é uma noção de que precisávamos como noção qualquer não qualificada. Isso pode ser um fluxo de palavras, de idéias, de merda, de dinheiro, pode ser um mecanismo financeiro ou uma máquina esquizofrênica: isso supera todas as dualidades.* (DELEUZE: 2002, 305 apud ARAGON, 2006).

pelos estratos⁷ ou processos de estratificação. É importante ressaltar que os estratos não são fixos, ou seja, eles são passíveis de serem modificados, são *capazes de servir de substrato, de afetar, percutir em um outro estrato, num fluxo outro, independente de ordem evolutiva* (DELEUZE; GUATTARI: 1997b, 216).

Ainda segundo Guattari (1992), a subjetividade é construída tanto nos “matemas do Inconsciente” humano quanto nas grandes máquinas sociais, *mass-mediáticas e lingüísticas*, que não podem ser qualificadas de humanas, múltiplas manifestações possíveis. Em seu caráter coletivo, a subjetividade deve ser entendida no sentido de multiplicidade que se desenvolve *junto ao socius, ou seja, para além do indivíduo, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que uma lógica de conjuntos bem circunscritos* (Ibidem, 22).

As subjetividades coletivas de tipo estratificadas são caracterizadas pela forma de se pensar pelo dual, por uma lógica que principia por limite de identidade, que define e engendra no *socius* um sujeito dado, o súdito, e a qual estabelece ordens, regimes, planos maquínicos dominantes de todo o sentido possível de uma existência à necessidade econômica-política-semiótica do sistema capitalista, da *sociedade de controle*. Assim, as subjetividades produzidas neste meio, pela mídia, por exemplo, tem como sustentáculo a mediocrização dos meios de comunicação e de seu “conteúdo” para efetivar domínio-controle afetivo, intelectual e psicológico do sujeito, ou ainda, para gerar uma formação limitada e homogeneizante, além de seus processos de comunicação caracteristicamente/objetivamente se orientarem para o consumo.

Esta dinâmica vivida entre o criativo e o estratificado circunscreve-se além do plano subjetivo individual existem os trânsitos políticos, eventos, gritos e tiros na urbanidade, conturbações ambientais, fluxos que

⁷ Segundo Deleuze e Guattari, os estratos são *fenômenos de acumulações, sedimentações, coagulações, dobramentos e são ao mesmo tempo molares e moleculares* (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, 216) em suas articulações. Os Estratos são articulações à guisa de “pinças” e pressupõem meios codificados e substâncias formadas (formas), pois, os componentes abstratos de qualquer Estrato (ou articulação) são: forma e substância, códigos e meios, ou seja, tipos de organização formal, modos e desenvolvimento substancial diferente.

disseminam experimentações chocantes, muitas das quais se firmam por ecos-polifônicos individuais ou transversais, seja ao ritmo de jazz ou num frenesi de samba, e ainda há outras intensidades que criam interferências subjetivas, deslocando o território particular sectarizado numa tempestade nômade de fruições agenciadas, seu(s) território(s) amplia(m)-se entre si pelo *socius*, pelas diversas economias, pelos diferentes regimes sexuais, etc.

Esta movimentação resulta-se também pela imbricação de confrontos, por micro-políticas, por conexões subjetivas ou por fórmulas objetivamente cristalizadas. E, certamente, o que se constrói nesta sociedade são relações de micro-poderes, que por meio de normas, leis, comportamentos, etc. aportam e sustentam a hegemonia da classe dominante. Neste sentido, Foucault observa que *o indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças* (FOUCAULT: 1979, 162).

1.2 – Subjetividades Hegemônicas e Subjetividades Autopoiéticas

Consideramos, deste modo, que a produção de subjetividade na sociedade capitalista é tão importante quanto a produção material dos bens de consumo e isso se atualiza/ordena de tal forma que as forças sociais que administram o capitalismo⁸ investem intensamente nisso, de forma que os modos de subjetivação de condicionamento à ditadura do ter, ocorre tanto no indivíduo/grupo que consome avidamente bens materiais, quanto no indivíduo/grupo que participa ativamente na dominação dos modos subjetivos, sendo, então, *subordinados ao regime identitário e ao modelo da representação*, que *incentivados*, buscam transformar-se numa figura-padrão injetada pela mídia (ROLNIK: 1996, 10).

⁸ Esta pesquisa considerou os termos: capital, mercado capital, capitalismo como sinônimos. É importante destacar aqui a redefinição do capital, segundo Guattari, como modo geral de capitalização das semióticas de poder e não como de quantidade abstrata, universal. O capitalismo, então, é um operador semiótico a serviço de formações sociais determinadas e sua função é de assumir o registro, a regulação, a sobrecodificação das formações de poderes próprios às sociedades industriais desenvolvidas, das relações de poderes próprios às sociedades industriais desenvolvidas, das relações de força e dos fluxos relativos ao conjunto das potências econômicas do planeta (GUATTARI: 1977, 200).

É o caso, por exemplo, da linguagem utilizada nas telenovelas brasileiras, cujas questões de gravidade e importância políticas, sociais, econômicas, comportamentais, etc. são abordadas de forma a esfumaçá-las pelo *glamour dos personagens* (ROLNIK: 1999, 24). Os personagens e as situações apresentadas nas telenovelas são atraentes figuras-padrão, comportamentos padrão, idealizados de acordo com cada nova situação do mercado e consumidos como *ração diária de identidade, formando uma espécie de família-prótese cujo equilíbrio e mesmice nada tem o poder de abalar* (ibidem) e, participando assim, da vida cotidiana de milhões de brasileiros.

Neste sentido, compreende-se que hoje há processos de contaminação híbridos que tomam conta e homogeneizam várias classes sociais em diversos meios diferentes, observando níveis de homogeneização, como dito anteriormente. Isto significa afirmar, dentre outras questões, que em nossa sociedade capitalista brasileira, tanto os moradores das áreas informais quanto das áreas nobres da cidade são homogeneizados de alguma maneira, de acordo com as informações as quais eles têm acesso, ou seja, no caso do consumismo (amplo conjunto das experiências estratificantes), tanto as classes mais abastadas quanto as mais pobres são impulsionadas a consumir, considerando as devidas proporções.

No panorama geral do mundo capitalista atual, a mídia, enquanto produtora de subjetividade e codificação de massa, é um dos principais agenciamentos homogeneizadores da sociedade, assim como as práticas religiosas também o são. Desconstruir as subjetividades formadas por estes agenciamentos (no sentido de uma auto-poética) é desterritorializar-se, desconectar-se dos territórios existenciais⁹ criados pelo senso-capitalístico. Para isto, segundo Rolnik (1997, 24), no caso da homogeneização causada pela mídia na sociedade brasileira, é preciso ativar o inconsciente

⁹ O termo Território Existencial refere-se aos componentes subjetivantes que compõem a capacidade de auto-caracterização, a reflexividade do "ter consciência de si" (GUATTARI, 1992).

maquínico-anthropofágico¹⁰ como forma de resistência política à regra geral da homogeneização.

Numa escala mais ampla, no processo de criação de subjetividades (poética existencial), observa-se que o indivíduo constrói seu território existencial auto-referente capaz de cristalizar-se, mas que também é potente para romper-se e assim desterritorializar-se. Este fluxo-ruptura pode ocorrer a partir do contato com novos agenciamentos que propulsionam novos desejos e/ou intensidades inovadoras, e esses, por sua vez, podem referir-se às ações invisíveis, àquilo que incita criações, desterritorializações (no sentido de se deixar uma determinada situação para se criar outras) implicando novos desejos que geram devires-outros¹¹, aspirações de devires-outros. Em outras palavras, desterritorializar-se pode ser também, não aceitar as situações passivamente, ou seja, é o elo que faz com que se lute contra certas subjetividades já sedimentadas e se construa novas situações, subjetividades-outras.

De fato, não só na mídia encontramos uma mistura inextrincável de vetores de alienação, de homogeneização que constituem uma subjetividade de caráter hegemônico, mas também nos diversos âmbitos da sociedade capitalista, nos equipamentos coletivos como ambulatórios, centros de saúde, escolas, universidades, etc. Em suma, é possível encontrar esta rede

¹⁰ Estendido para o domínio da subjetividade, o princípio antropofágico poderia ser assim descrito: engolir o outro, sobretudo o admirado, de forma que partículas do universo desse outro se misturem às que já povoam a subjetividade do antropófago e, na invisível química dessa mistura, se produza uma verdadeira transmutação. Em suma, a antropofagia é todo o contrário de uma imagem identitária. A proposta de um inconsciente maquínico se antepõe a um inconsciente estrutural ou representacional. Segundo Rolnik, para Deleuze e Guattari, a noção de maquínico define a operação por excelência do desejo: agenciar elementos de uma infinita variedade de universos e, a partir do que se engendra nesse agenciamento, produz múltiplas figuras da realidade – e não só da realidade subjetiva (ROLNIK, 1997, 18). Neste sentido, para Guattari (1977, 167) a missão do inconsciente maquínico seria a de abranger tanto mais singularidades individuais quanto “amarrar” mais intensamente as forças sociais e as realidades históricas. As problemáticas nele existentes compreendem as “escolhas de sociedade” mais fundamentais; o “como viver” num mundo transpassado em todos os sentidos por sistemas maquínicos que tendem a expropriar toda singularidade, toda vida de desejo.

¹¹ Devir e devires são termos ligados à economia do desejo. Segundo Guattari (GUATTARI; ROLNIK, 2005), os fluxos do desejo procedem por afetos e devires, independentemente do fato de que possam ser ou não rebatidos sobre pessoas, sobre imagens, sobre identificações. Neste sentido, um indivíduo antropologicamente etiquetado como masculino pode ser atravessado por devires múltiplos e, aparentemente, contraditórios: devir-feminino coexistente com devir-criança, com devir-animal, devir-invisível, devir-travesti, etc.

maquinica tentacular dos equipamentos capitalísticos em todos os níveis da interpretação entre ideologias e afetos, onde

a sobrecodificação, pelo capital, das atividades, dos pensamentos, dos sentimentos humanos, acarreta a equivalência e a ressonância de todos os modos particularizados de subjetivação. [...] Os sujeitos do capitalismo só assumem sua existência a parte que pode ser inscrita no equivalente geral, ou seja, impõem-se aos indivíduos que se viva unicamente num sistema de troca, [...] onde tudo é feito de modo que o menor de seus desejos seja sentido como associal, perigoso, culpado (GUATTARI: 1977, 202).

No que diz respeito ao sentido de desejo aqui abordado, este não se refere diretamente à carência, falta, reatividade, e sim ao desejo como uma criação, como uma vontade de criar, devir, pois são as *necessidades que derivam do desejo e não o contrário* (DELEUZE; GUATTARI: 2004, 31). Para Deleuze e Guattari, o desejo

não tem sujeito fixo, é sempre a repressão que cria o sujeito fixo. O desejo e seu objeto são uma só coisa: a máquina, enquanto máquina de máquina. O desejo é máquina, o objeto do desejo é também máquina conectada de modo que o produto extraído do produzir e qualquer coisa no produto se afasta do produzir, que vai dar ao sujeito nômada e vagabundo um resto. [...] O desejo envolve a vida como um poder produtor, e que reproduz intensamente e precisamente porque precisa dela. (Ibidem, 31).

Podemos afirmar que a sociedade capitalista, enquanto produtora de desejo, de fluxos, constitui-se de máquinas desejantes, onde tudo funciona concomitantemente, porém *em hiatos, rupturas, avarias e falhas, intermitências e curtos-circuitos, distâncias e fragmentações, uma soma que nunca reúne as partes num todo. Nela os cortes são produtivos e reuniões. Os consumos são passagens, devires e retornos* (ibidem, p.45). Desta forma, as máquinas desejantes promovem continuamente os processos de des-re-territorialização¹² e conseqüentemente propulsionam a permanência do capitalismo visto que o mesmo

¹² No que se refere à territorialização, em um de seus modos, esta pode ser uma forma de criação de territórios existenciais, a continuidade de um plano sobre outro, a qual se amplia as funções territoriais já estabelecidas. Neste processo, quando se abandona um território (que pode ser auto-referente), essa operação de linha de fuga, esse movimento, pode ser entendida como uma desterritorialização onde se apreende territórios-outros. Uma desterritorialização é inseparável de re-territorializações correlativas e, nesse sentido, re-

instaura ou restaura todos os tipos de territorialidades residuais e factícias, imaginárias ou simbólicas, sobre as quais tenta, o melhor que pode, recodificar e fixar as pessoas derivadas das quantidades abstratas. Tudo volta a aparecer – os Estados, as pátrias, as famílias. E é isto que torna o capitalismo, na sua ideologia, “a pintura matizada de tudo aquilo em que se acreditou”. O real não é impossível, o que é, é cada vez mais artificial. (Ibidem, 38).

Na atual conjuntura do capitalismo, em que [onde – para não repetir termo] tudo não é criado, mas sobrecodificado¹³, onde há um constante controle das massas, tendo do Aparelho de Estado fundamental papel para o processo de expansão dos próprios limites do capital, visto que nos espaços do capitalismo são decodificados os elementos anteriores a ele, como nas castas, nas tradições étnicas, religiosas, cooperativas e, num processo monstruoso e logicamente intensivo de micro-seção do *socius*, nas metrópoles, nas cidades industriais, nas relações de classe e burocracias do capitalismo segmentário do período capitalista dos Estados-Nações, mas que atualmente seus espaços *se constituem em escala planetária tanto quanto em escala micro-social e microfísica* (ibidem). E é por esta condição que o Estado se atualiza no regime capitalístico, *por não poder mais se contentar em dominar do alto da pirâmide social*, sendo obrigado a *intervir permanentemente na modelagem e na recomposição do tecido social, retomar e revisar constantemente suas “fórmulas” de hierarquização, de segregação, de prescrição funcional, de qualificação específica* (GUATTARI: 1977, 205).

Além disso, o capital não pode mais *se dar ao luxo de respeitar tradições nacionais, textos e instituições legislativas ou judiciárias, que limitariam no que quer que fosse sua liberdade de manobra* (ibidem). Esta relação binária entre *o déspota e o legislador, o ceifeiro e o organizador*, que aparentemente se opõem, funcionam em dupla compondo uma unidade de

territorialização seria o movimento de retorno para a territorialização, o fluxo de captura, uma volta aos processos territoriais iniciados no primeiro fluxo. Para Deleuze e Guattari (1997 b) a re-territorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho ou sistema, etc.

¹³ O sentido de sobrecodificar aqui se relaciona a noção de “código” empregada por Guattari (GUATTARI; ROLNIK, 2005), a qual pode dizer respeito tanto aos sistemas semióticos quanto aos fluxos sociais e materiais. Neste sentido, sobrecodificação corresponde a uma codificação em segundo grau. A exemplo disso, Guattari nos cita: as sociedades agrárias primitivas funcionam segundo seu próprio sistema de codificação territorializado e são sobrecodificadas por uma estrutura imperial, relativamente desterritorializada, que lhes impõem sua hegemonia militar, religiosa, fiscal, etc.

controle, sendo necessários um ao outro, consolidada por uma dupla articulação, é que faz do Aparelho de Estado um estrato (DELEZE; GUATTARI: 1997 b, 12).

Observando em escala de relações-micro inerente à relação-macro, entre a classe econômica dominante e o Estado legislador e organizador no contexto (plano político/social/subjetivo) em que todos participam da produção de controle e de repressão, podemos afirmar que a realidade de quem constitui o Estado, no âmbito do Capitalismo Mundial Integrado (CMI), tende a ser ambígua nas relações de produção e nas relações de classe, pois ao mesmo tempo em que se contribui para a manutenção da ordem dominante, se é objeto de uma exploração capitalista de maneira aparentemente semelhante ao restante, nos diferentes componentes da sociedade controlada (ibidem).

O capital utiliza-se dos aparelhos de poder estatal e paraestatal, além dos meios de comunicação de massa, entre outros, para extrair e integrar as capitalizações setoriais de poder e para sobrecodificar as atividades, os pensamentos, os sentimentos humanos; e nisto se inclui os processos urbanos e de ocupação da cidade (inclusive as produções de arquitetura e urbanismo). Sobre isto, Guattari esclarece:

Passear “livremente” numa rua, ou no campo, respirar ar puro, cantar meio alto, tornaram-se atividades quantificáveis do ponto de vista capitalísticos. Os espaços verdes, as reservas naturais, a livre circulação, têm um custo social e industrial. [...] A ordem capitalista pretende impor aos indivíduos que vivam unicamente num sistema de troca, uma traduzibilidade geral de todos os valores para além dos quais tudo é feito, de modo que o menor de seus desejos seja sentido como associal, perigoso, culpado (GUATTARI: 1977, 202).

Na sociedade capitalista, o Aparelho de Estado é um instrumento fundamental para o sistema de controle, quer seja do capital, quer seja por desdobramento no ser, onde se constrói as posições subjetivas do indivíduo, a partir de uma subjetividade estratificativamente fabricada, que pode ser modelada para o consumo. O Estado é, portanto, uma espécie de mediador da produção de subjetividade hegemônica, onde qualquer tipo de produção cultural, social ou de troca econômica, tende a passar por sua tutela e intervenção.

Essa relação de dependência do Estado é um dos elementos essenciais da subjetividade capitalística, na qual a produção e a vida social são pensadas e organizadas de forma a manter a ordem do sistema. Nesta conjuntura, a subjetividade hegemônica de natureza industrial provoca a retração dos processos de singularização e de incentivo dos processos outros de individualização, produzindo indivíduos massificados, regidos pelos mesmos padrões, sejam estes de comportamento, de consumo, de saúde, de normalidade, entre outros, incluídos num mesmo pacote, numa espécie de “linha de montagem da subjetividade”.

A subjetividade hegemônica, portanto, direciona-se para determinada forma de produção da subjetividade capitalística, aquela que homogeneiza, sendo que nela não há essências (fenômenos transcendentais) e vontades (exercício do que o indivíduo deseja), apenas produções; e se há, são feitas para reproduzir esta homogeneizante. Assim, atuando como matéria-prima para toda produção de esquemas dominantes de percepção de mundo, agregando modos de subjetivação dominantes, regulando o funcionamento social e produzindo mecanismos de gestão dos corpos, as produções humanas funcionam de tal forma controladas, que todos aceitam tudo sem questionamentos, pois parte-se do pressuposto de que *esta é “a” ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria idéia de vida social organizada* (GUATTARI; ROLNIK: 2005, 51).

A ordem capitalista se estende também nos modos de temporalização e de espacialização, destruindo antigos sistemas de vida e impondo um tempo de equivalências, tal como pelo sistema de assalariamento. Produções de ordem comercial, social, entre outras são, todas elas, sobrecodificadas por um tempo geral de equivalência que se constitui como um dado de base de formação da força coletiva de trabalho e de controle social. Neste sentido, Guattari constata que:

Hoje, todas as relações com o espaço, com o tempo e com o cosmos tendem a ser completamente mediadas pelos planos e ritmos impostos, pelo sistema de enquadramento dos meios de transporte, pela modelização do espaço urbano, do espaço doméstico pela tríade carro-televisão-equipamento coletivo, e assim por diante. O que faz a força da subjetividade

capitalística é que ela se produz tanto em nível dos opressores quanto dos oprimidos (Ibidem, 53).

Porém, em meio a esta produção de subjetividade hegemônica propulsãoada pelo Aparelho de Estado em função do capital, é importante evidenciar que

[...] uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no Aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos Aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados. (FOUCAULT: 1979, 150).

A partir desta verificação de Foucault, contrapondo-se a tendência de tudo se igualar através de grandes categorias unificadoras e redutoras, colocam-se em relevo os processos de singularização, de subjetivação ou de individuação, os quais podem ser entendidos como fatores de resistência consideráveis, em tentativas de se produzir modos de subjetivação originais e singulares, e que se caracterizam por ser automodeladores.

Estes processos captam os elementos da situação codificada/estratificada/homogeneizada pelo sistema e constroem seus próprios tipos de referências práticas, teóricas e que em sua própria dinâmica transformam a relação de dependência ao poder global, em nível econômico, técnico, do saber, das segregações ou dos tipos de prestígios que são difundidos (GUATTARI; ROLNIK, 2005).

Os indivíduos e os grupos, quando adquirem ou resistem pela liberdade de viver seus processos, quando passam a ter controle de sua própria situação e de viver intensa e criativamente os “n”s [n’s] territórios potentes/atuais em torno deles, realizando autopoiesis, por meio de reapropriações de subjetividades e desvios¹⁴ de fluxos, adotam um mínimo de possibilidade de criação que os permitem preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante (ibidem). Neste caso, o relevante é a constituição de complexos de subjetivação: indivíduo-grupo-máquina, trocas

¹⁴ Desvios, neste caso, referem-se às ações que rompem com as subjetividades hegemônicas, reapropriando-se de tais subjetividades de maneira a criar situações-outras, baseadas em processos de individuação, no cotidiano, atitudes de autopoiesis em detrimento da lógica capitalista. Podendo, assim, serem considerados também como cortes, pontos de ruptura, os quais as máquinas desejantes são os sistemas desses cortes de fluxos.

múltiplas que oferecem ao ser humano possibilidades diversificadas de recompor uma corporeidade existencial, de sair de seus impasses repetitivos, e, de alguma forma, se re-singularizar.

Diante deste cenário, torna-se fundamental a criação de espaços de singularização, contrapondo-se a este processo hegemônico de individualização, onde seja possível recuperar o caráter processual – diferente do tipo capitalístico serial – e vital da existência de que nos falam os autores. Espaços onde se possam afirmar as diferenças e construir modos de existência singulares, onde seja possível escapar do aprisionamento imposto pela produção identitária e individualizante. Este tipo de subjetividade já referida é trabalhada por uma incansável produção que transborda o indivíduo por todos os lados, onde segundo Rolnik:

O que temos são processos de individuação ou subjetivação que se fazem nas conexões do desejo com fluxos heterogêneos que variam ao longo da existência, dos quais o indivíduo é apenas um resultante. Assim, as figuras da subjetividade são por princípio efêmeras, e sua formação pressupõe necessariamente agenciamentos¹⁵ coletivos e impessoais. (ROLNIK: 1997, 16)

Este processo de criação de novas modalidades de subjetivação ocorre tal qual novas formas criadas por um artista plástico a partir da paleta que dispõe (GUATTARI, 1992), ou seja, há aí potencialidades infinitas, criações que se formam da apreensão de outras informações, fluxos captados por meio da abertura para o exterior (um recorte no caos), de tudo o que pode contribuir para a criação de uma relação autêntica com o outro e consigo mesmo.

Ainda no que diz respeito à formação de subjetividade autopoietica, Guattari (1992) admite que cada indivíduo, cada grupo social, veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, ou seja, cria sua

¹⁵ Segundo Deleuze e Guattari, em *Mil Platôs*, um agenciamento é a unidade real mínima, não é palavra, nem idéia ou conceito, é sempre ele que produz os enunciados e comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica, imaginária. Para ilustrar a natureza e orientações dos agenciamentos, estes podem ser compreendidos sobre dois eixos, um vertical e outro horizontal. O eixo vertical contém lados territoriais e picos de desterritorialização, enquanto que o eixo horizontal apresenta um plano de conteúdo, agenciamento maquínico de misturas de corpos e um plano de expressão, agenciamento coletivo de enunciação em que transformações incorpóreas são atribuídas aos corpos (DELEUZE & GUATTARI, 1997b, 218).

cartografia¹⁶ poética, a qual o grupo *se orienta em relação aos seus afetos, angústias e tenta gerir suas inibições e pulsões* (ibidem, 22.). Tal cartografia é constituída de *demarcações cognitivas, míticas, rituais e sintomatológicas* (ibidem). Para poder falar de processos de subjetivação, segundo Deleuze, é preciso considerar as diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as coletividades se constituem como sujeitos:

Tais processos só valem na medida em que, quando acontecem, escapam tanto aos saberes constituídos como aos poderes dominantes. Mesmo se na seqüência eles engendram novos poderes ou tornam a integrar novos saberes. Mas naquele preciso momento eles têm efetivamente uma espontaneidade rebelde. (DELEUZE: 1992, 217).

É no cerne desta abordagem de um capitalismo que a tudo codifica, decodifica e re-codifica que este trabalho busca destacar a importância dos assentamentos informais na produção de singularização e enquanto máquinas de guerra, pois, no processo de ocupação e construção dos mesmos, estes resistem à sobrecodificação pelo Aparelho de Estado, criando uma dinâmica-outra com seus próprios códigos, leis, exigências, etc. E nas favelas há dimensões criativas em pontos de ruptura concorrentemente ao momento em que estabelecem suas próprias linhas de fuga, que podem ser uma forma de resistência aos mecanismos de controle erigidos pelo Aparelho de Estado.

É pela atitude de resistência que Deleuze e Guattari buscam destacar a saída para romper-se com as subjetividades reprodutoras de experiências sedimentadas em estratos, de maneira que possa gerar acontecimentos, impulsionar ações de criação, que subvertem o modo de vida estabelecido pelo controle. Deleuze, por meio desta problematização afirmou que:

acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendram novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volumes reduzidos. [...]. É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo. (Ibidem, 218).

¹⁶ O termo cartografia, neste caso, trata de dimensões que vão além do termo definido pela geografia e será desenvolvido no decorrer deste trabalho.

É necessário, portanto, investigar estes focos de criação imbricados, sobretudo, no cotidiano e é neste caso que se evidencia o modo de vida das favelas que, apesar de estarem contidas e conterem um âmbito de subjetividades hegemônicas e/ou estratificadas, podem ser consideradas como potentes focos auto-poéticos, constantes produtores de processos de subjetivação, devido suas atitudes, entre tantas, a de contra-cultura, ou seja, de resistência ao restante da cidade formal.

1.3 – Redes de Subjetividades sobre o Rio Guamá

Fundamentando-se no aporte teórico referido no presente capítulo, esta pesquisa buscará identificar alguns dos vários processos de subjetivação que se dão no espaço dos assentamentos informais em Belém do Pará, particularmente num trecho do bairro do Jurunas, situado às margens do rio Guamá, palco de conflitos estabelecidos entre a Prefeitura do Município e os habitantes de parte das baixadas erigidas no decorrer do rio. De um lado, a existência de discursos e ações desenvolvidos por organizações subjetivas hegemônicas, de comunicação, de instituições educacionais, familiares, religiosas e mais especificamente pelo Aparelho de Estado, que instauram no espaço territorial da cidade uma dinâmica baseada em subjetividades dominantes e controladoras voltada à lógica capitalista global; de outro, a experiência estética (autopoiética) dos moradores das baixadas, a produção de subjetividades do cotidiano onde se vivenciam outros ritmos, outras dinâmicas, nas relações com o espaço da cidade e entre si.

É importante destacar aqui, que não se trata de separar as subjetividades na cidade formal da cidade informal, visto que uma está profundamente imbricada na outra, mas de evidenciar aquelas que mais se sobressaem nos dois âmbitos, sob o olhar da autora. Deixa-se claro, portanto, que as subjetividades hegemônicas e as subjetividades autopoiéticas e seus processos de subjetivação existem em fluxo (e não em rigidez categórica) e estão inerentes tanto nas baixadas quanto nos bairros

de alta renda, seja nas diferentes tipologias arquitetônicas, seja nos afectos e perceptos dos indivíduos que neles habitam.

Os instrumentos de controle e de produção de subjetividades homogêneas existem e interferem em todas as camadas da sociedade belenense e, de fato, nas baixadas do Jurunas, é possível notar não só interferências de modelos de individualizações como também individuações e os desvios, as linhas de fugas desterritorializantes que surgem em torno das mais diversas subjetividades, estratificadas ou não.

As singularidades que evidenciam subjetividades autopoieticas das baixadas, podem ser observadas desde as relações sociais de seus habitantes até o processo de ocupação, construção e consolidação dos espaços construídos. Nesta perspectiva, podemos citar que no caso dos elementos arquitetônicos e urbanísticos, como a casa e o espaço público, são concebidos de forma diferente daqueles da cidade formal, pois grande parte da população dos assentamentos informais, aqui analisados, avalia como sinônimo de casa não só a edificação, mas também o terreno (ou área em cima da água) como suas propriedades privadas.

As palafitas, que constituem a maior parte dos circuitos de passagem, são o resultado de uma dinâmica coletiva e criativa, pois interseccionadas pelas casas e as passagens/estivas ou mesmo os terrenos destas, fulguram um ambiente multi-territorial, que se arranja tanto como extensão do lar e da vida comunitária, como via de trânsito (amalgama do axioma da propriedade privada, com as relações de *poiesis* dos territórios coletivos).

Outro aspecto que integra diretamente esta configuração, se deu pela sua formação urbana tipicamente informal que, de modo mais geral, originou-se a partir do trabalho artesanal das construções das casas em cima do rio – constantemente reconstruídas e avançadas ao seu leito – ou mesmo dos diversos aterramentos caseiros firmados por lixo e caroços de açaí, de seus alicerces, que são e demarcam a produção dos pontos de ligação entre as novas residências e as áreas de acesso/fluxo, ou seja, há todo um artesanato arquitetônico-urbanístico nas baixadas que configuram os seus múltiplos territórios existenciais.

Isto significa dizer que as subjetividades coletivas inerentes ao espaço das baixadas, assim como a forma de organização social e o seu próprio sistema de valores, são específicos daquele lugar e de seus habitantes, e influenciam de maneira decisiva na representação da casa para quem ali vive, inclusive o valor agregado à noção de propriedade privada, um dos axiomas principais da sociedade capitalista. Por exemplo, uma construção de habitação só obtém o sentido real de “casa” quando tiver sido construída em terreno próprio; ou ainda, a casa referente àquelas dos terrenos invadidos, tem como função primordial a de demarcação do território pretendido e, portanto, é sinônimo de seguridade, ainda que instalada em área invadida: seguridade patrimonial para se passar aos filhos, para criá-los; e para dispor quando necessário de um bem (CARDOSO, 2007).

Ainda em relação às subjetividades do cotidiano das baixadas, para a população informal as relações sociais com o espaço em que vivem são fundamentais para a sobrevivência na cidade. As redes de fluxos existentes nestas áreas são muito mais intensificadas, os habitantes dependem uns dos outros diretamente, trocam favores e dividem tarefas, sendo também comum encontrar um mesmo terreno (ou casa) subdividido para mais de uma família (Ibidem). Outro processo importante está no contrato de compra e venda dos terrenos, na construção de equipamentos públicos (como centro comunitário, quadra poliesportiva, escola primária, etc.), além das leis, normas e exigências que são criadas e estabelecidas entre os próprios moradores com influência bastante limitada dos órgãos públicos responsáveis por serviços urbanos.

Nesta conjuntura, observa-se claramente que a relação dos moradores da baixada do Jurunas com o rio Guamá está imbricada em diversos âmbitos de produção de subjetividades, que viabilizam processos de subjetivação singulares: como no afetivo por conta de suas origens ribeirinhas e por ser canal direto de suas casas na capital com as demais cidades interioranas, no econômico por ser ainda um meio importante de subsistência para pesca ou comercialização de mercadorias, no político por criar territórios específicos que permitem estabelecer relações-outras em função do acesso ao rio, etc.

Em suma, é importante ressaltar que no espaço construído das baixadas de Belém é possível identificar, em meio à produção de subjetividade da lógica capitalista, subjetividades autopoiéticas relacionadas diretamente na vivência dos habitantes com o rio. Além disso, o clima local (tropical úmido), as condições sócio-econômicas e geográficas, são pontos que também devem ser percebidos e considerados como relevantes no processo de subjetivação dos que moram sobre as águas do Guamá, pois para fundamentar a concepção de propostas de intervenção urbana a serem elaboradas para estas áreas existem outras variáveis que influenciam diretamente na produção do espaço informal em Belém, e que são concentradas em subjetividades outras que vão além daquelas ditadas por uma subjetividade hegemônica, que se limita em quantificar variáveis capazes de serem transformadas em gráficos e diagnósticos de “visita de campo”.

Neste sentido, quando se refere às ações de políticas públicas de intervenções no espaço da cidade, estas se tornam cada vez mais voltadas aos valores do capital e correspondem às subjetividades hegemônicas realizadas por meio de ações de controle e massificação e, em meio a estas ações, destaca-se o fenômeno de espetacularização da cidade de Belém, onde é possível observar um processo de gentrificação¹⁷, concentrado principalmente nas margens do rio Guamá, a chamada orla, que se tornou alvo de diversos projetos de requalificação, revitalização, reurbanização, etc., os quais foram elaborados de maneira convergente às práticas dominantes de individualizações e recodificação dos hábitos e valores locais (processo de serialização/homogeneização/higienização: das subjetividades, da percepção espaço-sensorial dos indivíduos, das emergências político-sociais existentes em cada territorialidade, seja ribeirinha, indígena, européia, etc.; das necessidades econômicas e afetivas, entre outras a fim de construir um

¹⁷ Termo que diz respeito à alteração da composição social original de determinadas áreas de uma cidade em decorrência de programas de requalificação de espaços urbanos estratégicos, quando estes visam interesses imobiliários, empresariais e financeiros. Em outras palavras, significa a expulsão de moradores de áreas urbanas degradadas, que pertencem a classes sociais menos favorecidas, em decorrência da valorização desta área por uma intervenção urbana. (ARANTES, 2000; MILES, 2001; ZUKIN, 1995 *apud* VAZ, 2004).

amplo cenário-paisagem atraente ao mercado do turismo e aos investimentos empresariais extra-locais.

Nesta dinâmica de transformações urbanas do território belenense é notória a exclusão da participação de grande parcela da população, sobretudo daquela informal. Além disso, pode-se afirmar que esta exclusão também se dá em outros âmbitos, a exemplo, observam-se os conflitos sócio-econômico-territoriais estabelecidos nessas áreas ao longo do rio, nas quais os habitantes mais antigos, ribeirinhos constituintes da camada pobre da cidade, tornam-se cada vez mais “indesejados” e continuam a serem expulsos para áreas distantes do Guamá.

Nesta abordagem, a presente pesquisa buscou observar como se dão os conflitos entre as ações de caráter hegemônico, realizadas pelo Aparelho de Estado, presentes no Projeto Portal da Amazônia, reflexo do contexto espetacular na cidade fundamentado em subjetividades dominantes; e o cotidiano dos habitantes das baixadas de Belém, representado pelas micro-políticas que se dão nas vilas ribeirinhas do bairro do Jurunas, as quais estão ameaçadas de serem dizimadas e seus moradores transferidos para outras áreas.

O projeto Portal da Amazônia tem como discurso retórico a retomada do rio pela cidade, usando o elemento *água como justificativa e mote para a idéia de “resgate” da natureza na cidade, de sua identidade cultural, de suas raízes caboclas e da possibilidade e da potencialidade de desenvolvimento econômico* (PONTE, 2007). Ainda em fase inicial, o projeto prevê a “remoção” de todas as famílias residentes em palafitas que habitam sobre as águas do Guamá, no trecho entre o Mangal das Garças - projeto também espetacular - e a Universidade Federal do Pará (UFPA), a fim de construir um “espaço de orla” de seis quilômetros de extensão financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), numa verdadeira ode à cidade espetacular, à inclusão do cidadão-consumidor-espectador de uma subjetividade dominante, em detrimento das linhas de fuga (consideradas neste trabalho) criativas e heterogênicas dos fluxos dos cidadãos-outros belenenses.

1.3.1 – Cartografia: o corpo vibrátil entre as estivas e os espetáculos

As complexidades existentes neste cenário subjetivo de Belém, mais especificamente na quadra objeto de estudo do bairro do Jurunas, o qual envolve seus fluxos, reproduções, desejos/criações, desvios e agenciamentos maquínicos, etc., resulta nas imbricações existentes entre as diversas subjetividades construídas nos vários territórios de Belém, sejam estas hegemônicas ou autopoieticas, e podem ser problematizadas de infindáveis maneiras, visto que, constantemente, se atualizam, se desterritorializam e reterritorializam.

Dito isto, neste trabalho certamente nos limitamos ao recorte de tempo, espaço e informações midiáticas apreendidos no período da pesquisa, porém, tais problematizações não foram estabelecidas aqui no intuito de restringirem-se somente ao olhar da autora, mas sim de forma a instigar a eclosão de questões outras que venham a contribuir no processo de se pensar as subjetividades inerentes ao fazer e ao viver no espaço das cidades, sejam elas do espaço formal ou do informal.

Em meio às ações reacionárias resultantes deste processo de homogeneização da cidade, o papel do arquiteto-urbanista torna-se de fundamental importância na percepção das produções de subjetividades-outras que constituem o processo de formação do espaço informal, apesar de apreender tais subjetividades de maneira a filtrá-las e recodificá-las com suas próprias subjetividades. Este exercício pode vir a ser uma ferramenta potente na produção de fundamentos teóricos que possam servir de subsídios no tratamento e na percepção que o arquiteto-urbanista deve adquirir com relação aos espaços informais, pois consideramos que a falta de procedimentos metodológicos adequados da arquitetura e urbanismo eruditos para lidar com as baixadas e seu universo espaço-temporal, e todos os demais tipos de consolidações territoriais que não correspondem à cidade formal, é um reforço oriundo da regência hegemônica capitalista.

Apreender as subjetividades de um espaço, ou melhor, de um território, e suas estratégias de formações do desejo no campo social, é exercitar a cartografia, é tornar-se um antropófago (ROLNIK, 1989, 1).

Cartografar é ainda viver [...] *de expropriar, se apropriar, devorar e desovar transvalorando* (ibidem, p.2); é descobrir as composições de linguagem que favorecem a passagem das intensidades que percorrem o corpo no encontro com os corpos que pretende entender; é considerar, portanto, que há apenas intensidades por todos os lados as quais fazem o cartógrafo mergulhar na geografia dos afetos e inventar pontes de linguagem, considerando que a linguagem é criação de mundos, é um veículo que incentiva a transcrição para novas formas de história.

Segundo Rolnik (1989), para cartografar é importante participar, ver o quanto a vida está encontrando canais de efetuação, é embarcar na constituição de territórios existenciais, constituição de realidade, deixar o corpo vibrar todas as frequências possíveis e ficar inventando posições a partir das quais essas vibrações encontrem sons, canais de passagem, *carona para a existencialização*. E neste processo o problema *não é o do falso-ou-verdadeiro, nem o do teórico-ou-empírico, mas sim o do vitalizante-ou-destrutivo, ativo-ou-reativo* (Ibidem, 2).

Os procedimentos para se realizar uma cartografia são sempre inventados de acordo com o contexto em que o cartógrafo se encontrar, pois não se segue nenhuma espécie de “protocolo normalizado”, mas procura-se assumir uma posição que permita acolher o desejo enquanto processo de produção de subjetividades. Para isto, utiliza-se dos próprios olhos, da boca, das mãos e de todo o corpo vibrátil como instrumento de apreensão dos fluxos de intensidades (que escapam do plano de organização de territórios), utilizando-o de forma a desorientar suas cartografias e desestabilizar suas representações para, em seguida, destacar o fluxo, canalizar as intensidades e dar-lhes sentido em meio ao desafio necessário da coexistência entre macro e micropolíticas, as quais cada uma engendra inúmeros mundos, complementares e indissociáveis na produção da realidade psicossocial (ROLNIK, 1987).

A apreensão das subjetividades que abordam o contexto de parte do bairro do Jurunas, referentes ao Projeto Portal da Amazônia e ao cotidiano das vilas que constituem uma das diversas quadras das baixadas do Guamá, se deu desta maneira: exercitando a cartografia das intensidades ali

percebidas e usando o próprio corpo como ferramenta para tal procedimento. O resultado deste exercício é o desdobramento (multiplicação de sentidos) dos capítulos seguintes desta pesquisa.



Foto: Gabo Menezes.

Capítulo II: O Espetáculo Ribeirinho

O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de “o que aparece é bom, o que é bom aparece. A atitude que por princípio ele exige é a da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio da aparência”. [justificado]

Guy Debord

2.1- História/história: Contexto, Subjetividades e Hegemonia.

Para a fundamentação deste capítulo, acerca de uma leitura hegemônica da formação territorial belenense, serão tecidas e problematizadas algumas questões acerca da dupla perspectiva da teoria da história, a qual se bifurca, tal como será percebida por Deleuze (1992) e por Foucault (1979), num modelo de **História** caracterizado pela noção de *fato* como uma perspectiva dos eventos condensados por um continuum singular, a do historiador (lente do fluxo dominante), de sua ordem de formação, seu conhecimento e seus próprios objetos de análise, emissores do valor de um único e memorável tempo verdadeiro. Num outro arranjo teórico, existirá a **história**, que entendida e problematizada pela noção de *evento* como dinâmica múltipla dos acontecimentos, pluraliza as perspectivas valorativas e apreendidas do tempo-espço, seja fora de uma ciência, de uma teologia, e de um tempo inerente à lógica capitalística.

Assim, neste capítulo, também será trabalhada conceitualmente a rede-formal da subjetividade, a partir de uma análise histórica da referida formação territorial, conjuntamente com a pesquisa mais atual das intervenções urbanas nas regiões ribeirinhas da cidade de Belém.

Em uma teoria geral da História, a sua fundamentação dar-se-á a partir de uma leitura positiva dos acontecimentos (conectivo infinitesimal da evocação do tempo-espço controlado pela razão científica) e, também, a partir da máquina de registro dos fatos (seja pelo arquivo, seja pelos monumentos do tempo, seja pela imagem-documental da lente da máquina capitalística) e em seu terceiro eixo possivelmente codificado, a História é a

matriz que simula a consciência mais geral do ser humano como fluxo delimitado, e em seu duplo é a matriz que pretende limitar a consciência mais geral do humano em sua caleidoscópica história.

Contudo, tal como Paul Veyne irá discernir (VEYNE, 1998), se para esta leitura, representar os eventos de modo absoluto, modelagem totalizante, [;] sintetiza a forma mais depurada do que aconteceu no mundo, as suas próprias ferramentas são pontos-limite da construção de sua própria análise e construto. Pode-se exemplificar: [...] *como totalidade, a História escapa-nos e, como entrecruzamento de séries, ela é um caos semelhante à agitação de uma grande cidade vista de um avião.* (Ibidem, 35)

Isto significa que a consciência do tempo-histórico é uma consciência que desde sua origem foi direcionada pela metodologia de leitura incompleta dos eventos, ainda mais, a sua preservação e conservação desta “memória-fato” nunca foi organizada em nível de totalidade, mas sempre por parcialidade, do interesse e mesmo do direcionamento do olhar de quem circunscreve o que é ou não historicamente verdadeiro instituído por uma parcela dominante da sociedade.

Percebemos, então, as problematizações, já narradas, acerca da **H**istória, que atualmente é simulada, midiaticizada e mercantilizada pelas forças do maquinário capitalista, distinguida pela noção de fato como fulcro determinante para se pensar a historicidade – estado histórico de algo (das coisas e das palavras) – e a **h**istória, que foi obliterada das linhas escritas da “memória” da humanidade que, pela meticulosa ordem dos valores hegemônicos, foi excluída por ser avaliada e desqualificada como disseminadora de eventos pobres, escusos, insalubres e mesmo hediondos, mas que em suas próprias tensões e subterrâneos são tão reais e concretas quanto o *fato*, manifestando linhas outras que enraizadas profundamente na dinâmica de vida do sistema capitalista criam/criarão a história dos excluídos, dos proletários silenciados, das “bichas”, putas, drogados, travestis, dos miseráveis mortos, estigmatizados pela sua “preguiça de trabalho”.

Desta outra história, nada pode se falar de modo fixo e unilateralmente, nem mesmo se comunicar como um historiador o faz, pois as suas linhas,

não são as linhas do papel amarelecido pelo tempo em museus, nem suas vozes se dissimularão como os ruídos estrategicamente posicionados pelo som digitalizado de uma televisão, nem a arqueologia de suas imagens poderão ser vistas pelo olhar já treinado-dócil do pesquisador acadêmico. Esta *história* pode, sim, ser percebida, na estratégia avessa da **História** que formula em seu próprio discurso suas senhas e vigências do belo, do justo, do verdadeiro, que informa seus regimes dominantes e impassíveis de questionamentos, tal como um pastor conduz seu rebanho ou como dirão Deleuze e Guattari ao problematizarem a história e o historiador a partir das linhas de codificação, decodificação e re-codificação dos diversos fluxos históricos existentes no transe humano:

A tarefa do historiador é assinalar o “período” de coexistência ou de simultaneidade de dois movimentos (de um lado, descodificação-desterritorialização e, de outro, sobrecodificação-reterritorialização). E é nesse período que se distingue o aspecto molecular, seu *quanta*¹⁸ de desterritorialização, suas conexões, suas precipitações; de outro lado, as *classes* ou *segmentos*, com sua organização binária, sua ressonância, sua conjunção, ou acumulação, sua linha de sobrecodificação em proveito de uma delas. (DELEUZE; GUATTARI: 1996b, 101)

Perceber esta outra história significa apreender por dentro do próprio discurso enunciativo esta hegemonia Histórica que resultou em inumeráveis processos e indizíveis conflitos os quais há muito foram ocultados em seu próprio seio. Isto, talvez, seria o papel de um arquivista, tal como o fez Foucault. E a análise do discurso será uma ferramenta utilizada neste lugar, neste trabalho, de maneira cuidadosa, por uma metodologia específica, bem como uma estratégia particular.

Ao problematizarmos a História/história têm-se o objetivo de ressaltar que há em jogo, nessas duas perspectivas, uma luta de forças e o uso de diversas formas de *poder*. Logo, se a **História** de Belém em sua formação territorial – temática basilar deste capítulo - pôde ser unicamente

¹⁸ Valor mínimo de um dado. *Quanta* participa da engrenagem problematizada por Deleuze e Guattari em *Rizoma* (DELEUZE; GUATTARI, 1995), o múltiplo que equacionado por $n - 1$, implica na formação do valor mínimo de um dado que nunca se restringe à linha binária de formação, nunca se é dois ou três, mas antes, um infinito de articulações entre tantos *n*'s e mais ainda, *n*'s que não surtiram efeito de uma lógica dialética. Este conceito será desenvolvido posteriormente no Capítulo 3 do presente trabalho.

apreendida por meio de documentos historicamente aceitáveis, esclarecemos que estes serão analisados no sentido de evidenciar os processos opressores, destrutivos e de caráter higienista que são insinuados em seu corpo textual. Este é o objetivo fundamental de tal análise. Contudo, não há a pretensão de criar aqui uma *‘história das transformações e ocupações territoriais de Belém’* e sim de exercitar o desemaranhar da rede-história em um plano específico, aquele que recorta da ordem hegemônica, sua práxis de ordem, domínio e controle.

Nesse seguinte plano, problematizaremos os diversos níveis e algumas das inumeráveis dinâmicas existentes entre as organizações e as ordens subjetivas (ordenadas, alinhadas, desalinhadas, projetadas, codificadas e re-codificadas) contrastadas por uma classe que é dominante, seja política, moral ou territorialmente, a do tipo hegemônico, cujos processos de serialização se ramificam por todas as outras classes, seja de modo vertical, horizontal ou transversal; e por outra, a classe que sofre o constante exercício da dominação¹⁹, as camadas mais pobres, excluídas, entre outras

¹⁹ Não se intenta neste trabalho seguir o embasamento teórico enraizado pela fórmula política apreendida por Marx e Engels, ou mesmo pela teorização que se adensou no último século XX a partir da perspectiva marxista acerca da luta de classes, a qual se organizou na leitura de Marx, em geral, no contraste e na violência existente entre a *classe burguesa* e a *classe proletária*. Esta leitura, que em sua própria região, contribui e contribuiu para qualificar a emergência dos conflitos sociais, reivindica na ordem dual das dinâmicas sociais o procedimento mais veraz de análise e crítica da luta, da resistência, daquilo que Deleuze e Guattari conceituam por máquinas de guerra e das produções humanas existentes no cerne da economia capitalista. Contudo, a lente marxista, ao apreender os eventos pelo regime dual, regime caracterizado pela ideologia, o faz a partir de uma análise em escala macro, obliterando do plano de discussão as relações múltiplas existentes no *socius*, uma escala micro, de micropolíticas, onde é focalizada e ordenada pela consciência humana, desenvolvida a partir das produções do trabalho e das necessidades técnicas, afetivas e cognitivas que re-criam em sua experiência com a natureza a apropriação da força humana e, igualmente, de sua vontade. E nisto, o recurso teórico criado por Marx, de uma ideologia mutante e violenta, adentra em meio à humanidade, fragilizando, minando e decompondo qualquer recurso “revolucionário” possível de uso. Neste sentido, a divisão criada é intuída pela *necessidade metodológica* de abranger a totalidade dos fatos: ideologia dominante e ideário das classes trabalhadoras (classe essa que consideramos uma região muito pequena para abarcar tantos planos existentes e/ou marginalizados pelo próprio sistema). Não obstante, por uma perspectiva deleuzo-guattariniana, aos nos referir, seja às políticas de dominação e de deixar-se dominar, de controle e de deixar-se controlar, de disseminação das experiências duais/binárias, estas se embrenham por relações micros e molares, relações estas, que não são estabelecidas facilmente em escala equacional, suas variantes indicam que há dominantes que são dominados e vice-versa, e suas intensidades, políticas, articulações, provas e sentidos, são criadas por variações múltiplas e não mais duais, ideológicas ou por uma luta de classes apelativa aos princípios maniqueístas. E quando dizemos não ao dual, quer se deixar claro que isto é um dizer sim às violências e dinâmicas da vida enquanto heterogênese.

instâncias, dos múltiplos espaços sócio-espaciais e políticos de uma cidade, intervenção essa, a de domínio, que longe de ser maniqueísta, multifurca-se pelos conflitos constantes (dos gostos, valores, ritmos temporais, modos de subjetivação e dos modos de apropriação culturais), idos por fluxos ou por estratificações territoriais, a constante da micro-física do poder que gera: micropolíticas, agenciamentos singularizados e/ou coletivos, micro-processos de subjetivação, os quais engendram as relações do *socius* humano.

Uma subjetividade que se caracteriza pelo padrão de tipo hegemônico inevitavelmente estará enraizada nas diversas aparelhagens constituintes do sistema capitalista, enquanto economia, ordem produtora de valores morais, regime neurótico auto-referente, produtora reificante da vida humana, circuito necessário para re/produção e manutenção infinita de sua própria máquina. Esta subjetividade, que é ordenada pelos códigos do referido sistema, opera sua existencialidade em territórios diferenciados nas diversas organizações (sociais, culturais, políticas, étnicas, éticas, etc.).

Entende-se, deste modo, que tanto na leitura de Deleuze quanto na de Guattari, a produtividade-serial de subjetividade foi pensada por planos múltiplos de informação, de experimentação, de fabricação e que se integram em ordens distintas e passíveis de conexão: uma ordem ecológica ambiental, uma ordem sonora musical, uma ordem da linguagem semiótica, uma ordem dos afetos coletivos e dos afetos privados. Diferenciada, contudo, não pelos fluxos intensos e criativos próprios do plano auto-poiético, mas envolvido e estruturado a partir das necessidades, já citadas, do sistema capitalista.

A partir desta perspectiva teórico-conceitual, perceberemos a existência de subjetividades de vários tipos, arquitetadas por produções/seriações diferenciadas e modelos de individuações/ individualizações específicos. Não se intentará, também, realizar nesta pesquisa a ordenação de um quadro-geral das subjetividades por modelos e formatos criados ou assimilados pelo sistema capitalista. Isto também significa que mesmo repleta de estratos e sedimentos, a modelagem subjetiva individualizante é composta por inumeráveis dimensões que são elas mesmas peculiares, tais

como: uma peculiaridade neurótico-evangélica, narcísico-consumista, masoquista-celibatária, revolucionária-fascista, ecologista-mercadologista, etc. Percebe-se, portanto, que as organizações subjetivas hegemônicas, longe de se limitarem a um único tipo de padrão psicológico-subjetivo, são ampliadas/formalizadas extensivamente por vários núcleos seriais de produção: a instituição-família, as instituições educacionais, os incontáveis canais midiáticos, o regime político do Estado-Nação e as diversas matrizes espiritualistas.

Deste modo, a subjetividade da máquina capitalista, em seu formato estratificante, mesmo concorrendo em aspectos vários e características distintas, sua ordenação e disposição (na rede dos seguimentos) se articularam pela decodificação e manutenção das necessidades dos tráfegos de consumo, de viabilidade econômica e de limite subjetivo enquanto fim indispensável para a sua organização.

Será a partir desta leitura que disporemos o confronto, a rede e os planos de fugas existentes entre **h**istória e **H**istória por movimentação multiperceptiva (narrada pelas vozes ribeirinhas, silenciadas pelas linhas documentais ou constituída no ruído monocromático da aparelhagem midiática). Tentaremos fruir não aos modos de Foucault e de seu arquivo, mas como um *bricoleur*, que cria vibrado pelo verso autopoietico à composição de uma problemática que envolve mais além do plano urbanístico montado pelo Aparelho de Estado; o som tencionado nunca poderá ser traçado graficamente, pois há nessa vibração musical o canto do rio, dos desenhos sutilmente rabiscados pelas barcas (outras casas) no plano escuro das águas, os risos das crianças que recortam palafitas em seus passos céleres e doces, a melancolia e o choro cultivado pela perda do lar-lavoura composto por decênios e, mesmo ainda, o som metálico e rijo do trator, o tom seco-pastel dos documentos e das bocas outras as quais marcam o tempo-compasso do Capital (e talvez aí, haja alguma estatística – **H**istória). E por tons (cores e musicais), matérias brutas/carne-vivas, ferramentas e ligas que gingam o *bricoleur* dançarino, modelador em rizomas, multiplicidade: da subjetividade dos afectos-perceptos/do desenho mutante da cidade marginalizada, da resistência/da máquina de guerra, do

molar-molecular, das máquinas de sinais e das máquinas que re-codificam a vida humana. Estratos/devir/ruído/silêncio: revolução-molecular e entropia-molar; estética e violência: intensidades deste trabalho.

2.2- Belém do Pará: Processo de Ocupação e Segregação Territorial da Cidade

A cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará, na região amazônica brasileira, surgiu no período colonial do séc. XV, com data de fundação em 1616, onde se demarca as iniciais intervenções territoriais pelos colonos portugueses na região, procedimento vinculado ao uso do espaço como área de guarda, munido de geografia estratégica: localiza-se na confluência do Rio Guamá com a Baía do Guajará, cujo recorte hídrico fortificava as defesas contra as investidas bélicas e territorializantes da paralela colonização francesa e holandesa. Estabeleceu-se, desde então, o Forte do Presépio que deu origem ao primeiro núcleo urbano da cidade, denominado de forma homônima à edificação de defesa.



Fig 1 – Mapa do Núcleo Inicial de Belém (1905).
Fonte: PARÁ, 1995.

Historicamente, consideramos que desde sua origem, Belém estabeleceu um forte vínculo com o elemento hídrico, seja cultural-economicamente, quanto territorialmente. Neste sentido, é importante destacar que no processo de ocupação da cidade e sua inicial constituição político-subjetiva-hegemônica, deu-se num primeiro momento de expansão territorial, sendo considerada como uma fase de expansão “ribeirinha”, tipo de eixo de ocupação comum nas cidades amazônicas que surgiram antes do período das rodovias (MOREIRA, 1989 apud TRINDADE JR. 1998). Conseqüentemente, torna-se fundamental perceber, que o fluxo de ocupação da cidade e sua ligação com o rio eram emergentes e necessários. A partir deste evento de territorialização, o crescimento da cidade de Belém se deu no sentido do sítio inicial contornando as margens do rio com a construção do Porto do Piri (que daria origem ao mercado do Ver-O-Peso, no séc. XIX), os casarões, as primeiras vias, etc., a partir da impermeabilização e ocupação dos fundos de vale (ibidem).

Posteriormente, em meados do séc. XVIII, surgiram as primeiras aglomerações habitacionais, na parte continental que é cortada por furos, igarapés e constituída por 13 bacias hidrográficas (BELÉM, 2006a). A ocupação habitacional, portanto, passa a ir além da orla, reforçando-se a partir das vias urbanas principais. Estas, porém, são construídas de maneira a não se afastar das adjacências fluviais, ainda conferindo significativa importância ao elo com o rio. Pode ser observado que tais áreas ocupadas formam o conjunto de terras altas disponíveis e compõem a chamada “Primeira Léguas Patrimonial” da cidade. Estabelecendo, assim, uma nova dinâmica dos usos territoriais da cidade (agora nucleada), onde as regiões de terras de cotas mais elevadas se tornaram as mais valorizadas, enquanto que as áreas alagadas foram por muito tempo, ignoradas.

A História evidencia que somente no final do século XIX, e mais fortemente no início do séc. XX, as terras de cotas mais baixas, alagadas ou passíveis de alagamento, passariam a ser ocupadas por segmentos sociais de menor poder aquisitivo, oriundos principalmente do interior do Estado (Cametá, Limoeiro do Ajurú, Acará, S. Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Abaetetuba, Oeiras do Pará, Ponta de Pedra, Barcarena, Bagre.) e de Estados

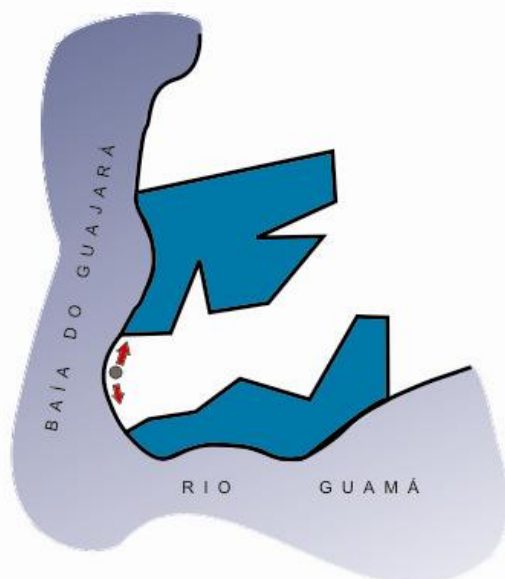
vizinhos, atraídos pelo encanto-prosperidade oferecido pela capital, em seu período histórico-econômico da borracha. Neste mesmo período, é construída a estrada de ferro Belém-Bragança, que liga a capital às áreas de colonização agrícola da região bragantina, reforçando o modelo de continentalização do território da cidade. Esta expansão direcionada ao continente atualizou-se na segunda metade do séc. XX, com a substituição da estrada de ferro pela rodovia Belém-Brasília, na década de 1960. Compreendemos, deste modo, que apesar do desenvolvimento econômico e territorial da cidade, esta fase é marcada por ambigüidades. Pois, como afirma Trindade Jr.:

de um lado temos [...] a consolidação de um modo de vida extremamente moderno, sofisticado e artificializado. De outro, temos o crescimento do baixo terciário, o déficit habitacional, a favelização acentuada, a insuficiência de equipamentos urbanos, etc. (TRINDADE JR: 1998, 3).

A partir desta abordagem, segundo Trindade Jr., a expansão territorial de Belém pode ser dividida em três fases distintas: a ribeirinha (da fundação da cidade até meados do séc. XVIII); a de penetração ou interiorização (de meados do séc. XVIII a meados do séc. XIX) e a de continentalização (meados do séc. XIX em diante). Acrescentando-se, nesta última fase, o período de metropolização, que foi iniciado na década de 1960, a partir da integração econômica ao nordeste e ao centro-sul do país (com construção de rodovias), sendo consolidada nas décadas seguintes, pressupondo a incorporação de cidades e vilas próximas à capital que passam a formar uma malha urbana única, ainda que fragmentada (ibidem). Atualmente, o município de Belém constitui-se num território formado por 39 ilhas. No presente trabalho, daremos ênfase a esta última fase de expansão da cidade – continentalização e metropolização - e à abordagem envolvida neste processo, no que se refere às dinâmicas sócio-espaciais, aos conflitos e aos agentes envolvidos.

Figura 2 – DIAGRAMA ESQUEMÁTICO DE EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BELÉM

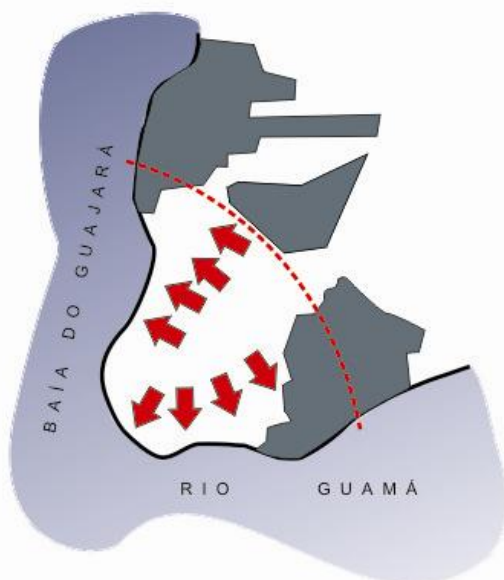
① EXPANSÃO URBANA INICIAL (Fase Ribeirinha)



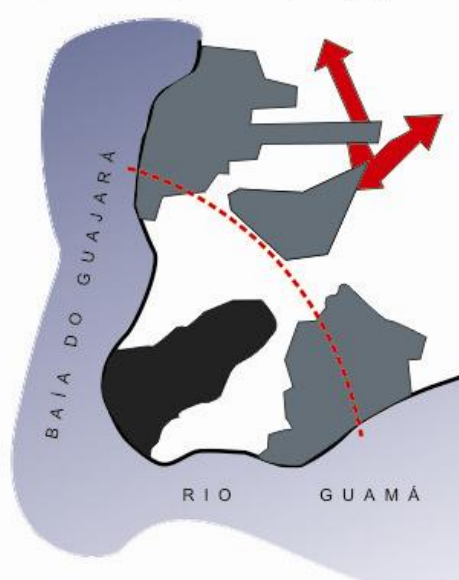
② OCUPAÇÃO DAS ÁREAS ALTAS (Fase de Penetração ou Interiorização)



③ PERIFERIZAÇÃO DAS BAIXADAS (Fase de Continentalização I)



④ ULTRAPASSAGEM DO "CINTURÃO INSTITUCIONAL" (Fase de Continentalização II: Metropolização)



LEGENDA	
● FORTE DO PRESEPIO	BAIXADAS
➔ SENTIDO DA EXPANSÃO	CINTURÃO INSTITUCIONAL
▭ LIMITE DA PRIMEIRA LÉGUA	DENSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CENTRAIS

Fonte: IPEA, 1997 (Relatório nº 2) (apud TRINDADE JR, 1998). Sem escala e Norte.

2.3 – A Periferia de Belém: Invasões e Baixadas

Durante o início da terceira fase de expansão, período áureo da borracha, na administração de Antônio Lemos (1897-1910), Belém passou por um momento de renovação estética realizada por meio de *limpezas urbanas* (exercício de higienização político-territorial), da pavimentação das ruas e implantação de bulevares (com suas famosas mangueiras) e da construção de praças e jardins (SARGES, 2002 apud PARANAGUÁ, 2003).

A partir das influências de intervenções que aconteciam na Europa, principalmente na Inglaterra, Portugal e França, o governo local teve nas idéias *haussmanianas*²⁰ a inspiração para tais intervenções urbanas de renovação e embelezamento que fariam da cidade a chamada Paris n'América. Nesta ocasião, Belém era considerada como uma das cidades de melhor infra-estrutura urbana do país. Motivo de significativa relevância que impulsionou a aceleração do processo migratório de pessoas do interior do Estado e de Estados vizinhos, devido à atração concêntrica²¹ exercida pelas possibilidades de emprego e melhores condições de vida oferecidas na maior capital da região norte.

²⁰ Expressão usada por diversos autores brasileiros e estrangeiros, referente às idéias do Barão Hausmann, responsável pelo conjunto de intervenções realizadas no tecido urbano de Paris, durante a segunda metade do séc. XIX, conhecidas como “hausmannização”, que influenciaram numerosas outras reformas em várias cidades do mundo. (PINHEIRO, 2002).

²¹ “Atração concêntrica” é um dos conceitos utilizados por Gilles Deleuze e Feliz Guattari em *Mil Platôs* (1996b) para definir a experiência político-territorial/econômico-territorial exercida pelo sistema capitalista, que em sua malha de atuação/contenção do *sócius* humano, realiza a captação dos mais diversos fluxos (ou tenta captar todos os fluxos criados pelo ser humano e pelos planos múltiplos os quais este interage) tencionando-os ao direcionamento central de seus pontos fundamentais de produção: cidade; mercado; máquinas-desejantes; Estado-Nação; a experiência de qualquer conhecimento retida pela compreensão necessária de que esse só é possível por valor-de-troca; a cultura como consumo; o espaço como espetáculo e a vida como propriedade-privada.



Fig 3 – A próspera Belém da Belle Époque

Fonte: PARÁ, 1995.

Desta maneira, o número de habitantes da cidade aumentou de forma considerável, porém a economia local não acompanhou proporcionalmente este crescimento, gerando o inchaço populacional e a periferização da cidade. Neste sentido, a periferia de Belém constituiu-se a partir da ocupação de áreas alagadiças que eram antes destinadas para fins pastoris e doadas pelo intendente Antonio Lemos aos seus amigos a fim de concedê-los títulos de nobreza (VALENTE, 2003 apud PEREIRA, 2003). Segundo Abelém:

Na medida em que a cidade se expandiu e recebeu seus primeiros equipamentos urbanos, encontrou os acidentes hídricos, contornando-os em vez de saneá-los, o que levou a ocupação a ser feita preferencialmente nos terrenos de cota mais alta, deixando grandes áreas desocupadas formadas por terrenos alagados ou alagáveis, de cotas baixas (ABELÉM: 1988, 36 apud PEREIRA: 2003, 118).

Assim, estas regiões mais baixas passam então a ser ocupadas pelos imigrantes do interior, ou seja, em grande parte pela população ribeirinha, já acostumada a viver em habitações rudimentares sobre as águas (palafitas). Estas aglomerações de barracos em terrenos alagados ou alagáveis, cujas curvas de nível não ultrapassavam a cota de 4m, passam a ser denominadas de 'baixadas'.

No que se refere às baixadas, segundo Alves (ALVES, 1997, apud PEREIRA, 2003), estas podem ser consideradas em Belém como um dos

primeiros vetores de ocupação do espaço urbano pela população de baixa renda, que habitaram as regiões alagadiças não contempladas pelo poder público, entre as décadas de 1910 e 1920.

É importante assinalar, entretanto, que neste momento de renovação estética sofrida pela Belém da *Belle Époque*, as reformas e higiènes urbanas não foram apenas no sentido de limpeza das vias, mas também no sentido de “limpá-la da pobreza, da feiúra e do mal” que esta causava ao bem-estar da cidade (CHAVEZ, 1997). Deste modo, foram estabelecidos pelo governo códigos de postura que padronizavam a tipologia arquitetural das casas, justificados pela veemente preocupação com a “higiene e estética” da capital paraense. Para as camadas ascendentes da população era possível seguir tais medidas, mas para o restante não.

Por conseguinte, devido à nova codificação urbanística, por causa do adensamento demográfico, a população de baixa renda passou a amontoar-se ainda mais nas áreas alagadas, com o intuito de permanecer próxima ao centro, onde se condensam os empregos e os serviços públicos necessários para a sobrevivência na capital e, além disso, os custos de deslocamento casa-trabalho eram considerados os mais baixos. Assim, estas intervenções e normas urbanas pausterizantes tenderam a deixar ainda mais evidente as diferenças sócio-econômicas entre os segmentos populacionais no território belenense.

A postura de negação à pobreza, deixando à margem a periferia alagadiça da cidade e julgando-a como algo a ser combatido e eliminado, ou simplesmente ignorado para que perecesse e desaparecesse, foi mantida até meados do século XX, quando a cidade outra vez foi alvo de nova atração populacional, a partir dos anos 1950 e, mais intensamente, na década de 1960 (com a integração ao sudeste do país através da rodovia Belém-Brasília).

Na década de 1950, a periferia de Belém foi ocupada por meio da distribuição de terras para órgãos públicos (como o Exército, a Marinha e instituições de pesquisa) ordenada por dois principais eixos de rodovias (Rodovia Augusto Montenegro e BR-316), por onde se supunha que a cidade tenderia a crescer, tal região era chamada de “cinturão institucional”.

Nesta conjuntura, a urbanização e metropolização de Belém desenvolveram-se de forma acelerada, principalmente a partir de 1964, com o plano político da ditadura militar de integrar, povoar e desenvolver a região da Amazônia. Contudo, apesar de ocorrer um processo de verticalização a partir do eixo das rodovias, novamente este crescimento demográfico não foi acompanhado de um crescimento econômico proporcional que abrangesse todo o fluxo populacional que se somava à cidade, resultando outra vez num aumento rápido e crescente do número de habitantes da periferia, o que restringiu o adensamento da cidade à Primeira Léguas Patrimonial. Foi neste período também, já nos anos 1970, que as terras do “cinturão institucional” passaram a ser ocupadas em parte por conjuntos habitacionais e por assentamentos informais oriundos de invasões realizadas pela população de baixa renda (vide figura 2).

No que se refere ao surgimento de conjuntos habitacionais na cidade, esta fase foi marcada por um novo exercício político, não mais a eliminação das baixadas, mas sim a transferência dos moradores para outras áreas que seriam urbanizadas. Esta atitude, diferente da experimentação realizada no período da borracha, no qual o governo local havia sancionado leis e medidas, que objetivavam não só interditar o fluxo demográfico abundante (intensificado a cada dia passado), mas também criar uma malha de retenção nas regiões mais abastadas e centrais da cidade para com as áreas ribeirinhas (seja para o seu acesso, seja para uma possível intervenção de moradores “bárbaros”), ou mesmo a sua eliminação do/no próprio território da cidade, o que não impediu o crescimento das baixadas ou o tráfego desta nova população.

Desta forma, no final da década de 1970, e mais intensamente nos anos 1980, uma das medidas principais que contribuiu para a expansão territorial de Belém foi a de substituição das baixadas por conjuntos habitacionais (horizontais e verticais, localizados além da Primeira Léguas Patrimonial) por meio da redistribuição dos moradores das áreas informais. A classe hegemônica justificava que o remanejamento de favelados para conjuntos habitacionais era a melhor solução, indicando uma perspectiva

físico-ecológica do problema, na qual o espaço usado foi considerado como a causa do problema, mais do que sua manifestação (CARDOSO: 2007).

Neste contexto, a ação efetiva, por parte do governo federal, de fornecimento de moradia à população de baixa renda na década de 1970, foi financiada com investimentos do Banco Nacional da Habitação, criado em 1964. Além disto, outras instituições também foram responsáveis pela provisão de moradia na cidade: a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB/PA) que construiu o primeiro conjunto habitacional em 1973, o Instituto de Previdência e Assistência de Servidores do Estado do Pará (IPASEP) e a Caixa Econômica Federal (CEF), um banco governamental. Todavia, tais realizações políticas foram muito menores do que as unidades habitacionais necessárias. Pois:

Enquanto políticas de moradia promoveram quase 26.000 unidades em mais de vinte anos, quase o mesmo número de famílias encontrou espaço para residirem em áreas ilegais invadidas e quatro vezes esse número moram em baixadas na área central da cidade. (LIMA in: FERNANDES; VALENÇA, 2004).

A partir desta abordagem, compreendemos que esta política habitacional de remanejamento adotada nos anos 1980, e que ainda hoje é vigente, foi inteiramente orientada pelas exigências/necessidades da população de média renda, que contrariamente ao discurso proferido pelo Aparelho de Estado, a máquina capitalística nunca intentou conhecer e/ou atender as reais necessidades dos habitantes das baixadas. Conseqüentemente, o resultado foi negativo: a localização de forma isolada, distante do centro da cidade e dos serviços e equipamentos públicos, fez com que os conjuntos habitacionais não suprissem as exigências particulares das camadas mais pobres, uma vez que, posteriormente, estes conjuntos foram habitados pela classe média enquanto que grande parte da população das baixadas voltou a morar em áreas informais (TRINDADE JR, 1998; CARDOSO, 2007).

A partir da análise realizada por Cardoso, entendemos, entre outros fatores, que o insucesso dos conjuntos habitacionais como solução de moradia para camadas de baixa renda se deve pela interdependência que os habitantes das baixadas possuem entre si e a necessidade de permanecerem

próximo aos pontos que os vinculam à cidade, além de outras intensidades imersas no contexto das subjetividades do espaço informal. Ressaltamos que uma ação deste tipo, realizada sem a consulta e a participação dos moradores, prejudicou e continua a prejudicar a sobrevivência dos mesmos na cidade, pois, como já foi dito, uma intervenção criada à base dos padrões de vida de uma população de renda média e imposta a uma classe de baixa renda oblitera de qualquer modo as estratégias encontradas pelos moradores de áreas informais para a superação das dificuldades que a pobreza urbana lhes causa.

Nesta perspectiva, evidenciamos que, apesar dos esforços governamentais para a redução do déficit habitacional, o adensamento das baixadas de Belém continuou a crescer ao mesmo tempo em que o centro da cidade se verticalizava nos bairros mais nobres. Além da proliferação destas baixadas na região central da cidade e dos conjuntos habitacionais na área de expansão, foi ainda neste período da década de 1970, e mais intensamente na década de 1980, que as novas invasões de terra começaram a surgir em Belém. A respeito disto, segundo Valente:

a Região Metropolitana de Belém (RMB) é considerada como a metrópole das invasões por apresentar 83 áreas invadidas, só no período de 1980a 1990. No total, até 1995, são 190 áreas decorrentes de invasões de terra e no Estado do Pará são aproximadamente 270 áreas invadidas (ALVES, 1997 *apud* PEREIRA: 2003, 118).

As invasões de terra ocorreram principalmente nos vetores de expansão da RMB e muitas vezes sendo incentivadas por candidatos políticos e/ou mesmo políticos eleitos interessados em se auto-promoverem, exercício compreendido como uma das mais importantes características ao novo experimento de domínio da ordem hegemônica. Este fato gerou uma nova relação de clientelismo, um neo-coronelismo, entre políticos ricos e eleitores pobres, desencadeando a chamada “indústria das invasões”,

[...] que atende vários interesses por meio da combinação de pactos envolvendo o Estado, população e proprietários de terra. Do lado do Estado, busca-se a legitimidade; do lado da população, criam-se mecanismos de sobrevivência e de garantia de habitação, ainda que para isso se faça concessão aos estratagemas de legitimação do poder local. Além disso,

como parte dessa cadeia de relações, os proprietários dos terrenos, buscam se favorecer por meio das desapropriações. (TRINDADE JR: 1998, 197).

Alternativa de moradia para a população mais pobre, atualmente considera-se que as invasões são um dos principais fatores de explosão demográfica dos municípios vizinhos que compõem a região metropolitana de Belém. Porém, ambigüamente, observa-se que estas áreas, mesmo quando assistidas pelo poder público, carecem de acesso aos serviços infra-estruturais básicos e de uma política fundiária que garanta o direito à habitação sobre o direito à propriedade (ibidem). Neste tipo de prática, ao contrário do que possa parecer, o “direito à ocupação” nega o “direito à cidade”, visto que na maioria dos casos, as invasões ocorrem com base em relações de favor, o que se opõem diretamente ao princípio da universalidade dos direitos, da cidadania e da dignidade. É neste aspecto que se estabelece *a confusão entre a coisa pública e os negócios privados, entre governo e Estado, bem como a dificuldade de abstrair a figura do Estado submetida às relações pessoais* (MARICATO: 1996, 14 apud TRINDADE JR: 1998, 198).

Atualmente, a proliferação de espaços informais, tanto por meio das invasões quanto pelo adensamento das baixadas, continua a ocorrer, mesmo que de maneira menos intensa na capital. Neste sentido, vale ressaltar que

[...] a apropriação dos terrenos das baixadas, não se realizou sem conflitos entre famílias e grupos que se auto-intitulavam proprietárias e os novos ocupantes. Estes últimos foram os que efetivamente definiram a produção do espaço nas áreas de baixadas para fins urbanos. Através de ações diversas, passaram a urbanizá-las, por meio do aterramento das vias, de reivindicações coletivas para instalar equipamentos urbanos e comunitários, enfim, por uma série de ações que acabaram por valorizar os terrenos aí existentes e aguçar os interesses de grupos imobiliários ou mesmo dos pretensos proprietários, que, em muitos casos, possuíam apenas o domínio útil sobre os mesmos. (TRINDADE JR: 1998, 113).

Diante do panorama atual de segregação existente no espaço urbano belenense, tanto no que toca o aspecto econômico, quanto no sentido do espaço físico centro-periferia, ressaltamos que Belém integra o contexto mundial de uma sociedade globalizada. No cerne desta abordagem, referente às invasões e baixadas, destacam-se entre os principais agentes interventores do espaço: a máquina capitalística imobiliária e o Aparelho de

Estado, os quais agem de acordo com o contexto mundial, onde reproduzem o modelo estratificado de uma cidade conduzida pelo domínio de mercados, pelo comando generalizado das redes de informação sobre os territórios, pensada com modelos padronizados de intervenção que, como mecanismo de controle, verticaliza a dinâmica heterogênea sócio-urbana existente em seus mais diversos planos. Imprimindo nos espaços e em seus habitantes (súditos ou criadores de si) procedimentos individualizantes necessários ao regime homogeneizante e mercadológico já referido.

Nesta conjuntura, observamos que em Belém, assim como em grande parte das cidades influenciadas pela lógica do CMI, ocorre claramente a expansão do fenômeno da espetacularização, sobretudo nas recentes intervenções urbanísticas destinadas ao “espaço da orla”, que se tornou alvo de diversos projetos de requalificação, revitalização, reurbanização, etc., elaborados pela justificativa problemática de apresentar um cenário turístico atraente aos investimentos privados. Este fenômeno desencadeou um processo de gentrificação em algumas áreas que possuíam forte influência na vida de comunidades ribeirinhas locais ou que eram anteriormente habitadas por elas. Os mencionados projetos, planejados e executados pelo poder público em parceria com empresas privadas, geralmente são acompanhados do discurso de crescimento econômico, da ampliação de novos setores da economia local, além da dinamização e modernização de outros setores já existentes (PONTE, 2007).

Nesse contexto, é importante ressaltar que a participação da população, principalmente da informal, em tais projetos é quase nula. E, à medida que essas áreas passam a ser valorizadas pelo mercado imobiliário, os habitantes mais antigos de tais “áreas de orla” tornam-se cada vez mais indesejados, resultando em práticas de transferência local, seja por expulsão, seja por outras medidas aparentemente menos higienistas e mais democráticas, sendo que todo este processo segue os ditames do capital privado.

A tensão gerada pelos embates existentes entre os espaços opacos e os espaços luminosos²², entre os interesses econômicos do capital privado e as camadas mais pobres, no qual o poder público tem papel de mediador, ora tendendo a um ora a outro, é o foco desta pesquisa. Buscaremos evidenciar tais conflitos tomando como caso a mais recente obra de espetacularização da cidade, o Projeto Portal da Amazônia, lançado pela prefeitura em 2006 e cuja construção, que está em fase inicial, envolve profundas questões sociais. Dentre estas, o presente trabalho aprofundar-se-á naquelas referentes ao impacto que o Projeto Portal da Amazônia causará na vida dos habitantes da baixada localizada num trecho da orla da cidade, o qual está inserido na área de intervenção do Projeto.

2.4 – Portais para o Espetáculo

Para entender o contexto do Projeto Portal da Amazônia, é preciso primeiramente tomar conhecimento dos dois grandes principais empreendimentos espetaculares construídos na orla de Belém e de toda a retórica existente em torno deles. Em sua conjuntura política, estes projetos, destinados à orla da cidade, foram realizados durante três gestões consecutivas do Governo do Estado do Pará, liderado na época pelo Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) (1994-2006), tratam da Estação das Docas e do Mangal das Garças.

2.4.1 – A Retórica: o ideário de Resgate do Rio

Retomando o contexto da forte relação da cidade de Belém com o rio Guamá, desde o período de sua fundação no séc. XV até os dias de hoje, é possível observar a grande importância para o setor econômico e de transporte: o meio fluvial, elo alicerçal entre a capital e as várias cidades do interior do Estado e, em alguns casos, a única via de acesso possível, além

²² Para Milton Santos (2002) espaços luminosos são aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando, assim, mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Em contrapartida, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos (Ibidem, 264).

de, por esta conexão, ser possível fluir, na capital, as mercadorias oriundas do interior, sobretudo produtos alimentícios, como a farinha de mandioca, o açaí e uma grande variedade de peixes que, no fim do século XVII, eram comercializados principalmente no famoso Mercado do Ver-O-Peso. É por este circuito, também, que ressaltamos a compreensão da cidade de Belém como caracteristicamente ribeirinha.

Contudo, mesmo o rio exercendo grande influência de dependência fluvial sócio-cultural, econômica e de mobilidade, como dito anteriormente, durante o processo de ocupação do território belenense, centenas de edifícios foram construídos no centro, circunscritos a partir das necessidades e demandas urbanas vigentes pela classe hegemônica, centro elevadiço, que com seus edifícios e suas concretas linhas verticais monumentalizam barreiras físicas, sociais e respectivamente com relação ao acesso visual ao rio. Em consequência destas intervenções, o horizonte panorâmico da cidade em seu processo urbanístico, foi gradualmente modificando-se e a visualidade do Guamá foi aos poucos sendo apropriada e privatizada. Os *edifícios projetam sombras sobre o rio, mas a cidade não mais “tem o rio nas suas margens”, que apenas pode ser olhado furtivamente a partir de fendas mascaradas* (CHAVEZ, 1997 in: XIMENES: 1997, 423).

Desta forma, a morfologia central e predominantemente hegemônica de Belém, constituiu-se de maneira a rejeitar o seu vínculo aquático, importando o traçado “iluminista” europeu que, exaltado de progresso, civilização e cultura, se opõem às idéias primitivas ligadas à floresta e às águas, símbolos demasiado mágicos (ibidem). Compreendemos, então, que se tornou comum a contaminação discursiva da constante e quase inevitável afirmação de que a cidade cresceu de costas para a Baía do Guajará.

Por outra perspectiva, facilmente se analisa que a leitura histórica contaminada pelo discurso predominantemente capitalista recorta de forma direta um duplo processo: o *molar*, onde se manifesta unicamente o interesse/prática de dominação sócio-econômico-territorial que, ao evocar a lembrança de uma região esquecida pelo *sócius*, este lugar da *memória* precisa necessariamente ser resgatado, ser re-codificado e ser higienizado, pois situa a degradação retida pelo esquecimento e pelo uso inconseqüente

de um outro *sócius*, que não é de centro; e pela escala molecular, que diferentemente de se formalizar unicamente pela ordem discursiva de significação global, percebe-se o confronto existente entre as vozes que se atualizam na máquina semiótica dominante (que a tudo faz calar) e os gritos, aflições e fúrias dos que sofrem a exploração, ou ainda, o riso e conturbação frenética de um mercado que não se aporta pelas necessidades do grande centro. A cidade cresceu de costas exatamente por predominar a cultura de centro, fluxo concêntrico e em seu vértice, a cultura de atualização de poder pela periferização social, por meio do uso de uma linha marginal, de margem, que foi vetorizada e delimitada propriamente nas bordas dos rios.

Enquanto o discurso hegemônico atinge diretamente o ego de consumo das máquinas desejantes, o que não se explicita nele, e ao mesmo tempo nos amplia possibilidades para outras leituras, é a perspectiva de uma micro-política de poder que se atualizou em toda sua trajetória histórica. A exemplo dos efeitos desta micro-política, evidenciamos que os atuais proprietários das margens, tanto são os donos de serrarias, fábricas de castanha, clubes, hotéis e instituições, quanto são os donos dos barracões que constituem as palafitas, sendo esses últimos aqueles que lutam por um espaço na cidade, *morando em um “chão de água” disputado por uns e outros* (ibidem).

Estas camadas mais pobres que resistem há tempos nas regiões relativamente próximas ao centro e concomitantemente “à margem” ²³, apropriam-se diretamente do rio, utilizando-o como meio de sobrevivência, e, provavelmente, serão as primeiras a sofrerem o processo de expulsão em prol de uma pretensiosa democratização da margem, retórica utilizada pelo Aparelho de Estado e pelo capital privado, onde se propaga o discurso da necessidade de retomar o “real uso e valorização” do Guamá. A máquina capitalística, pelo seu aparelho de contenção, emula e mantém a decodificação e re-codificação das intensidades e fluxos existentes nos territórios ribeirinhos, que, por sua vez, resulta na complexa realidade da desterritorialização e re-territorialização dos habitantes destes, onde seus

²³ No cerne desta abordagem, destaca-se o termo “margem do rio”, que é um *desdobramento para a metáfora dos que vivem à margem* (ibidem).

mais diversos planos – quer sejam eles espaciais, quer sejam subjetivos –, serão tragados para um outro ponto/outro território já programado pelo Aparelho.

Deste modo, o arranjo urbanístico estabelecido para a população ribeirinha vetorizará a dupla experiência de des-re-codificação, conectadas molecularmente. Na primeira, vive/viverá a captura que a impulsiona ao plano desterritorial, isto é, os ribeirinhos serão *removidos* de suas moradias e terrenos para um outro lugar, seja o retorno ao interior de onde eles vieram, seja a migração para outros pólos territoriais marginalizados, ou os condomínios residenciais oferecidos pelo Estado. Na segunda, desterritorializada e contida totalmente dentro do domínio urbano do Aparelho de Estado, a desterritorialização já é movimento de re-territorialização, que processa a re-codificar todos os novos fluxos (fluxos antes potentemente intempestivos) ao fluxo padrão destes territórios (pré-)programados, ou seja, os ribeirinhos ao serem integrados nestes novos territórios existenciais sofrerão a dura *intervenção* dos transes estratificados pelo *sócius* capitalístico, onde não mais estarão conectados aos devires que os faziam confeccionar a vida-ribeirinha, seja o rio, sejam os seus modos múltiplos de sociabilidade existentes, seja a sensibilidade espacial organizada entre o solo fixo do aterro e o desenho das estivas sobre o rio ou mesmo o artesanato de compor as casas, as vias, os seus labirintos territoriais.

Deste modo, o ideário de caráter hegemônico de retomada do rio, fundamenta-se na busca por uma identidade que melhor represente a cidade, a de uma “Belém-ufania” de época áurea, a da *Belle Époque*. Escolhendo-a como modelo exemplar de cidade e estruturada a partir de argumentos moralizantes ou “saudosistas”, os quais anseiam pela volta de uma continuidade perdida, de um “paraíso perdido” (CHAVEZ, 1997). Em outras palavras, anseia-se celebrar a “Belém da Saudade”, a “Belém do já teve”. Este arranjo trata-se de uma visão museológica e arquivista, onde, apelativamente, se exalta o tom melancólico e consolador para o sofrimento provocado pela perda do brilho perdido de uma cidade antes gloriosa (ibidem). Esta matriz molar foi fundamentada/propagada/atualizada,

basicamente, a partir do discurso proferido pelas máquinas semióticas do Governo do Estado (na época, PSDB), que durante o final da década de 1990 e início dos anos 2000, demarcou o período de implantação de grandes projetos de revitalização e recuperação do centro histórico da cidade. Neste interim, no ano de 1995, foi lançado, pela Secretaria Estadual de Cultura, o luxuoso álbum “Belém da Saudade”, exemplo da exaltada “nostalgia imobilizadora” (ibidem).

A leitura do passado como glorioso, áureo, de mãos dadas com o progresso ecoa evidente como um ruído na apresentação do livro: *Preservar os teus retratos, guardar as tuas ruínas, recolher os teus pedaços e, a partir deles, reinventar os teus sonhos. Eis a questão!* (BELÉM: 1995, 8). Para Chavez, cobra-se um preço alto por esta “Belém da Saudade”, pois estas idéias nostálgico-ilusórias, não passam de alimento para um mercado ávido de aparências, que canhestramente retrata o belenense saudoso: *aquele que não viu, quer ver; aquele que viu e viveu, quer recordar; ambos são tomados pela mesma tristeza, pela mesma “fantasmagoria” de uma época feliz.* (CHAVEZ, 1997 in: XIMENES, 1997, 422). Deseja-se, portanto, concretizar o fantasma por meio de obras de revitalização e recuperação da cidade, imagem folclórica da Belém “Porto do Ouro”, professada em 1749 pelas palavras de João Daniel:

A mais bela, rica, grande e nobre cidade do Pará. E das maiores, e mais populosas da América Portuguesa, e talvez que também das mais ricas, por acoderem a ela todas as riquezas de todo o Amazonas de todo o descrito da Majestade Fidelíssimo: e ouro das minas de Mato Grosso, e das mais, que tem o rio nas suas margens... Já corre entre eles u’a como profecia, de que a sua cidade se há de vir a chamar o Porto do Ouro. (João Daniel, Tesouro Descoberto do Rio Amazonas: 1749, Vol. I, 284-285 apud CHAVEZ, 1997 in: XIMENES: 1997, 412).

Tais palavras, além de enaltecerem uma Belém rica e bela, contêm ainda a sutil idéia da importância do rio para a cidade e, assim como neste passado de João Daniel urge o Guamá potente em riqueza e prosperidade, o tempo presente atualiza sua *poética* a partir dos projetos espetaculares como a Estação das Docas e o Mangal das Garças.



Fig 4: Trecho da orla de Belém do início do século XX, na doca do Ver-o-Peso.

Fonte: PARÁ, 2005.



Fig 5: A rica Belém de Antônio Lemos. Imediações do centro comercial e portuário da cidade.

Fonte: PARÁ, 2005.

A partir desta pequena trajetória, assinalamos que, estrategicamente, este trabalho também debruça na problemática social (subjetiva, política, moral e existencial)/ territorial (urbana, controladora, afecto-perceptiva e multidimensional) originada a partir do discurso e da efetuação do pretensioso ideário de resgate da “Belém de uma época áurea”, pelo qual o governo procura difundir para justificar seus projetos de atração turística pela cidade, reduto de capitalização global das relações humanas, seus novos traços urbanos de remanejamento reorganizados pela necessidade do mercado imobiliário da cidade e de seu sistema econômico, sua necessidade

de atualização dos sistemas de controle e de higiene social, e seu procedimento de re-territorialização dos fluxos variados pelo ritmo concêntrico do Aparelho de Estado.

2.4.2 – A Estação das Docas

Inaugurada no ano de 1997, a Estação das Docas é um monumental complexo de lazer que abrange uma área de 32.000 m² e, segundo textos publicitários, possui 500m de orla fluvial urbanizada, em frente à baía do Guajará. O projeto, idealizado pelo então secretário de Cultura e Lazer do estado do Pará, o Sr. Paulo Chaves, seguiu exemplos como os de Nova York, São Francisco, Buenos Aires e, paralelamente, no Brasil, se alinhou à violenta des/re-codificação dos territórios existenciais de cidades como Salvador (Pelourinho) e Recife (Recife Antigo). Nesses países, há quase três décadas e mais recentemente no Brasil, a partir da década de 1990, adotou-se a cultura como o principal meio de capitalização da cidade-central e sendo suas medidas articuladas à lógica de um Planejamento Estratégico, que culminaram, entre outros, na transformação de portos em centros turísticos.

Desta forma, o mais novo centro de lazer de Belém da referida época, tinha como objetivo dar continuidade a um processo de *requalificação* (re-territorialização/*re-significação* de uma área portuária para um território de comércio-lazer da classe dominante) de espaços, até então desativados, a fim de aumentar o potencial turístico da cidade. No caso da Estação, seus galpões de ferro ingleses do século XIX foram totalmente restaurados e revertidos em uma concentração de galerias, lojas, restaurantes, etc., criando-se assim um novo espaço “digno de ser cartão-postal de Belém”.

Neste período, o Governo do Estado havia estabelecido um amplo projeto (em que a reconstrução da Estação das Docas também fazia parte) de *recuperação* e *revitalização* do centro histórico de Belém, inicializado a partir do Projeto Feliz Lusitânia, o qual restaurou igrejas, inaugurou museus, entre outras ações. Os investimentos financeiros necessários para tais projetos foram consideráveis, por exemplo: para a Estação das Docas, divulga-se que

os custos iniciais somam 19 milhões de reais. É importante ressaltar neste quadro de estruturação histórico-urbana que, economicamente, a Estação das Docas não é um espaço auto-sustentável e, como afirma o próprio Paulo Chaves, “... os aluguéis das lojas dão para pagar só a metade dos custos, o resto tem de sair do governo.” (PROJETODESIGN, 2005). Logo, todos os cidadãos financiaram e financiam a manutenção deste empreendimento socialmente restritivo.

Neste sentido, observamos que o espaço de lazer destinado teoricamente para todos é, na verdade, um espaço constantemente vigiado e freqüentado por uma parcela mínima da sociedade, aquela que possui capital suficiente para desfrutar dos serviços de alto padrão oferecidos. A população mais pobre da cidade, raras vezes utiliza o espaço aparentemente democrático da Estação (especialmente fantasmagórico, da Belém da *Belle Epoque*, da Belém-luminar...), nem mesmo para contemplar a vista da baía do Guajará, que também se tornou objeto de consumo, pois estes são constrangidos na prática da deriva, têm suas máquinas desejantes constantemente sabotadas pelo olhar acompanhante e discreto daquele que assegura a ordem dos corpos estranhos ao ambiente (um higienista), que repreende e pune o exercício de maus costumes no espaço rico e luzidio (um policial) e que discrimina e circunscreve geometricamente o tempo, o espaço e os costumes dos invasores (um vigilante), todos estão concatenados na personagem dos seguranças das Docas.

Situamos, assim, genericamente, a malha de controle que se organiza neste canteiro do espetáculo burguês (Pesquisa de campo, 2007), e destacamos aqui este movimento constante e emaranhado, onde as máquinas desejantes das baixadas impulsionadas pelo desejo de fruir pelo circuito hegemônico, pelo desejo de consumir, podem provar a dupla experiência de integrar-reproduzir avidamente as necessidades da malha capitalística e a de resistência-retomar a estes espaços elitistas, como máquinas de guerra que enfrentam o constrangimento, tentam marcar território, desfigurar o território desterritorializado.

Esta aparente política democrática também está presente de maneira incisiva nos discursos, que acompanham e justificam estes projetos

espetaculares, como a Estação das Docas, a exemplo, que entre tantas outras justificativas, também integra o ideário de resgate do rio pela cidade. Segundo Ponte (2007), a idéia da água como elemento importante data de longo tempo e, como dito anteriormente, a estruturação espacial da cidade contribuiu para isto, seja pela constituição da zona portuária, seja pela economia dependente do transporte fluvial. O discurso da máquina público-capitalista enfatiza, porém, que apesar desta relação com as águas sempre ter estado presente na História de Belém, nestas últimas duas décadas, em especial, dado à manifestação da vibração espetacular como suporte econômico do Estado, ela propaga sonora-visual-erótica-moralmente a invariável necessidade de re-territorialização do rio pela cidade, afirmando: que esta cresceu “de costas” para a sua matriz civilizatória. Para Ponte,

isto é contraditório se considerarmos a estruturação da cidade na história, mas é expressivo da construção simbólica, cultural, da idéia de quem deve de fato reocupar e retomar as margens fluviais da região de Belém/PA. Ou de quais usos são considerados mais adequados para este processo de uso e apropriação destas águas (Ibidem).



Fig 7: Estação das Docas. Ao fundo, Mercado do Ver-o-Peso.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

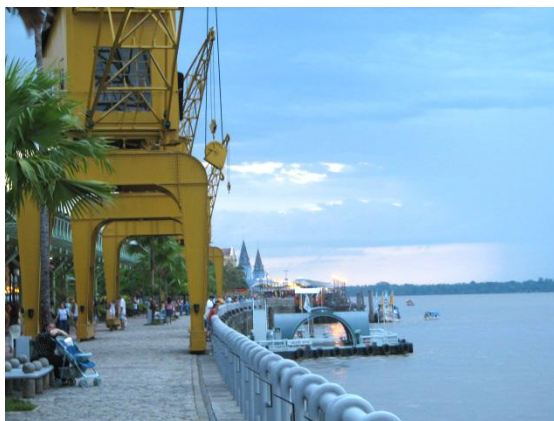


Fig 6: Estação das Docas. Ao fundo, companhia das Docas do Pará.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.



Fig 8: Vista Panorâmica da Estação das Docas, às margens da Baía do Guajará. Observa-se ao fundo, Catedral da Sé no centro histórico e o Mercado do Ver-O-Peso.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.



Fig 10: Estação das Docas. Bares e calçadão.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.



Fig 9: Estação das Docas. Bares e calçadão.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

2.4.3 – O Mangal das Garças

O Parque Ecológico Mangal das Garças, inaugurado em 2005 e também idealizado pelo então secretário de cultura, Sr. Paulo Chaves, foi um empreendimento ainda mais audacioso que a Estação das Docas: implantada em frente a uma vila de pescadores, numa região alagadiça, até então “esquecida” pela cidade, coberta de aningais (vegetação nativa que surge à beira do rio) e com pouca infra-estrutura, o parque inicialmente planejado para uma área de 64.000 m² e depois reduzido para 34.700 m², tendo como custo inicial 15 milhões de reais. Compreendemos aqui que, a partir de sua constituição enquanto projeto e objetivo de compor-se como espaço espetacular, suas perspectivas e fins enquanto região de integração social e de lazer mais uma vez é a de consumo, tanto no que se refere aos serviços oferecidos, quanto pelo desfrute da paisagem às margens do rio Guamã.

Por uma leitura comparativa às Estações das Docas, consideramos que as dinâmicas territoriais (planos de fluxos *n*'s) do Mangal e suas próprias armações e amarras de controle, efetuam um procedimento social extremamente segregador. A exemplo disto, mesmo tendo a existência um dia na semana quando a entrada em qualquer de seus serviços é franca (a entrada, não o consumo), salvo conduto do poder público, paga-se para poder usufruir dos principais atrativos que o parque oferece: mirante, borboletário, viveiros de aves amazônicas, orquidário, entre outros equipamentos de lazer, com exceção dos lagos artificiais. Além disto, o parque possui também um luxuoso restaurante destinado a uma parcela ainda mais seleta do público (nem todos os que visitam o parque possuem recursos para consumir neste único restaurante existente).

Constatamos que a mesma retórica utilizada para a Estação das Docas, a de preservação, resgate e democratização do rio pela cidade, foi também exaustivamente agregada aos discursos de divulgação do parque:

[...] para integração ao cotidiano da cidade, como forma de socialização entre a população e o rio. (VIVERCIDADES, 2003)

[...] Reunindo idéias de recuperação, pedagogia e lazer, o projeto teve como principal ponto de partida a preservação do

Aningal, vegetação nativa predominante na área onde o complexo foi construído. (MANGAL DAS GARÇAS, 2006).

O projeto paisagístico do parque, realizado por uma empresa paulista contratada pelo Governo, fez prova da falta de estudos aprofundados acerca das peculiaridades locais, como o clima, por exemplo, refletida pelas desconexões de escolha do tipo, da distribuição da vegetação e da pavimentação utilizada em grande parte do parque, que o torna abrasivo em seu período diurno. Conseqüentemente, o local costuma ser pouco freqüentado em épocas e horários de sol intenso (momento esse que situa a maior parte do tempo de acesso ao público).

É importante evidenciar que, mesmo após as intervenções espaciais, urbanísticas, econômicas, políticas, sociais, ecológicas pelo Aparelho de Estado e pela máquina capitalística, a população de pescadores remanescente na vila mal freqüenta o novo espaço, assim como na Estação das Docas, pois são constantemente vigiados quando adentram o local. Muitas vezes, esta população não possui condições financeiras, nem mesmo para consumir um sorvete e, ao contrário do que se costuma pensar, os moradores desta região não são contratados como empregados, pois não são considerados, seja pela administração, seja pelas sedes privadas terceirizadas (fornecedoras do serviço logístico de manutenção do parque) como mão-de-obra qualificada (pesquisa de campo, 2007). Isto significa dizer que a implantação dos mais novos espaços de consumo na cidade não beneficia a todos como geralmente os discursos em torno desses costumam afirmar. Ao contrário, busca-se favorecer os interesses exclusivamente empresariais, seguindo-se, portanto, a cartilha do Planejamento Estratégico²⁴ (ARANTES et al, 2000).

²⁴ Segundo BORJA (1996), o Planejamento Estratégico trata-se de um modelo de projeto empresarial, originado nos Estados Unidos e voltado para organização de uma empresa, no intuito de obtenção de produtividade, competitividade e alcance de metas. Este tipo de planejamento foi se desdobrando em vários campos e interpretações, sendo adaptado a vários modelos, expandindo-se para outras áreas, chegando ao Planejamento Urbano que passou a tratar a cidade como uma empresa e/ou como mercadoria. No final da década de 1980 e início dos anos 1990, o Planejamento Estratégico foi se disseminando na Europa em cidades pontuais como Barcelona, na Espanha. O caso de Barcelona foi resultado de uma estratégia para a superação de uma crise financeira, a partir de uma planificação urbana que teve a sua implantação inicial em 1986, proveniente de recursos públicos e privados para que a cidade fosse sede das Olimpíadas, e culminou no plano “Barcelona 2000”. O sucesso deste plano o levou a ser aplicado e ‘adaptado’ em diversas cidades, inclusive na

Neste contexto, destaca-se a idéia de homogeneização, de propagação dos espaços luminosos (SANTOS, 2002) e de consumo passivo e alienante, em detrimento da mudança brusca do cotidiano dos habitantes de uma Belém ribeirinha. Regime econômico que se faz presente pela estratégia e difusão da necessidade de aceitação de seu discurso retórico de retomada do rio por uma população mais abastada e a atitude de retirá-lo daquela que realmente se apropria dele como elemento fundamental para sua vida e sobrevivência e não somente para o consumo passivo (contemplação, passeios, etc.).



Fig 11: Vista Panorâmica do Parque Ecológico Mangal das Garças às margens do rio Guamá. Destaque para o Mirante e a vegetação constituída de aningais sobre o rio.

Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

América Latina, sendo que em muitas delas ocorreu de forma parcial. No discurso neoliberal do Planejamento Estratégico o mesmo consiste em um projeto para a cidade que unifica os diagnósticos, com atuações público-privadas e com a mobilização e cooperação dos atores sociais urbanos, onde o processo participativo é prioritário. E tem como resultado um contrato político entre as instituições públicas e a sociedade civil. Além disso, o processo posterior à elaboração e aprovação do plano, sua continuidade e a sua implantação são tão importantes quanto. Porém, é importante salientar que este tipo de afirmação não passa de um mero discurso de marketing, com o objetivo de vender esta teoria aos administradores do poder público, teoria esta fundamentada na ilusão de que o Planejamento Estratégico é a solução “salvadora” para os problemas econômicos da cidade, enquanto que na verdade é uma grande estratégia capitalista para arrebatar mercados para os grandes escritórios mundiais especializados neste tipo de planejamento, ou seja, tornar a cidade uma fonte de exploração de acordo com os interesses do setor privado, sem a interferência do Estado.



Fig 12: Mangal das Garças. Borboletário e lago artificial. Ao fundo, vila de pescadores.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.



Fig 13: Mangal das Garças. Orquidário e espelhos d'água. Ao fundo, à esquerda: vila de pescadores.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.



Fig 14: Mirante do Mangal das Garças.

Fonte: arquivos Fernanda Melonio.

2.5 – O Espetáculo do Portal

Após 12 anos da gestão do Estado do Pará ser liderada pelo PSDB, em 2006 o Governo passa a ser assumido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que mantém os supracitados projetos urbanísticos (do partido anterior), porém com medidas mais moderadas no que se refere às grandes obras destinadas ao aumento do potencial turístico da cidade. No entanto, a Prefeitura de Belém, que durante oito anos foi gerida pelo PT, passa a ser administrada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que, na época, fazia parte de uma coligação de oposição ao PT. Este fato dá continuidade às desavenças e “disputas” já existentes entre Prefeitura e Governo do Estado, ou seja, PT e oposição (PSDB e PTB) continuam a confrontar-se entre as gestões da prefeitura e do Governo do Estado. Com isto, o atual prefeito da cidade, Duciomar Costa, toma a postura populista do antigo governador de oposição ao PT e idealiza, então, outro grande projeto para dar continuação

ao processo de espetacularização da orla da cidade, a fim de “*dar à capital paraense o brilho que a faz merecedora do título de Metrópole da Amazônia*” (AMAZÔNIA JORNAL, 15.08.2007): o Projeto Portal da Amazônia.

O Portal da Amazônia, assim como os outros projetos espetaculares anteriormente citados, contém em sua retórica a retomada do rio, usando o elemento *água como justificativa e mote para a idéia de “resgate” da natureza na cidade, de sua identidade cultural, de suas raízes caboclas e da possibilidade e potencialidade de desenvolvimento econômico* (PONTE, 2007). Ainda em fase inicial, o projeto financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e orçado em mais de 270 milhões de reais, já estabelecido que metade de seus custos será financiada pela prefeitura, tendo como ponto culminante de sua intervenção sócio-urbana, ou seja, o remanejamento de praticamente todas as famílias residentes em palafitas que habitam no trecho entre o Mangal das Garças e a Universidade Federal do Pará, a fim de construir um “espaço de orla” de 6 quilômetros de extensão, terá, dentre outros equipamentos: uma plataforma de 70 metros de largura e duas pistas com três faixas em cada sentido, áreas de passeio, estacionamento em ambas as pistas, canteiro central, ciclovia e área de lazer.

Segundo o discurso da prefeitura propagado pela Secretaria de Urbanismo da cidade, o plano objetiva a “recuperação” desta região da cidade, a qual o secretário justifica que *a área da Estrada Nova [Avenida Bernardo Sayão] precisa de cuidados especiais para que ela seja devolvida à população recuperada* (AMAZÔNIA JORNAL, 15.08.2007). Em entrevista dada à imprensa local, o secretário afirma, ainda, que atualmente se esteja “*desperdiçando*” *uma das áreas mais bonitas da cidade, que está de costas para o rio*. Para ele, é preciso:

Fazer um trabalho grande porque a área está degradada ambientalmente, economicamente e socialmente. Nosso objetivo não é apenas fazer uma obra, mas melhorar a qualidade de vida da população. Por este motivo, estão sendo desenvolvidos projetos sociais e de saneamento. (BELÉM apud PONTE, 2007).

Neste sentido, o próprio prefeito Duciomar Costa afirma que o projeto Portal da Amazônia é “*o sonho dos moradores de Belém*” e que a prefeitura

*não medirá esforços para concretizá-lo. Para o prefeito, o projeto buscará repetir o sucesso ocorrido com a macrodrenagem do Una*²⁵, que estipula o benefício de 250 mil moradores da Estrada Nova, pois sua atual situação de ocupação desordenada *somente piorou a qualidade de vida dos habitantes daquela área. É preciso resgatar a dignidade daquelas pessoas* (ibidem). Na realidade, o que observamos é que estes “projetos sociais e de saneamento” que serão desenvolvidos pela prefeitura na Estrada Nova são de caráter claramente higienistas, e que objetivam utilizar uma área tão privilegiada no que se refere à paisagem (às margens da baía do Guajará) para fins lucrativos, ou seja, com a implantação de toda a infra-estrutura necessária para o Portal da Amazônia, a área de entorno tende a ser valorizada, aumentando os impostos e o preço dos lotes. A população atual que supostamente irá permanecer não terá estabilidade ou recurso financeiro para arcar com as despesas de manutenção dos serviços urbanos e, além disso, as grandes empresas imobiliárias estarão oferecendo quantias relativamente altas para que esta população venda seus lotes e para que, assim, possam ser construídos no local diversos empreendimentos imobiliários de alto padrão, transformando completamente o modo de vida dos atuais habitantes da área e mesmo da própria cidade. Nota-se, portanto, que está havendo um processo de reconfiguração territorial no qual é possível constatar a gradual expulsão dos mais antigos moradores de áreas ribeirinhas para dar lugar aos espaços de consumo e atrair uma outra população, aquela que detém maior poder econômico, movimento da lógica capitalista.

²⁵ A maior bacia hidrográfica da capital paraense, a Bacia do Una, foi alvo de um grande projeto de drenagem ocorrido no início da década de 1980, idealizado pelo Governo do Estado do Pará com a parceria da Prefeitura Municipal de Belém e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, entre outras instituições da sociedade civil. Apesar do discurso atual da prefeitura afirmar que o projeto beneficiou cerca de 1/3 da população de Belém, envolvendo sete sub-bacias e nove bairros, com grandes avanços na qualidade de vida na área de intervenção, o referido projeto vem sendo alvo de críticas por parte da comunidade científica e da população em geral, devido à maneira como foi conduzido e dos impactos que o mesmo causou no ambiente e na vida da população informal que habitava o local (cf. Santos, 1998).

2.5.1 – Projeto Portal da Amazônia e a área da Estrada Nova

O Portal da Amazônia não se trata do primeiro projeto elaborado para a orla belenense. Segundo Cardoso (O LIBERAL, 19.03.2006), um dos projetos mais ambiciosos ocorreu em 1909 quando o empresário Percival Farquhar idealizou a construção do Porto de Belém, conseguindo a concessão para explorar os serviços portuários na cidade, por meio da companhia *Port of Pará*. A partir disto, foi necessária a retirada dos trapiches que existiam em frente à cidade. Este projeto do Porto previa a ocupação de 1,7 km da orla ao longo da Baía do Guajará, porém com a crise da economia da borracha, a construção não foi concluída.

Na década de 1940, construiu-se, na mesma área, um dique ao longo da orla para vedar a passagem de água para muitos canais da bacia desta região, trata-se aqui da atual Avenida Bernardo Sayão, popularmente conhecida como Estrada Nova. A referida construção permitiu a formação de terras mais secas no local, atraindo um contingente populacional ainda maior das camadas sociais mais pobres, que passaram a ser intensamente contidas ao longo da avenida. Esta população, geralmente oriunda do interior do Estado do Pará, encontrava, assim, um meio viável de ter acesso aos benefícios oferecidos pela cidade grande. Além disto, o seu adensamento se deve, sobretudo, à proximidade que a área tem com o centro da cidade e, particularmente, com o mercado do Ver-o-Peso. A ocupação desta região constituída por várias sub-bacias se desenvolveu e se consolidou por meio de ocupações informais com a condescendência do poder público, totalizando um montante de 250 mil pessoas em seis bairros, sem condições adequadas de saneamento, apresentando ainda hoje, os piores indicadores de saúde pública e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), (OLIBERAL, 11.05.2006). É esta quantidade de pessoas que a prefeitura municipal terá de “negociar” para que se realize o Projeto Portal da Amazônia.

Na atual circunstância, é importante observar que, mesmo sendo proferido o discurso alicerçado pelo sentido de higienização para extenso usufruto da população, a construção da Avenida Bernardo Sayão pelo poder público, não priorizou uma intervenção que resolvesse o problema dos

alagamentos da área, para que se tornasse possível estruturar melhorias referidas às necessidades mínimas de saneamento da população, carências já estabelecidas e sentidas pelas camadas sociais mais pobres ali residentes. Estas continuaram a sobreviver no local, construindo suas próprias soluções para adequar suas moradias em cima do rio. E com a ajuda de políticos (baseada numa relação de um novo coronelismo, explanada anteriormente, assim como nas invasões) ou por meio de auto-organização, a população mais pobre aterrou o solo com restos de materiais de construção, lixo, caroços de açaí e piçarra (pesquisa de campo, 2007). Este aterro avançado em direção ao rio possibilitou a construção de mais moradias, as chamadas “casas da beira”, ligadas ao solo firme por meio de estivas, espécie precária de ponte feita em madeira (e mais recentemente feita em concreto), que sendo continuamente expandidas/modificadas/construídas fixam, em sua expansão territorializante/desterritorializante, mais palafitas além do trecho aterrado. As futuras conquistas de energia elétrica, pavimentação das ruas transversais à Bernardo Sayão e ao sistema de escoamento de águas pluviais das ruas, deram-se aos poucos. A pavimentação das transversais, por exemplo, ocorreu há menos de 15 anos e, ainda assim, observa-se a visível precariedade e o abandono de parte da região em torno da Estrada Nova, até na própria avenida, onde o sistema de acumulação e comportas encontra-se destruído, com seções de bueiros abertas e sem nenhum tratamento, acumulando o lixo e não abarcando o volume das cheias, representando um obstáculo ao fluxo das águas.



Fig 15 e 16: Situação atual da Avenida Bernardo Sayão (Estrada Nova). Canais abertos e suscetíveis a transbordamento.
Fonte:BELÉM, 2006 a.



Fig 17 e 18: Situação atual da Avenida Bernardo Sayão (Estrada Nova). Detalhes de bueiro unicelular e sistemas de comportas emergenciais.
Fonte: BELÉM, 2006 a.

É notório, portanto, que a região ao longo da Estrada Nova necessita de intervenções de saneamento. E é neste sentido que o discurso hegemônico da macrodrenagem da Estrada Nova, emitido pela prefeitura, tem conquistado adeptos entre os moradores das regiões alagadiças. Estes, induzidos pela máquina discursiva, acreditam que o Projeto Portal da Amazônia trará os benefícios de uma área saneada, limpa e embelezada (pesquisa de campo, 2007) sem que haja o remanejamento das habitações locais, exceto de algumas moradias “da beira”.

De acordo com a prefeitura, a bacia da Estrada Nova receberá um sistema de macrodrenagem constituído de 7.380m de canais, com larguras variáveis (entre 2,5m e 20m), drenando para o Rio Guamá, através de um canal de acumulação com comportas ao longo da avenida. E, para isto, é evidente que será necessário o remanejamento de muitas habitações estabelecidas na área já aterrada e não somente daquelas localizadas em suspensão no rio. A construção do “espaço de orla”, prevista pelo Portal, é decodificada pelo poder público como Urbanização da Estrada Nova, e a falácia divulgada em torno deste projeto sugere uma intervenção que visará atender à população carente, desprovida de saneamento, conforme consta na apresentação do programa realizada pela prefeitura para a UFPA:

O programa tem por objetivo atender à população residente na bacia hidrográfica com infra-estrutura necessária ao perfeito equacionamento do saneamento básico, com a ampliação e/ou

Contudo, não se discute que este tipo de intervenção tende a elitizar a área, valorizando os terrenos do entorno do Portal, estimulando, entre tantas secções do fluxo capitalístico, a especulação imobiliária, aumentando as taxas de serviços públicos e, conseqüentemente, alterando o perfil da população ali residente. Em outras palavras, as obras de saneamento são destinadas, na realidade, para os futuros moradores que terão poder aquisitivo suficiente para manter o aumento do padrão de vida local.



Fonte: BELÉM, 2006 a.

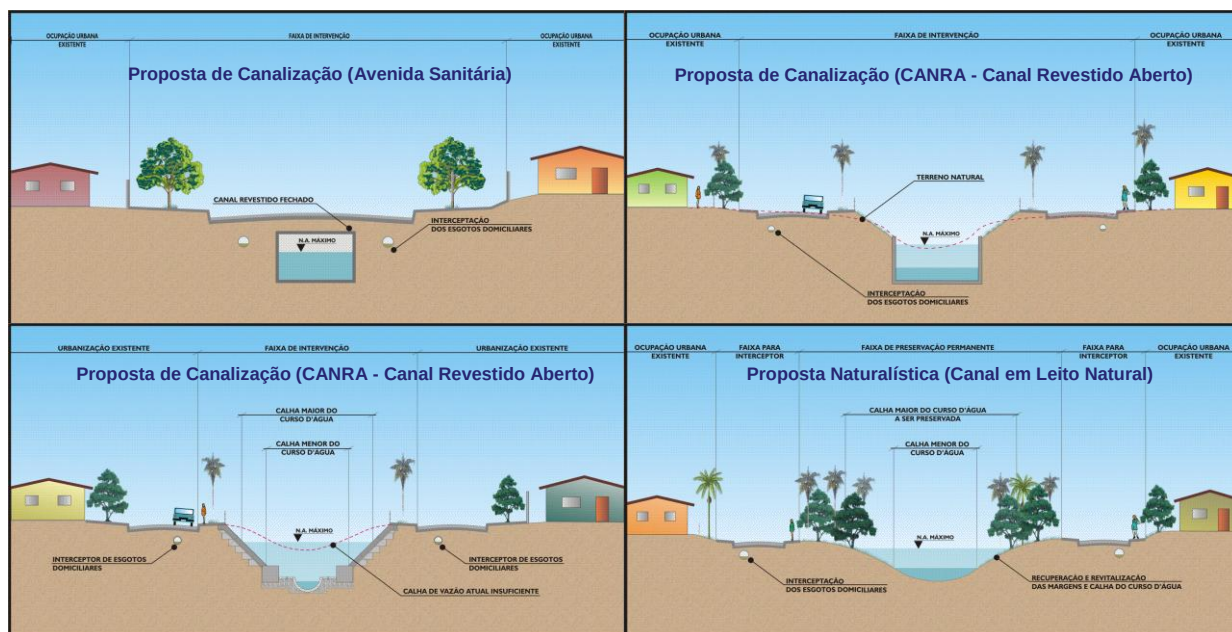


Fig 20: Propostas da macrodrenagem para os canais da Bacia da Estrada Nova. Seções tipo.

Fonte: BELÉM, 2006 a.

Dando seguimento à retórica de “melhoria da qualidade de vida dos atuais habitantes” das adjacências da Estrada Nova, a prefeitura municipal afirma que o projeto de urbanização da área será fundamentado *em 4 pilares básicos, que serão abordados e desenvolvidos de forma integrada, a saber: 1) Recuperação e Revitalização Ambiental; 2) Mobilização Social e Redução da Pobreza; 3) Planejamento Urbanístico; 4) Fortalecimento Institucional.* (BELÉM, 2006a). Porém, a metodologia de desenvolvimento destes “pilares” ainda não foi divulgada e, arriscamos afirmar aqui que, até mesmo não foi elaborada, pois até a presente data nenhum material completo foi disponibilizado para ser consultado pela população, e independentemente disto, as obras já começaram. Menos ainda, não se esclarece de que forma se dará, por exemplo, a “Redução da Pobreza” ou o que se quer dizer com “Fortalecimento Institucional”. Concluimos que o discurso emitido pelo atual corpo político-urbanístico da prefeitura, produz a crença de que este empreendimento se trata de mais uma “obra sem projeto”, eco-repetição das exigências de agências de financiamento privado, avesso da enunciada/anunciada preocupação em prover melhorias para as camadas mais pobres.

Entre as suas diretrizes, o Portal da Amazônia apresenta os seguintes objetivos: solucionar os problemas de inundação das baixadas, recuperar e revitalizar os canais; melhorar o sistema de acumulação e comportas, reurbanizar a Avenida Bernardo Sayão, fornecer infra-estrutura para a população local, desenvolver um programa de educação sanitária e ambiental e prover acessos viários tanto para pedestres quanto para veículos em trechos e pontos localizados ao longo dos canais e da orla do Rio Guamá. Observamos que tais medidas e diretrizes são em grande parte voltadas para a população mais pobre, todavia, faz-se necessário considerar que essas metas estabelecidas pela retórica política dominante é apenas o reflexo, ou mesmo a atualização, do emergente processo de absorção do discurso das agências de financiamento como o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) que, sendo uma importante engrenagem do maquinário capitalista, induz ao aperfeiçoamento de produtos culturais e econômicos de acordo com as críticas e rejeições do mercado. Neste sentido, atualmente tornou-se uma prática comum haver uma abordagem social no conteúdo dos programas de urbanização, decodificada de forma a gerar lucro e não necessariamente melhorias significativas para aqueles que realmente necessitam.

Ainda no trecho da orla da cidade, o projeto prevê duas etapas: a primeira etapa compreende a construção de 2,3 quilômetros de pistas e sua completa urbanização no trecho do Mangal das Garças até as imediações da Avenida Fernando Guilhon, antiga Conceição, no bairro do Jurunas; a segunda etapa prosseguirá até a UFPA e abrange mais 3,846 quilômetros de pistas, totalizando 6 quilômetros e 146 metros, além da duplicação da avenida Bernardo Sayão. De acordo com as notícias divulgadas pela imprensa, no primeiro trecho,

no qual não haverá necessidade de desapropriações, [...] serão utilizadas as mais avançadas técnicas de engenharia, como o aterro hidráulico, a exemplo de obras realizadas em Copacabana e no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro (O LIBERAL, 11.05.2006).

Neste contexto, analisamos que além da abordagem social falaciosa, observa-se na apresentação do Projeto, uma dissimulada preocupação com a “degradação” das condições ambientais das margens do rio e da Avenida Bernardo Sayão, onde, novamente retoma-se a idéia/enunciação de resgate do rio pela cidade e de preservação do meio ambiente, induzindo a pensar que a causa de deterioração desta área da cidade se deve à presença da densa ocupação informal e ribeirinha.

A partir da elucidação apresentada pelo poder público e pela mídia em torno de um grande projeto para a orla de Belém, da desejosa retomada do rio e dos benefícios que tal empreendimento tende a proporcionar, é preciso evidenciar que a orla belenense sempre foi espaço do cotidiano de muitos, seja por causa do comércio intenso em seus trapiches, seja pelo constante fluxo de pessoas que chegam e partem da cidade por seus portos. Entendemos que a construção do Portal da Amazônia não necessariamente objetiva gerar o uso mais extensivo da orla pela cidade, pois este uso existe. Esta intervenção da orla intenta, em seu plano, ambientá-la/aliená-la para outro tipo de público, especificamente aquele que pode pagar pelo uso e consumo de seu novo e re-territorializado espaço urbano. Neste contexto, Cardoso (O LIBERAL, 19.03.2006) afirma que o conceito de orla, portanto, torna-se variável em seus diversos significados e depende dos grupos de interesse envolvidos, sendo que para a prefeitura, o Portal da Amazônia *poderá atender ao interesse de uma parte da população que vê para esse espaço um ambiente como os dos calçadões de Copacabana, o que não quer dizer que essa visão atenderá às necessidades das pessoas que já fazem uso da orla* (ibidem).

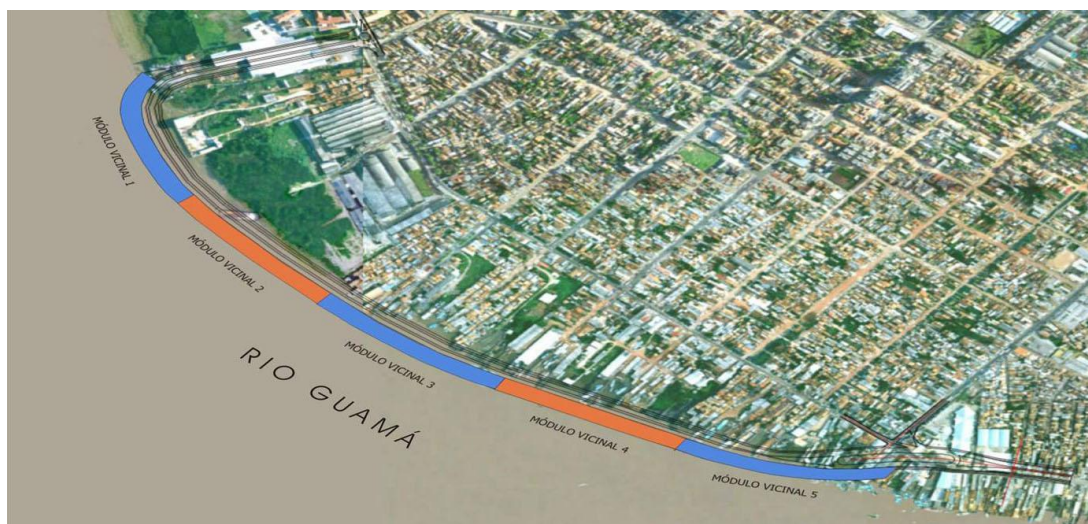


Fig 21: Orla do Projeto Portal da Amazônia. Módulos Vicinais.
 Fonte: BELÉM, 2006 a.



Fig 22: Orla do Projeto Portal da Amazônia. Primeira Etapa.
 Fonte: BELÉM, 2006 a.



Fig 23: Orla do Projeto Portal da Amazônia. Segunda Etapa: Observa-se a faixa de terra significativa que será desapropriada para a realização do projeto.
Fonte: BELÉM, 2006 a.



Fig 24: Orla do Projeto Portal da Amazônia. Continuação da Segunda Etapa: Observa-se a faixa de terra significativa que será desapropriada para a realização do projeto.
Fonte: BELÉM. 2006 a.



Fig 25 e 26 (acima): Concepção Urbanística do Projeto Portal da Amazônia.
 Fonte: BELÉM, 2006 a.

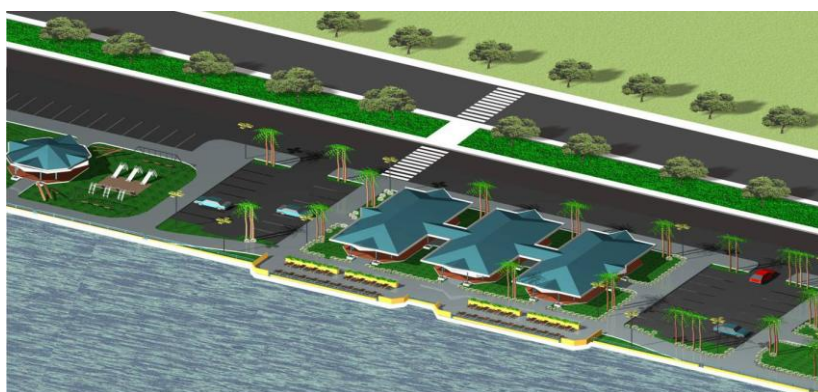


Fig 27 e 28: Concepção do Projeto Portal da Amazônia.
 Fonte: BELÉM, 2006 a.

Neste ínterim, retoma-se a idéia de que o Portal da Amazônia seguirá a mesma lógica de dois grandes projetos espetaculares já realizados na orla da cidade: a Estação das Docas e o Mangal das Garças. Dando continuidade, também, ao processo de elitização que a área ao longo das margens do rio Guamá vem sofrendo nas duas últimas décadas. Este processo torna-se ainda mais evidente com a etapa de remanejamento e reassentamento prevista pelo Portal, tal como foi constatado em nota divulgada à imprensa pela Prefeitura Municipal, onde se afirma que serão transferidas (desterritorializadas) temporariamente, na fase inicial da construção da orla do rio Guamá, 115 famílias para uma área localizada na Bacia do Uma, próxima ao Canal do Jacaré, no assentamento provisório do Núcleo Habitacional Aloísio Chaves localizado na Av. Bernardo Sayão, próximo ao canal da Quintino. E ainda segundo a prefeitura, no local haverão apartamentos para abrigar até 380 famílias e, no decorrer do projeto, serão remanejadas todas as pessoas que vivem em situação de risco, seguindo as determinações do projeto aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) e licenciado pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM). A partir desta explanação, sobressai-se a idéia da possibilidade iminente de que mais famílias serão remanejadas apesar da constante divulgação de que “somente” 115 sairão.



Fig 29: Área do Canal do Jacaré, destinada para o remanejamento.
Fonte: BELÉM, 2006 a.



Fig 30: Área de reassentamento, onde será construído o conjunto habitacional Aloísio Chaves que abrigará 380 famílias.

Fonte: BELÉM, 2006 a.



Fig 31: Área de reassentamento, próxima ao campus 3 da UFPA. (detalhe hachurado).

Fonte: BELÉM, 2006 a.

No que tange a proposta oferecida para aqueles que serão remanejados, observa-se a discrepância existente entre a concepção arquitetônica elaborada pela prefeitura e o modo de vida da população-alvo do projeto. Aspectos como a relação direta que a população local tem com rio, a tipologia das habitações, as relações de dependência entre os vizinhos, entre outras “variáveis” (que serão aprofundadas no capítulo seguinte), não foram levadas em consideração. Por conseguinte, a provisão do poder

público para o contingente populacional mais pobre é novamente o “tradicional” conjunto habitacional, na sua versão mais simplista, que se formaliza pelo modelo de um conjunto com 360 unidades habitacionais, dividido em 2 tipos de blocos de apartamentos. Serão 8 unidades de blocos tipo A, com vinte unidades por bloco, totalizando 80 unidades. Os blocos tipo A são formados por um térreo com pilotis e uma unidade, e 3 pavimentos tipo com três unidades cada. E 16 blocos tipo B, com 20 habitações por bloco, somando-se 280 unidades. Cada bloco tipo B é constituído por um térreo com pilotis e duas unidades e três pavimentos tipo com seis unidades cada.



Fig 32 e 33: Fachadas dos Blocos tipo A e B para o Conjunto Habitacional Aloísio Chaves.

Fonte: BELÉM, 2006 a.

2.5.2 – Portal de Polêmicas

Além das discutíveis soluções habitacionais de caráter tecnocrático, o processo de planejamento e negociação do Portal da Amazônia entre o poder público, os cidadãos e com o tribunal federal tem apontado diversas questões polêmicas, sendo algumas pouco divulgadas. Em dezembro de 2006, as obras foram suspensas de acordo com uma ação pública contra o município em decorrência de duas irregularidades: a primeira se deve ao processo licitatório da obra que ocorreu antes dos estudos de impacto e licenciamento ambiental serem concluídos, e a segunda refere-se ao fato de que a Prefeitura não realizou o licenciamento integral da execução do Projeto (O LIBERAL, 20.12.2006). Em nota divulgada à imprensa, a prefeitura classificou a decisão de “juridicamente equivocada”. Posteriormente, a Procuradoria do município entrou com uma reclamação contra a Justiça Federal do Pará junto ao Supremo Tribunal Federal. O prefeito Duciomar Costa determinou “agilidade máxima” à Procuradoria pois, segundo ele, *o projeto da orla do rio Guamá, na Estrada Nova, seguiu todos os passos da legalidade, tanto que foi aprovado por unanimidade, e em tempo recorde, pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, o COEMA (Ibidem).*

Apenas duas semanas após o embargo, a obra foi permitida pelo Tribunal Federal Regional da 1ª região em Brasília, sendo que o andamento de liberação das obras foi acompanhado pessoalmente pelo prefeito Duciomar Costa. Curiosamente, esta notícia de aprovação do projeto ocorreu durante as comemorações do aniversário de 391 anos da cidade, onde o prefeito anuncia:

Belém não poderia ter recebido um presente melhor neste dia de seu aniversário. Eu mesmo estive em Brasília na véspera do aniversário de Belém para acompanhar de perto as audiências, e precisei voltar correndo para as comemorações em nossa cidade, mas em nenhum momento deixei de acreditar que poderíamos receber essa grande notícia, que é um presente não só para as comunidades carentes que serão beneficiadas pelo projeto, mas também para o turismo, a economia, o emprego e a geração de renda em nossa cidade (BELÉM, 12.01.2007).

Adicionados às irregularidades com o processo de licitação, outros obstáculos relevantes na realização do projeto foram detectados por uma equipe técnica, em fevereiro de 2006, num workshop organizado pelo CREA-PA para discutir as intervenções do Portal. Nesta ocasião, de acordo com o grupo de trabalho formado no workshop, “Urbanismo, Transporte, Legislação e Turismo”, as principais constatações negativas apresentadas foram:

O Projeto Básico não contempla as questões urbanas ou intra-urbanas. Não há o reconhecimento no mesmo, de que a orla do Rio Guamá e sua atual urbanização, se constitui um “Porto da Sociedade”, que articula a cidade de Belém com a vida ribeirinha amazônica paraense e interestadual, através de portos privados, feiras etc. O trecho da via projetada (com aterro e contenções laterais) dentro do Rio Guamá no espaço do bairro do Arsenal, é um obstáculo contínuo aos portos privados e outros, ao direito de ir e vir das pessoas, empresas (acesso ao rio/cidade).

Ao longo da via projetada não existem espaços indicados para a instalação da ETE’s (Estações de Tratamento de Esgoto), fundamentais para o bom funcionamento das bacias de contenção. Não existe uma conexão adequada da via proposta com o sistema viário existente [...].

Não há clareza quanto a necessária articulação e fluxo/tráfego da Av. Bernardo Sayão com continuação na Av. Perimetral. Portanto, as famílias (500) que ocupam a faixa de domínio da Perimetral (calçadas) e que correm permanente risco de vida pelo tráfego pesado e insalubridade devem ser remanejadas (com entendimentos junto a UFPA, que recentemente liberou área para a instalação do terminal de ônibus ali existente), [...]

O Projeto Básico de Saneamento / Via projetada, não está acompanhado como deveria ser, com referência, a Projeto de Urbanização ao longo de toda via e seu entorno. Não conta com estudos de impacto ambiental, impacto de vizinhança, nem com memorial justificativo que esclareça suas premissas conceituais, nem está vinculado às políticas públicas definidas pelo Plano Diretor de Belém. Não existe nenhuma indicação de contrapartidas sociais e urbanísticas no projeto apresentado. [...]

O edital de concorrência publica nº 001/2006 para contratação de empresa para a construção da Orla de Belém em seu item 3.8 não permite que concorram direta ou indiretamente empresas em consórcio, o que provavelmente exclui as empresas do Pará, e portanto, deve ser repensado e permitir que as empresas paraenses possam participar. (WORKSHOP, 2006).

Diante destas colocações citadas pelo grupo de Urbanismo, observamos que diversas questões já levantadas neste trabalho, como a elitização do espaço da orla de Belém e a falta de clareza de algumas soluções propostas no projeto, foram percebidas e evidenciadas pelos profissionais do grupo (entre eles muitos arquitetos e engenheiros), que sugeriram algumas contrapropostas para os problemas apresentados. Porém, é notório que a Prefeitura Municipal, atualmente, continua intervindo, de modo geral, da mesma maneira, sem levar em consideração os pontos relevantes do documento resultante do evento. Outro ponto bastante contestado inerente à execução do Portal refere-se à desapropriação e remanejamento adicionados à desinformação por parte dos moradores que ocupam a área que será atingida pelo projeto. Grande parte dos habitantes residentes nas imediações do projeto afirma que nunca foi esclarecida a respeito e nem mesmo sabe se vai ser desapropriada ou como se dará este processo de negociação para a desapropriação.

De acordo com o jornal local, O LIBERAL, a prefeitura negou que a população esteja mal informada: *'Desde junho de 2006, o projeto Portal da Amazônia vem sendo divulgado em audiências públicas abertas a toda sociedade. Ao todo, já aconteceram 19 audiências das quais participaram representantes dos órgãos municipais, estaduais e federais'*, diz a nota (O LIBERAL, 21.12.2006). Porém, com bases na pesquisa de campo realizada durante os meses de fevereiro, agosto e setembro de 2007, onde se conversou com diversos moradores, inclusive com líderes comunitários, confirmamos o fato de que a maioria da população residente na área afetada pelo projeto realmente desconhece do que se trata, apesar de já ter ouvido boatos de desapropriação. E aqui queremos evidenciar que os atuais habitantes da orla não desejam ser remanejados e muitos se desesperam com tal possibilidade (pesquisa de campo, 2007).

Nas audiências públicas realizadas pela Câmara Municipal de Belém, também estas pouco anunciadas, o debate mais polêmico geralmente aborda o tema do processo de desapropriação. Numa audiência realizada em 16.07.2007, por exemplo, um pronunciamento que gerou bastante embate entre aqueles contra e a favor do Portal foi de um morador e da esposa que

residiam na Estrada Nova. Segundo a notícia divulgada no site da Câmara, o morador afirma, exibindo os documentos, que o terreno

foi repassado pela União à Prefeitura, que lhe deu 15 dias para que se manifestasse sobre o pedido de retirada, pois o projeto passaria pela área onde está construída sua casa. O morador relatou que em quatro dias o batalhão de choque chegou e fez o despejo na marra, do casal e dos filhos. Ele pediu muito cuidado aos moradores para que não viesse a ocorrer com outras famílias o que aconteceu com a dele. “Só peço agora que sejamos indenizados justamente, a minha casa foi avaliada em 50 mil reais e até hoje não recebi um tostão”. (BELEM, 16.07.2007).

Ainda de acordo com a matéria jornalística, sobre essa denúncia *a assessoria da prefeitura esclareceu que a terra pertencia a União, sob a gerência regional do patrimônio da União, que teria sido o responsável pela retirada do morador. A Prefeitura, segundo a assessoria, apenas deu apoio técnico, cedendo caçamba e homens da guarda municipal* (ibidem). Assim como esta notícia e com bases nas demais reportagens subseqüentes de 2006 até o início de 2008, verificamos que desde que a divulgação do projeto Portal da Amazônia veio a público, nada se esclareceu, até então, para os atuais habitantes da área que será atingida pelas obras, no sentido de haver uma ação mais concreta e direta por parte do poder público em atendimento às famílias que serão remanejadas. Os boatos e a falta de informação permanecem e apesar de muitos acreditarem que o Portal trará benefícios de embelezamento e limpeza, conforme dito anteriormente, observamos surgir gradualmente características de resistência onde, como máquinas de guerra em potencial, o sentimento de revolta entre os moradores da Estrada Nova tende a crescer diante das ameaças de perderem suas casas, vizinhança e outros vínculos ali consolidados (proximidade do local de trabalho, escola, presença do rio, equipamentos construídos pela comunidade, etc.).

Notícias recentes, como as divulgadas pelo jornal local O LIBERAL em outubro de 2007, apresentam dados completamente diferentes daqueles propagados pela prefeitura. Segundo a reportagem, o engenheiro da Secretaria Municipal de Urbanismo afirmou que cerca de 2.200 famílias precisarão ser remanejadas para a concretização das obras do Portal, por morarem ou terem comércio nas áreas de canais, somatório bastante

diferente do total, até então divulgado, de “somente 115 famílias” e das 380 unidades habitacionais que serão construídas para abrigar os remanejados.

Na primeira reunião geral ocorrida, também no mês de outubro, para anunciar as medidas do projeto aos moradores do Jurunas (bairro que será mais atingido pelas obras), novamente a maior preocupação entre os presentes era o destino daqueles que vivem às margens dos canais. A opinião geral foi a não aceitação do remanejamento apesar da disposição dos moradores do local em negociar com a prefeitura. Como é o caso do posicionamento do autônomo Manoel Costa, morador do Jurunas:

“Nós achamos que a prefeitura tem que estudar com calma esse projeto para não prejudicar ninguém. Nós queremos a melhoria, mas temos medo que essa mudança prejudique muita gente. Eu moro aqui há 55 anos, tenho raízes, amigos, não quero sair daqui e ser remanejado pra um lugar distante” (O LIBERAL, 18.10.2007).

De acordo com a reportagem, a chefe do Núcleo Jurídico da SEHAB (Secretaria de Habitação do Município), Manuela dos Anjos, afirma que *não há motivos para aflição por parte da população*, já que a prefeitura definiu três formas de atender as famílias atingidas pelas obras: *vamos oferecer a possibilidade de as famílias receberem indenização pelos imóveis que serão avaliados por técnicos do projeto, de optarem pela compra de um outro imóvel de mesmo valor pela Prefeitura ou de permanecerem no bairro morando em um dos núcleos habitacionais que serão construídos como parte do programa* (ibidem). Além disso, a prefeitura afirma que garantirá a participação da população durante todo o projeto e disponibilizará escritórios com engenheiros, assistentes sociais e advogados para ouvir e atender, na medida do possível, às dúvidas e contribuições populares. Todavia, a realidade atual apresenta-se bem diferente: como dito, as obras já estão em andamento e não há escritórios para prestar serviços de auxílio e esclarecimento ao público, além disso, ainda não foram definidos quantos imóveis e núcleos habitacionais serão construídos pelo município.

Em janeiro de 2008, o prefeito da cidade, acompanhado por cerca de 40 empresários, visitou as obras do Portal executadas às margens do rio Guamá, então em fase de aterro hidráulico (já com 700 m de extensão). Segundo notícia divulgada pela imprensa, o prefeito afirmou que esta

primeira fase do projeto deverá estar concluída até o fim de 2008 e a obra completa finalizada até, no máximo, meados de 2009. A velocidade com que estão sendo realizados os processos de concretização do Portal (obras, desapropriações, licenciamentos, etc.) mostra que antes de tudo a prefeitura tem interesse em cumprir os compromissos estabelecidos com o setor empresarial, deixando a negociação com os atuais habitantes da orla em segundo plano. Conforme afirma o próprio prefeito durante a visita: *Nós entendemos a obra como de fundamental importância para a cidade de Belém e para o Estado do Pará no incremento do turismo e geração de emprego e renda. Segundo um dos empresários envolvidos a expectativa é a de criar novas áreas de investimento na Grande Belém, principalmente habitação e a área de hotelaria. Mas o ganho principal é o controle de nossos pequenos portos* (O LIBERAL, 24.01.2007). A comitiva foi recebida na comunidade com festa por parte daqueles que apóiam o prefeito e acreditam que as obras os beneficiarão. Por outro lado, uma parcela dos moradores ribeirinhos já está se mobilizando para exigir a permanência no local e para ir contra as medidas de desapropriação, indenização e remanejamento oferecidas pela prefeitura (pesquisa de campo 2007).

No cerne da abordagem em torno das relações existentes entre os agentes envolvidos, observa-se que as tensões geradas pelo confronto de interesses do Capital e Aparelho de Estado em oposição aos moradores das ocupações informais na área de orla, é intermediada pela imprensa que ora tende a privilegiar as reivindicações das camadas mais pobres ora exalta o projeto Portal da Amazônia e os objetivos empresariais, sendo que a população belenense e muitos políticos (sejam estes de partidos de oposição ou não ao da Prefeitura) são facilmente manipulados, e tendem a apoiar e ratificar o discurso político falacioso e arduamente repetido de resgate do rio e embelezamento da cidade. Prevalecendo, deste modo, interesses do capital privado que giram em torno principalmente da dimensão fundiária e econômica, e que induz à homogeneização da cidade, transformando-a em mercadoria, em um espaço espetacular, onde se investe no marketing para a venda e consumo da Belém Espetacular. Isto se evidencia no próprio processo de implementação do Portal da Amazônia onde, apesar das

irregularidades apontadas, as obras continuam sendo realizadas, apresentando de maneira metafórica a idéia de que “nada pode apresar os interesses dos agentes privados detentores do capital”.

Desta maneira, constatamos que, na prática, a realidade é bastante divergente do que é posto pela prefeitura em suas retóricas de retomada do rio e “beneficiamento para 350 mil famílias”, entre elas, aquelas residentes nas imediações que serão interferidas pelo Portal. A população da Estrada Nova, que continua a viver numa situação insalubre, habitando sobre extensos canais poluídos que substituem as calçadas dos moradores da periferia de Belém, não desejam sair do local onde construíram suas moradias, sentem-se ameaçados de expulsão e ainda desconhecem o destino reservados àqueles que serão removidos. Nesta conjuntura, o Portal da Amazônia torna-se apenas mais uma forma de dar continuidade a um planejamento de cidade onde não há espaço para aqueles que não possuem condições de pagar para consumir o seu “pedaço de terra urbana”.

Num cenário construído de acordo com os ditames de uma cidade-espetacular, atualmente encontramos uma “Belém luminosa” (fazendo alusão ao termo de espaço luminoso de Milton Santos), que viceja com praças bem cuidadas e vigiadas contra vagabundos, onde o centro-histórico de quase 400 anos apresenta-se restaurado convidando turistas a apreciar a arquitetura da *Belle Époque* às margens da baía do Guajará, enriquecida ainda com grandes empreendimentos como a Estação das Docas com suas áreas de lazer e movimentação cultural e turística, seus bares, restaurantes e músicos suspensos sobre a platéia, além do parque ecológico Mangal das Garças com seu mirante, orquidário, borboletário e lagos artificiais. Ao lado desta paisagem de “prosperidade” encontramos a “feiúra” da presença das palafitas, situação de pobreza e falta de saneamento, que destoam do contexto da “*mais bela, rica, grande e nobre cidade do Pará*”, imagem esta idealizada para atrair turistas e a classe abastada belenense, e a qual o Portal da Amazônia, assim como os demais projetos citados, também visa preservar.

Neste panorama geral, o que se busca destacar, a partir deste trabalho, é a vida de uma Belém “sem maquiagem”, não a Belém ribeirinha

como mercadoria de consumo, mas sim a Belém ribeirinha em sua essência, a vida, o dia-a-dia que se desenvolve às margens do rio Guamá, na orla da cidade. Onde agem os reais construtores do cotidiano de uma urbe que produz a cada dia processos de subjetivações que se emaranham, fluem, arranjam e se rearrajam entre e nas águas do Guamá, de maneira tal a não somente o utilizar como objeto a ser consumido. Tal situação pode ser bem representada nas ações dos habitantes das baixadas existentes na orla, constituídas pelas palafitas próximas ao Mangal das Garças, sendo estas o foco do capítulo a seguir, o qual evidencia as relações rizomáticas sócio-espaciais, as subjetividades autopoieticas, os desejos, os devires, os fluxos, estratos e agenciamentos existentes nas vilas ribeirinhas do bairro do Jurunas.



Foto: Raul Ventura

Capítulo III: Subjetividades das Baixadas do Jurunas

Capítulo 3: Subjetividades das Baixadas do Jurunas

*Minha perna manca equilibra,
levanta, se estica na estiva
(tá fundo, tá raso)
Mano eu tô panema
Tô caralhado desse esquema
ralado*

*venhav
eropes
ovenha*

*De alguma coisa de algo
de coisa alguma
De nossa senhora
Senhora de Nazaré
De sua senhora Belém do Pará
Dessa senhora Belém do Pará
(do nada)
A nadar, a passar por passará (da)
de urubus e urubus
de ouro e coca
A fluviar procissão humana
Rio no rio
de garrafas plásticas
sem água
(Minerar! Minerar!
Mminerar! Minerar!)*

Ver o Peso, Cravo Carbono, letra: Lázaro Magalhães

3.1 – Baixadas no Jurunas: Contexto Histórico

O desenvolvimento do contexto histórico apresentado neste capítulo consiste nos relatos daqueles que permaneceram obliterados da construção da **H**istória da cidade de Belém (vide cap. II); é uma costura entre fragmentos de vidas que foram se aglomerando sobre as águas do Guamá no decorrer de aproximadamente 60 anos, em meio aos igarapés, aningais, pacas, cotias, peixes, poraquês, etc., numa Belém que por muito tempo ficou invisível aos olhos da hegemônica “Belém - Metrópole da Amazônia”. O exercício de montar uma história das baixadas do bairro do Jurunas aqui, é como tecer apenas mais uma fileira de linha na trama infinita que constitui as redes de subjetividades das baixadas e destas com o restante da cidade. Esta fileira, que também se emaranha com as subjetividades da autora, potencializada ainda mais após a experiência vivida no local, é uma contribuição, mesmo que particular, na tentativa de cartografar com o corpo vibrátil, as subjetividades ali percebidas e experimentadas. Deixamos claro, portanto, que não se trata de (de)escrever a **H**istória das baixadas, mas sim outra **h**istória gerada das histórias, das micropolíticas das baixadas; cruzilhadas pelas macropolíticas da cidade nas baixadas; de suas segmentaridades (binária-circular-linearmente) que são tomadas/captadas umas nas outras, fruição de circuitos humanos das relações-fluxos que se encontram, se cruzam, se cortam, se fragmentam, se renovam, se multifurcam; se sedimentam e se recriam constantemente.

Fig 34: Baixadas. Palafitas ao longo do Rio Guamá em Belém do Pará.
Fonte: arquivos Fernanda Melonio.



A partir de um olhar múltiplo, podemos afirmar também que entre tantas histórias, a história das baixadas consolidadas no trecho da orla de Belém que atinge o atual bairro do Jurunas, teve início por volta da década de 1950, a partir das primeiras ocupações informais constituídas por palafitas à beira do rio (pesquisa de campo, 2007). Onde grande parte dos ocupantes provinha do interior do Pará e Estados vizinhos, principalmente do Maranhão, atraídos pelas oportunidades de emprego relacionadas, sobretudo, com as atividades comerciais e portuárias do Ver-o-Peso, e os serviços oferecidos pela capital (escola, hospital, etc.).

Inicialmente suas casas eram feitas de madeira, palha e outros materiais improvisados, as quais foram ocupando a extensa área de mangue, coberta de aningais, nas proximidades entre a recém construída Av. Bernardo Sayão, popularmente chamada de Estrada Nova, e o rio Guamá. Foi nesta área, inabitada até aquele momento, e originalmente pertencente à União que, sem nenhuma infra-estrutura, os primeiros habitantes foram edificando suas moradias. E nestas “terras e águas de ninguém”, apoiadas por estacas (ou esteios) fincadas no meio da lama, em palafitas, que se multiplicaram pela margem, se fazia o possível para garantir a mínima sobrevivência sobre as águas, sem luz elétrica, água encanada e saneamento básico.

Aqui... a maré entrava... isso aqui era casinha de palha. Várias casas eram de madeira e o teto de palha. Mas a minha não chegou a ser desse jeito não, o teto era de palha e as paredes eram de caixa de sabão. Bem aqui tinha um senhor que trabalhava na maré, pegava aquelas caixas de sabão em barra e saía emendando, emendando... eram caixas de madeira. Muitas pessoas aqui trabalhavam na maré e tiravam o produto e vendiam [...] Quase toda noite a água entrava na casa... por causa da maré. [...] Graças a Deus isso aqui tá um sonho! Não imaginas o que nós já passamos... a água era lá do outro lado da pista [Bernardo Sayão], água encanada. A gente ia lá pegar, com lata de querosene... sabe? não tinha nem balde! A gente pegava, mas era uma fila! [...] O pessoal se dá bem aqui graças a meu bom Jesus!. (EPITÁFIA CAMPELO, 80 anos, moradora desde 1950. Depoimento concedido à autora em fevereiro de 2007).

...era praia, não tinha ninguém. A gente sabia que era da Marinha. A gente ia ficando e ia fazendo a casa. [...] Lama! Era só lama! Era aningal mesmo, muita lama, mururé... era muito, muito ruim. Quando mesmo tiveram que construir essa casa

aí, era um esteio fincado no outro porque não dava, a gente pisava e atolava... a gente ficava na lama até na cintura, atolado. Era praia mesmo! Lama, lama, lama! [...] Não tinha nada, luz elétrica, nada! Da Bernardo Sayão pra cá, a gente andava de ponte. Era uma ponte do lado daqui e outra do lado de lá [...] agora pra atravessar daqui pra lá era dois “cabinhos” de pescador, mas era só lama... olha, nesses tempos de inverno quando meu marido ia trabalhar e outras pessoas que também iam, era de canoa por ali pela Oswaldo até chegar na Estrada Nova, da canoa eles saíam e iam pegar o ônibus ali na Cesário Alvim. Assim que era a vida aqui! (BENEDITA LOBATO, 65 anos. Vive no local desde 1957. Depoimento concedido à autora em fevereiro de 2007).

Apesar das dificuldades em viver em cima do rio, este, por sua vez, era o principal meio de sustento: dele se extraía o alimento diário por meio da pesca ou pelas embarcações que por ele navegavam, trazendo peixes e outros animais, além de diversos produtos alimentícios que cotidianamente estão presentes na mesa de grande parte dos paraenses como a farinha de mandioca e o açaí. Além disto, outros fatores que desdobravam entre a vida grave (estrutura da vida concretista – cinza-urbano –) e a vida fluídica (estrutura da vida *bricouler*²⁶ – colore-artesão –) se davam pela falta de saneamento básico e de água potável, cuja existência da única torneira pública localizada nas terras de cota mais alta, há quase 3 km das palafitas, agravava o acesso aos requisitos mais primários para a sobrevivência desta pequena comunidade.

Contudo, ocorreram inevitavelmente, intrincados por conflitos e por planos criativos de fuga, vários pontos de vital conexão dos ribeirinhos para com o rio, que o tornou além de alicerce econômico, territorial e móbil, suprimento para as necessidades da água usada para banho, para beber e para lavar as roupas, sendo também área de despejo de seus dejetos e lixos. Vivia-se sobre o rio do modo mais bruto e mais transformador possíveis, por necessidade, margeados pela insalubridade e pela continua intervenção territorial ribeirinha, condições tão comuns no interior do Pará.

²⁶ *Bricouler*, ação da bricolagem, ação fragmentária, que não vai diretamente a um objetivo ou a uma totalidade mas ocorre como uma prática alinear, zigzagueante, numa atividade não planificada e empírica, (JACQUES, 2003b) construindo um elemento (seja uma casa, móveis ou mesmo a vida) com pedaços de todas as proveniências, uma arquitetura ao acaso, sem projeto.

Aqui era ponte, rio, lama! Ia buscar água lá onde era o presídio São José. As pessoas caçavam paca, cotia! A Oswaldo de Caldas Brito era um igarapé. Hoje não tenho vontade de sair daqui. Aqui tudo é perto: açougue, supermercado... a vizinhança se dá bem, a porta e o janelão ficam abertos o dia inteiro. Aqui nós somos super-conhecidos! Ninguém é gente estranha! (JOSÉ MARIA, 73 anos, mora na área há 46 anos. Depoimento concedido à autora em agosto de 2007).

[...] era só aningueira, só tinha um caminho, não tinha casa. O sr. Passarinho [um dos primeiros moradores do local, o qual construíam e alugava casas] fazia ponte de três tábuas até a Bernardo Sayão. Só tinha um depósito de banana, o dono era o Sr. Valério [também um dos primeiros moradores]. Que construiu a vila Valério e alugava as casas. Quando ele morreu, a mulher dele vendeu as casas e perdeu todo o dinheiro em jogo de cartas! Ela ainda mora aqui. Um dia ela me pediu dinheiro emprestado, mas como bebia muito, resolveu não me pagar. Aí quebrou a confiança né? E a gente nem se fala mais. Essa mulher ficou com inveja de mim porque eu consegui construir uma casa de dois pavimentos, em alvenaria! [...] Foi o Gigi Melo, irmão do finado Passarinho, e que é dono de muitas casas aqui ainda, que por pena da cunhada mandou fazer um quartinho pra ela.

(DONA GILDA, 65 anos, mora na área há 30 anos. Depoimento concedido à autora em agosto de 2007).

No entanto, a vantagem para os ocupantes das palafitas era o fato de possuir uma casa no espaço da cidade, bem localizada e próxima ao centro, principalmente perto do Mercado do Ver-o-Peso, onde se comercializava diariamente aquilo que se pescava, regime econômico direcionado aos homens, enquanto as mulheres, muitas eram regidas ao domínio econômico de mercado como empregadas domésticas, mas também usavam as águas do rio para trabalharem como lavadeiras.

Quando cheguei aqui [em Belém] trabalhava como empregada doméstica para uma família espanhola, mas hoje só lavo roupas pros outros. Vim de Cametá p'rá morar perto da minha irmã. Eu e mais duas irmãs [...]. Antigamente só havia uma torneira pública perto do presídio S. José! As condições eram bem piores do que em Cametá mas a gente não queria voltar porque a família toda já tava aqui [...] Prefiro morar em casa de madeira, é mais gostoso, mais fresco! Em Cametá eu também tinha casa de madeira. Quando cheguei aqui, eu criava porco, galinha... tinha um quintal grande. Hoje não posso mais criar por causa dos vizinhos [...] Moro com meus filhos e meus netos. Só um dos meus filhos é que mora no Tamoios [bairro próximo]. (DONA MARIA ANTONIETA, 67 anos, mora na área

há 46 anos. Depoimento concedido á autora em agosto de 2007).

Neste contexto, além do porto e da pesca, os homens trabalhavam em pequenos estabelecimentos comerciais e serrarias dali. Atualmente, entre as vilas/estivas funciona somente uma serraria, que segundo um funcionário existe há 26 anos. Esta serraria ainda hoje fornece madeiramento nas redondezas para a construção das casas e móveis. Antigamente esta serraria possuía um terreno muito maior, mas foi cedendo (vendendo) espaço para as casas no local. E, por se situar na beira do rio, ali é permitido aos habitantes das vizinhanças adentrarem suas portas para que possam ter acesso direto ao rio. Elos que até hoje são de fundamental importância para a permanência e sobrevivência de quem mora na área. Outro fator que destacamos aqui, referente ao aumento demográfico da ocupação, foi o estabelecimento, na década de 1960, de uma importante engrenagem da economia local: a Companhia Amazônia Têxtil de Aniaga, a CATA, que empregou por muitos anos grande parte das mulheres que moravam nas proximidades da fábrica, nos aglomerado labiríntico das vilas. Atualmente a fábrica não mais emprega a mesma quantidade de pessoas, porém continua sendo importante para muitas famílias que residem em suas redondezas (pesquisa de campo, 2007).

Nesta conjuntura, os aglomerados de palafitas, denominados “vilas” entre os seus habitantes, foram se interligando por meio de passarelas ou pontes de madeiras, chamadas estivas. A formação destas vilas, em grande parte, originou-se a partir da atuação dos primeiros moradores ao erguerem, em instância individual e coletiva, várias de suas casas, objetivando habitar moradias mais estruturadas e gerar uma micro-economia territorial, organizada pelo aluguel das residências aos demais da própria vila e, paralelamente, esta rede foi um dos principais meios pelo qual se desenvolveu laços de comunidade e afetividade para com os interessados em viver na região (Pesquisa de campo, 2007). Esta prática, comum ainda hoje, foi se expandindo aos poucos e aumentando tanto o número de habitações como, logicamente, a quantidade de moradores. Neste processo, registramos

que algumas vilas foram sendo denominadas de acordo com o nome do “dono” que alugava as suas casas. Muitos moradores são parentes entre si, que foram habitando próximos uns dos outros a fim de manter além do laço de parentesco, elos de ajuda mútua também como forma de sobrevivência na cidade. Assim, a dinâmica das ocupações, em paralelo ao desenvolvimento habitacional, estabeleceu-se, principalmente, a partir da vinda de uma primeira família (seguimento territorializante), que ao estabilizar econômica, social e territorialmente, o núcleo-seguimentar (a família) ao longo do tempo, chama os seus parentes do interior para se integrarem à vida ribeira-metropolitana (seguimentação re-territorial), todos na mesma casa, até que uma outra estivesse construída. Esta, geralmente era feita nos finais de semana onde todos os parentes e amigos ajudavam na construção. Benedida Lobato, moradora local há mais de sessenta anos, narra por meio de sua memória, estes fluxos que produziram casas, vilas, vidas, mutações territoriais e projetos existências outros:

[...] naquele tempo quando construíram duas casas aqui, fiz a minha e essa outra aqui [do lado] pros meus filhos, pra dividir no meio, né? Pro meu filho e pra minha filha. E comprava [o material de construção] lá na beira... [extremidade da vila, acesso ao rio] das embarcações de madeira que encostavam aqui [...]. E era assim que a gente comprava e ia fazendo, fazendo, fazendo... [...] a gente construía dia de domingo, meu irmão tava, aí chamava meu sobrinho, os primos e os primos dos primos... era assim. [...] mas aqui era assim da Vila Santos até o Tamoios [outro bairro periférico] eu acho. (BENEDITA LOBATO, 65 anos. Vive no local desde 1957. Depoimento concedido à autora em fevereiro de 2007).

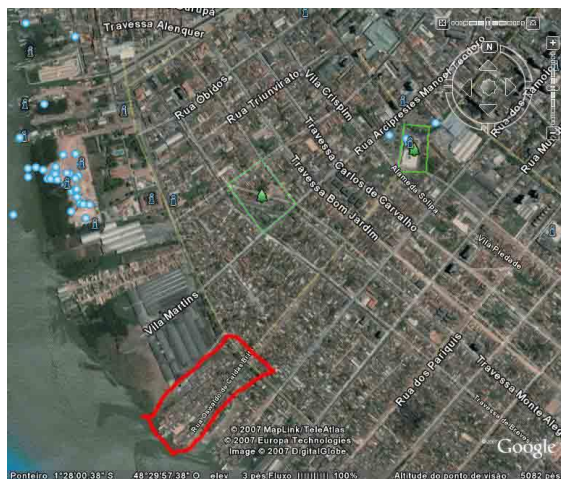


Fig 35: Área de estudo desta pesquisa, vilas do Jurunas (delimitadas em vermelho), ao lado da fábrica CATA.

Fonte: Google Earth.

Compreendemos, a partir de nossa continua problematização Histórica, que apesar do número significativo de pessoas morando em condições precárias, o poder público/Aparelho de Estado até meados da década de 1960 ignorou quase que completamente a área, e não interveio seja para a expulsão dos ocupantes, seja para melhoraria das potentes vidas que ali se atualizavam. Porém, a partir da década de 1970, o interesse político-empresarial pela área foi crescendo e, data notoriamente, o período em que os moradores passaram a contar com a *ajuda* de candidatos políticos (primeira intervenção direto da decodificação dominante da máquina homogeinizante, máquina capitalística) para terem acesso às *melhorias* na infra-estrutura das vilas, tais como: os constantes aterros com serragem e areia, a troca do madeiramento das estivas e até mesmo o fornecimento de materiais de construção para edificar novas casas. Melhorias que foram e ainda são *obtidas/negociadas* por uma relação de neo-coronelismo alicerçada na *troca* de votos por estes “*favores*”, assim como em áreas de invasão (TRINDADE JR, 1998). Constatamos um importante exemplo da influência deste tipo de máquina política, tal como na vila Passarinho, uma das primeiras vilas construída no local (pesquisa de campo, 2007). O Sr. Passarinho, já falecido, alugava as casas e, segundo alguns moradores, era muito conhecido na comunidade por sua generosidade, pois facilitava a compra das casas para os seus inquilinos e sempre ajudava com materiais de construção. No dia de seu enterro, nos anos 1980, toda a comunidade se fez presente, inclusive o então candidato político, Jader Barbalho que, mesmo em época que não havia eleição, costumava freqüentar a casa do Sr. Passarinho, geralmente nos finais de semana, e ficavam na estiva, juntamente com o restante da vizinhança, fazendo churrascada (hábito até hoje mantido pelos moradores).

Desta forma, aos poucos se foi e se vai conquistando, na maioria das vezes por meio de políticos, infra-estrutura como: energia elétrica, serviço de coleta de lixo, água encanada, aterros, pavimentação asfáltica e até mesmo a construção de estivas em placas pré-fabricadas de concreto. Um marco importante, deste mesmo período, envolveu o despertar da necessidade e trabalho da comunidade local na articulação política entre si, resultando na

eleição de um líder comunitário e as realizações de reuniões periódicas (incidência subjetivo-política heterogênea, resultando entre tantas conquistas, a construção de um posto de polícia (PM BOX) e do centro comunitário onde também funciona a primeira escola de ensino primário e uma quadra poli-esportiva, chamada entre os moradores de “Arena”.

A partir do que foi explanado até aqui, observamos que a tendência deste fragmento das baixadas do bairro do Jurunas sofre um processo de constante e gradual melhoria de seus territórios e, podemos dizer, entre outras, que tal constatação ocorre na maior parte das baixadas da cidade; são fluxos, movimentos, redes, linhas de fugas operadas por uma máquina abstrata de mutação, que permite aos seguimentos moleculares, à *massa* flexível das baixadas, fruir por meio de descodificação e desterritorialização, de desvios, desejos, que atualizam a vida sobre as águas e fazem resistir às vedações, obstruções dos movimentos duros e molares do *socius* hegemônico.

Há, portanto, um vazamento, do ponto de vista das micropolíticas, um escoamento de linhas de fuga, que são moleculares, “entre” estes segmentos duros, molares, de contenção e de manipulação dos territórios pelo aparelho de Estado e pelo capital, que não pára de acontecer numa outra direção, desviando da molaridade, escapando das organizações binárias, da máquina de sobrecodificação; uma coexistência de linhas de segmento molar e *fluxos de quanta*²⁷. E, em meio a este processo de

²⁷ Deleuze e Guattari recorrem ao conceito de *quanta* da física moderna para fazer analogia ao que ocorre atualmente nas sociedades capitalistas, o qual diz respeito a um *fluxo mutante, convulsivo, criador e circulatório*, aquilo que escapa aos centros de poder e que define a natureza do molecular, da microeconomia, da micropolítica etc., a respeito deste processo de obstrução, de contenção, de controle e dos fluxos que desviam e escoam. Deleuze e Guattari, juntos, nos ilustram em suas próprias perspectivas, a analítica da “Microfísica do Poder”: trata-se em primeiro lugar, da efetividade de mecanismos miniaturizados, de focos moleculares que se exercem no detalhe ou no infinitamente pequeno, e que constituem “disciplinas” igualmente na escola, no exército, na fábrica, na prisão; constituem o infinitesimal regime panótipo, o qual integrado em todas as instâncias da sociedade, articula-se em efetividade da experiência de controle, onde a ordem de controle conecta-se precisamente aos modos morais familiares e sua estruturação nuclear (um pai provedor que domina a figura materna, a mãe materna que dociliza a vontade dos filhos pelas necessidades da família, os filhos treinados a reproduzirem a mesma instância afetiva em nível subjetivo, cognitivo e valorativo, dão continuidade a gênese familiar), a ordenação de uma organização urbana que, organizada por vizinhança, estabelece uma correlação onde os moradores exercitam o seu olhar de vigília, olhares perigosos denunciadores da peste, da miséria, da mania e mesmo dos estigmas morais da pútrida modernidade, são

coexistência/conflito de macro e micropolíticas nas baixadas, de resistência proveniente também destes fluxos de quanta que ora eclodem, ora são contidos e disciplinados, podemos citar uma série de mudanças ocorridas nesta área que a classificam como “consolidada” e as quais são fruto de confrontos, imposições, negociações e ações entre o aparelho de Estado e as massas ribeirinhas: as vias principais asfaltadas (Bernardo Sayão e transversais como: Oswaldo de Caldas Brito, Cesário Alvim, etc.), várias opções de transporte público, grande parte das ruas são oriundas de canais aterrados, iluminação pública em todas as vilas, água encanada, telefone público, etc. Isto atraiu, entre outros, equipamentos urbanos importantes para a sobrevivência no local, tais como: açougues, supermercados, mercadinhos, bancos, praças, farmácias, etc., que se movimentam simultaneamente ao emaranhado de fluxos de trocas e comércio que existe nas micropolíticas das vilas, identificado pelas feiras que ocorrem diariamente nas ruas e estivas: caixas de isopor repletas de peixes e camarões frescos, diversas banquinhas artesanais de produtos horti-fruti provenientes de alguns quintais das redondezas e do interior conectados ali diretamente pelo rio e/ou pelo mercado do Ver-o-Peso, utensílios domésticos, roupas, quinquilharias, etc. Ressaltamos aqui que apesar da “consolidação urbana” nessa área de baixada do Jurunas, o local apresenta peculiaridades, subjetividades autopoieticas fortemente vinculadas aos hábitos ribeirinhos, onde os seus habitantes dependem direta ou indiretamente do rio Guamá. Tal vínculo, entre outros inumeráveis fatores, confere a este pedaço da capital, características de uma outra Belém completamente diferente da imagem da “Metrópole da Amazônia” almejada pelos empresários e pela prefeitura.

olhares que atualizam o Aparelho do Estado, quer seja pelo policial que trará a segurança ou mesmo médico que trará a higiene ao ambiente pestilento; regimes sexuais os quais facilitarão a serialização dos mecanismos de poder, que como já dito, a família nuclear é o modelo exemplar deste sistema e nisto também se desdobra por tantas partículas, seguimentos de-re-codificantes, os quais definirão a sexualidade-moral, o que faz no indivíduo sexuado ser o que ele “deve ser”. Mas, em segundo lugar, estes próprios segmentos e os focos que os trabalham em escala microfísica apresentam-se como as singularidades de um “diagrama” abstrato, coextensivo a todo o campo social, ou como quanta extraídos de um fluxo qualquer – sendo o fluxo qualquer definido por uma “multiplicidade de indivíduos” a ser controlada (DELEUZE; GUATTARI, 1996, 96).

Percebemos aqui uma Belém de macropolíticas e micropolíticas, de relações molares e moleculares, composta por tecidos de segmentaridades relativamente flexíveis, os quais os ajustamentos de um segmento a outro podem ser feitos de múltiplas maneiras, com divisões locais intrincadas tanto nas baixadas quanto no restante da cidade, mas que, concomitantemente, também possui segmentaridades mais duras (observadas de forma mais evidente na cidade formal, entretanto, também são possíveis de se identificar nas baixadas), onde prevalece o espaço homogêneo que sobrecodifica os segmentos de linhagens e substitui às territorialidades pelo espaço, enfraquecendo a capacidade dos segmentos de fazer brotar, transmutar as linhas inseparáveis de seu devir, pois transformadas pelo circuito estratificante, seus incontáveis mundos se tornam em uma cidade sistematicamente enrijecida, imersa num contexto onde o Estado *substitui formações morfológicas flexíveis por essências ideais ou fixas, afectos por propriedades, segmentações em ato por segmentos pré-determinados [...]*, onde *a propriedade privada implica um espaço sobrecodificado e esquadrinhado pelo cadastro* (DELEUZE & GUATTARI: 1996, 89), e a qual os segmentos de uma linha segmentária correspondem a outras linhas, como: o sistema de assalariamento que se concatena com segmentos monetários, segmentos de produção, e segmentos de bens consumíveis (ibidem). Esta Belém de incontáveis relações binárias (resultado da serialização dos segmentos) seja estas duras ou flexíveis – e aqui destacamos sobretudo estas últimas, onde as *binaridades resultam de multiplicidades com n dimensões* (ibidem), fazendo-se presentes também nas baixadas, territórios arbóreos que confluem com territórios rizomáticos, de constante criação, de fluxos que navegam e se recriam constantemente nos processos de des-re-territorialização –, seja nas relações sociais, na arquitetura de bricolagem das casas, seja nos varais de roupas que atravessam as casas e as fazem enroscar-se umas nas outras, que são imbricados nos fluxos existentes, desses territórios emaranhados: estivas, cheiros, casas, cores, pessoas, conversas, crimes, jogos, calores, bicicletas, canoas, barcos, cervejas, excrementos, lixos, luxos, músicas/barulhos/sons, comidas, águas, crenças, etc.

Nesta conjuntura, evidenciamos aqui a importância das subjetividades autopoieticas, dos processos de subjetivação estéticos construídos nas baixadas, coletividades outras que se tencionam e se concatenam com os processos hegemônicos de espacialização e construção da cidade planejados/inferidos/re-organizados pelo Aparelho de Estado, associado ao capital e suas subjetividades dominantes; e que constituem, entre os vários devires existenciais possíveis, movimentos de subversão e resistência, de desvios, de produções de desejo, por meio de sociabilidades afetivas e, desta maneira, efetivam micropolíticas outras, no sentido denominado por Guattari, no que tange a experiência de viver e de se apropriar da cidade: *Trata-se aqui da invenção de estratégias para a constituição de novos territórios, outros espaços de vida e de afeto, uma busca de saídas para fora dos territórios sem saída* (GUATTARI; ROLNIK: 2005, 18).

Esta Belém *bricouler* do “odor de estiva”, da pobreza, criada pelos trânsitos constantes, daqueles que dependem e se amontoam diariamente no mercado de peixe do Ver-o-Peso, é uma faceta da cidade que pouco se traz à tona, uma zona bastante estigmatizada na História local, no sentido de ser tratada como uma doença que se deve combater e eliminar:

Na memória vem um luar derramando um brilho fosco. O Ver-o-Peso é uma silhueta, o mercado popular sempre movimentado, e naquela madrugada as ruas estão mornas. Os sobrados escurecidos. Os lampiões elétricos atraem centenas de borboletas que voam e caem no chão como granizo mole. Da baía do Guajará uma brisa que arrefece o calor e reúne o cheiro da vazante, o mofo e o odor de estiva. Aquela zona, que recende a cumaru e pau-rosa, é uma parte imunda da cidade, cheia de lama e lixo podre. Nas ruas que dão acesso ao mercado, a luz é precária e o movimento não é grande. Alguns boêmios transitam [...]. (SOUZA, 1984 apud CHAVEZ, 1997 in: XIMENES: 1997 417).

Como nas palavras de Galvez em 1898, a Belém da *Belle Époque* foi apenas uma idealização da cidade invadida por “luzes” da civilização e do progresso que expurgou o restante da cidade, da Belém suja que, na realidade, sempre apresentou contrastes entre riqueza e pobreza, os quais permearam e permeiam as histórias e os territórios belenenses, que mesmo aparentemente configurados por realidades sociais distintas, estas se entrelaçam e, ao mesmo tempo, geram conflitos entre si de acordo com os

interesses de cada seguimento, máquinas de guerras, aparelhos seriais, pontos, linhas, curvas, redes, triedos e distorções. Os conflitos existentes na Belém da *Belle Époque* se atualizam invariavelmente nos dias de hoje, significando, ao contrário do ruído emitido pela máquina semiótica, que nunca houve e provavelmente nunca haverá, a Belém áurea propagada pelos discursos retóricos hegemônicos. Além disso, à medida que se tenta homogeneizar os espaços da cidade, numa tentativa de criar cada vez mais espaços luminosos, decodificados, estratificados, se percebe concomitantemente a produção de movimentos de resistência, incapazes de serem quantificados e mensurados, mas possíveis de se identificar seus desvios indóceis, de *autopoiesis*. São estes desvios, que englobam também o sentido de *detournement*, aplicado por Guy Debord (1997), estas atitudes de contracultura dentro da cultura hegemônica capitalista, estas subjetividades outras que eclodem de forma mais evidente nos espaços informais, que buscamos observar e apreender, tanto em suas produções, como em seus movimentos de des-re-territorialização entre os habitantes das baixadas do Jurunas. Subjetividades que emergem intensidades e ritmos humanos, ativamente considerados como contra-propostas, e que podem fundamentar, entre outros aspectos, as críticas aos espaços espetaculares, homogeneizados e homogeneizantes, recodificados, sedimentados em intervenções urbanas abastadas de seus tantos “re’s” (revitalização, requalificação, reestruturação, re-urbanização, etc.) imbuídos de falaz democracia, mas que se analisados com pouca exigência, já demonstram seu inegável caráter não-participativo/impositivo como o Projeto Portal da Amazônia.

3.2 – Aprendendo a Apreender as Subjetividades das Baixadas do Jurunas: Roteiro de Pesquisa

A tarefa de observar, apreender e transcrever as subjetividades autopoieticas nas baixadas do Jurunas, marcadas por relações de seu universo micro por entre as vilas do Jurunas, ocorreu durante o período de 23 de julho a 20 de agosto de 2007. Esta experimentação foi, antes de tudo, um exercício no mínimo “antropológico” e desafiador, no sentido estabelecido por Santos (1985), um árduo processo de tornar-se errante entre as estivas, de cartografar com meu próprio corpo, as vibráteis subjetividades de outros corpos, desejando entender e captar algumas de suas infinitas intensidades móveis manifestadas de seus vastos territórios existenciais.

Residir no local, portanto, se fez uma decisão e ação de fundamental importância para dar consistência e embasamento empírico a este trabalho, procedimento metodológico e subjetivo, que complementaria a fundamentação teórica do mesmo. Recurso utilizado no sentido de atualizar-me incessantemente por desterritorialização-desestratificação de tantas posturas a respeito da cidade e de suas baixadas, pela matriz-subjetiva da Belém hegemônica, a qual estive habituada ao caminhar, por longo tempo, entre suas ruas e direcionar para suas baixadas um olhar predominante e alienantemente imbuído de idéias dominantes, cristalizadas e codificadas, inerente às subjetividades homogeneizantes e homogeneizadas, viver este período nas baixadas foi, sobretudo, o aprendizado de uma vida estética e desconcertante.

Deste modo, justificamos a escolha da baixada do Jurunas para ser o objeto de estudo desta pesquisa, a partir das seguintes causas: porque, em especial, ainda mantém a característica principal da maioria das baixadas mais antigas que surgiram nas proximidades do centro da cidade, a do hábito de morar sobre as águas do Guamá; outro fator extremamente importante foi a existência de um “elo de ligação” na área o qual se trata de Lauro, um estudante do 8º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, que é morador de uma das vilas desde seu nascimento e conhece toda a comunidade do local.

Nas micropolíticas das baixadas, as quais eu ainda não estava familiarizada, pude perceber que para habitar ali seria preciso a “permissão” da comunidade local, sendo necessário estar ciente e de acordo com os códigos criados por ela, principalmente no comportamento para com a vizinhança: é preciso saber a hora de falar e de calar, de compartilhar e manter-se de fora e, sobretudo, saber desconstruir-se para construir a possibilidade de fruir próximo às intensidades do sentir-moradora, participe e freqüentadora de seus territórios. Neste processo de negociação para morar nas baixadas, tive alguns contratempos que me fizeram perceber rapidamente, as nuances que diferenciam as relações com aquelas ditas formais/normais, as quais eu estava habituada: em fevereiro de 2007, entre minhas primeiras visitas ao local, havia combinado com um morador o aluguel da casa dele durante as férias do mês de julho, na qual ele viajaria com a família para o interior do Pará e deixaria a casa à minha disposição para a pesquisa. Porém, chegado o período das férias, este morador decidiu não mais alugar a casa, por motivos pessoais (não os justificou). Tive então de buscar outra habitação para viver naquela área, resultando noutro processo, ainda mais complicado do que eu havia imaginado. Foi neste momento, que descobri uma importante característica das transações de aluguéis, as quais em geral, ocorrem “por indicação”, não sendo permitido facilmente o “trâmite imobiliário” a qualquer pessoa para morar em suas vilas, antes será preciso que ela conheça ou que possua vínculo com algum residente já fixado na vila. Outra característica está no valor do aluguel, também diferentemente do que eu havia imaginado, é estipulado pelo dono da casa sem avaliação correspondente àquelas realizadas predominantemente na cidade formal, a exemplo: uma casa com um quarto e sem mobília, situada quase na beira do rio, com reboco aparente e sem pintura alguma custava 150% a mais do que o aluguel da outra casa que me foi negada e que, apesar de ser em madeira, já possuía mobília e se localizava mais próxima da rua principal que dá acesso às vilas (a passagem Beira Mar). Passados vinte dias de procura, e dado a falta de outra alternativa, eu já estava decidida a fechar contrato com o proprietário da casa, situada próxima à beira do rio. Contudo, para minha surpresa, recebi

um telefonema de Lauro, o estudante de arquitetura (o qual já havia se tornado meu amigo), avisando-me que uma vizinha dele havia escutado a minha conversa com o vizinho do morador da casa que eu pretendia alugar. E advertiu a ele que era melhor que eu não fechasse negócio porque aquela casa “não valia à pena”. Este telefonema ocorreu por causa de uma anterior conversação, de Lauro para com a sua mãe, comunicando-a da minha situação. Ela, por sua vez, foi procurar ajuda em meio à rede de seu *socius*, resultando, desta forma, no meu primeiro contato “seguro” para com as intenções de residência e pesquisa: Dona Gilda, mais conhecida como Dona Estrela. Esta me propôs o aluguel de um quarto em sua casa, deixando-me claro que só faria isso por que era favor ao pedido de uma amiga-vizinha. Este evento já evidencia a intensidade dos laços afetivos entre os vizinhos das vilas, os fluxos de relações existentes, os “escoamentos”, as micropolíticas daquele local que, até então, escapavam de minha percepção e se manifestavam já ali, neste fato ocorrido.

3.3 – Vivendo entre Vilas e Estivas

A área das baixadas do Jurunas, selecionada como objeto de estudo, é delimitada pelo rio Guamá, Avenida Bernardo Sayão, fábrica de tecidos CATA e a Rua Oswaldo de Caldas Brito. De certa forma, é difícil definir esta área em número de quadras ou ruas, pois o traçado que existe ali se dá de forma mais flexível, dinâmico e mutante, e em algumas situações, com uma temporalidade e uma espacialidade bastante diversa das quadriculas modernistas de uma cidade formal, planejada, decodificada, homogeneizada. Mas podemos dizer que, como parte do *todo segmentário* de Belém, este segmento da cidade interliga-se com os outros restantes, seja pelo rio, seja também pela hierarquia de vias.

Neste sentido, a Avenida Bernardo Sayão e a Rua Oswaldo de Caldas Brito são consideradas as ruas-circuitos principais, as quais interligam a área com o centro da cidade (inclusive com o Ver-o-Peso) e demarca imprescindível parte da densidade econômica dos bairros-vilas da região, onde são localizados os mais diversos estabelecimentos de comércio, serviço,

assim como demarca seguimentos de partição, ditas públicas, estando presentes pólos institucionais que se proliferam ao longo de seus trajetos, sendo eles de caráter mais formal (escolas, postos policiais e de saúde, etc.).

Pela lente-sentidos do *bricoleur*, entendemos que a profusão de riscos e linhas deste *sócius*, não são organizações estanques e compartimentadas, mas percebe-se que em suas micro-políticas, as territorialidades se transmutam num tempo curtíssimo, onde são estabelecidas relações subjetivas constantemente heterogênicas, de escala micro como: as feiras realizadas por vendedores ambulantes (produtos alimentícios e industrializados) durante as manhãs onde se misturam gente, veículos, odores, calores, movimentos, ritmos dos mais variados, onde as casas se transformam em bares durante a tarde e a noite, e as dezenas de barracas de açaí “batido na hora” que funcionam diariamente até as 22 horas na Avenida Bernardo Sayão.

Outra via de considerável importância é a Passagem Beira-Mar, rua principal de acesso às demais ruas-estivas ou vilas: Vila Marába, Vila Passarinho, Vila Valério, Vila Santos, Vila Lúcia, Vila Sozinho, Vila Palmito, Vila Elane, Vila Santa Rita. Ressaltamos aqui que, no caso das vilas construídas totalmente sobre estivas, só é permitido se locomover a pé, proibindo-se a passagem de bicicletas e motos (regra dos próprios moradores).

Neste trabalho, algumas vilas como a Vila Passarinho, Vila Valério e Vila Santos (que se desdobram em várias ruelas transformando-se num mosaico-labiríntico) destacam-se entre as outras por diversos fatores: pela localização, pela extensão (largura-comprimento), pelo tempo de consolidação (são as mais antigas), comércios e serviços que se estabeleceram nelas, pelo perfil de seus moradores, pelas atividades que nelas ocorrem (jogos, tráfico, tráfego, prostituição, etc.).

No que concerne a hierarquia das vias de acesso e que constitui a região estudada, podemos afirmar, em uma análise cartográfica, que no decurso da realização do trajeto “avenida-rua-passagem-vila”, se percebe uma mudança brusca e constante de escala não só na paisagem urbana, não só no que se vê, mas também no que se sente, nas relações sociais cada

vez mais intimistas, subjetividades cada vez mais singulares, mais autopoieticas que, neste trabalho, tentaremos evidenciar algumas dentre tantas, aquelas mais captadas pelo corpo vibrátil, no período de quase um mês, em que habitei entre essas vilas.

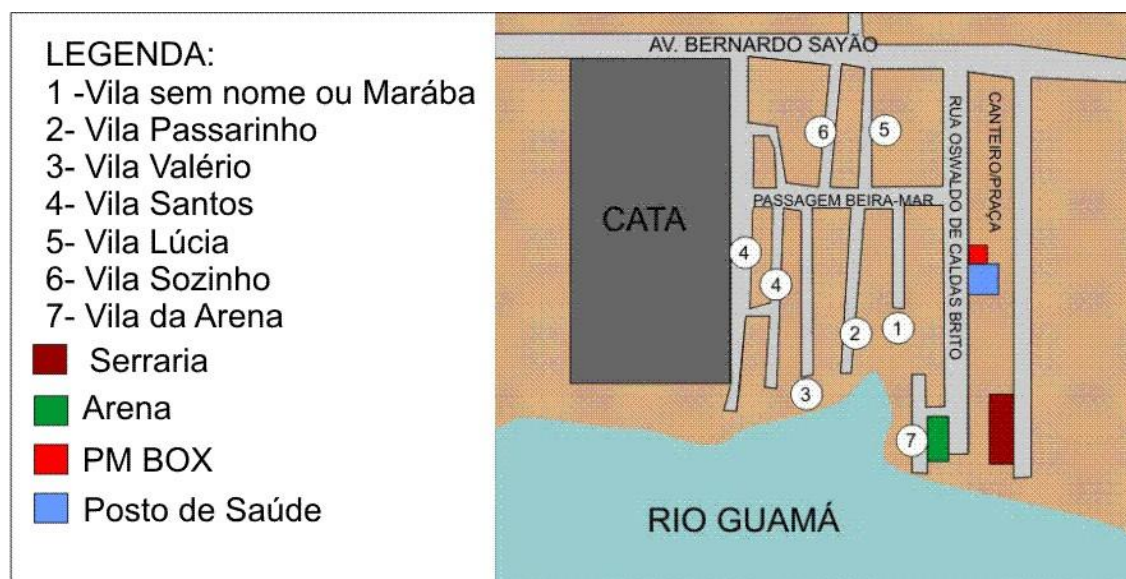


Fig 36: Mapa esquemático de hierarquia de ruas e localização das vilas principais.

Fonte: anotações de pesquisa de campo, 2007.

3.3.1- O Cotidiano

A localização da casa, a qual me foi alugado o quarto, situada na Passagem Beira-Mar, pareceu-me de certo modo, um ótimo “observatório”. Além disto, da janela do quarto era possível observar todo o movimento proliferado na rua principal e de algumas das vilas mais próximas. A casa possui dois pavimentos, sendo o térreo transformado em uma casa independente do pavimento superior, para ser alugado (durante a minha estadia, residia uma família oriunda de Recife). Dona Estrela, que mora no pavimento superior, alugou-me o único quarto existente neste andar, o que me deixou surpresa. A proprietária da casa revelou-me que tal cômodo para ela é considerado supérfluo e sub-utilizado, pois sempre esteve acostumada em habitar casas de um único cômodo, onde “não se precisa de quarto” (pesquisa de campo, 2007). Por conseguinte, uma cama e uma rede são

usadas como sala de estar, juntamente com a cozinha, formando um só ambiente onde habitam, ela e seu filho de 32 anos.



Fig 37 e 38: Interior da casa de Dona Estrela: sala/quarto são o mesmo ambiente e banheiro ao lado da pia da cozinha. E entrada para o pavimento superior da casa.

Fonte: pesquisa de campo (2007). (FA)

Dona Estrela me contou a sua história, a qual narrou ser moradora há 30 anos na área e que, inicialmente, essa região era totalmente alagada. Sua casa, neste período, havia sido composta inicialmente por madeira dividida em quatro compartimentos (sala, cozinha, quarto e banheiro) onde viveu com o marido e os quatro filhos desde o início de sua vinda ao Jurunas. Seu companheiro foi trabalhador autônomo dedicado à venda de toneladas de farinhas e de pães torrados (mercadoria a qual se armazenava num depósito alugado), mas por ser diabético, teve graves problemas de saúde que o debilitaram físico-imunologicamente, e foi neste período que dona Estrela contou com a ajuda de uma vizinha para cuidar do marido, que faleceu após um derrame (há doze anos). Dona Estrela, após o falecimento de seu marido, aos poucos foi estruturando a sua nova vida e reconstruiu sua casa em alvenaria. Para isto, pediu 4.500 reais emprestado do “seu Gigi Melo”, irmão

do finado Sr. Passarinho. Na época ela ganhava 125 reais por mês, e “pendurava a conta” em uma casa de material de construção de seu amigo. E gradualmente, num prazo de cinco anos, conseguiu pagar sua dívida com Seu Gigi.

Em sua história, Dona Estrela, após o falecimento de seu marido, dedicou-se ao trabalho e a criação de seus filhos, contudo, à medida que eles foram crescendo e se desconectando da antiga vida familiar e da residência, Dona Estrela sofreu a terrível experiência da solidão, vendo que a casa lhe parecia grande em demasia. Assim, organizou uma nova possibilidade de vida, onde somaria o seu salário mínimo de aposentadoria com o aluguel do piso inferior da casa. Esta renda extra a ajuda a se sustentar junto com o filho remanescente, Gerson, que atualmente trabalha vendendo farinha na porta de casa. Neste sentido é comum haver em grande parte das casas alguma espécie de atividade comercial como a venda de “chopp” (suco congelado em saquinho plástico), gelo, carvão, ovos e farinha. A qualquer hora do dia, sempre aparece alguém querendo comprar farinha, mesmo durante a noite, pois esta, juntamente com o açaí, é componente do almoço e jantar diário de grande parte dos habitantes dali.

Uma outra história desta família circunda-se na vida do único filho que ainda mora com Dona Estrela, o qual em sua rotina como vendedor de farinha, também é atribuído a função de reabastecer o material de venda, serviço este que se realiza nos dias em que seu humor “está disposto” a tal, quando sai cedo de bicicleta até o mercado do Ver-o-Peso para comprar a farinha de mandioca fornecida por um parente que a traz de barco da cidade de Acará, município do interior do Pará (onde mora parte de sua família). Ele vendia a média de dez sacas de 30 kg de farinha por semana, cujo quilo custava precisamente um real e cinquenta centavos. O fato de um homem de 32 anos viver sem buscar trabalho-formal ou estudo, e de se preocupar praticamente em ganhar o dinheiro suficiente apenas para comprar o alimento do dia, indicava uma das muitas subjetividades autopoiéticas, de resistência e de desvio, que contorna os hábitos alienantes instaurados no restante da sociedade capitalista a qual estamos inseridos: muitos habitantes destas baixadas criam seu próprio tempo, para jogar, trabalhar,

passar, conversar, beber, etc.; muitos (talvez a maioria) não se preocupam em ter um emprego fixo e, paradoxalmente – e aí notamos concomitantemente ações induzidas pelas subjetividades dominantes – fazem compras de produtos relativamente caros e mesmo supérfluos (principalmente eletro-eletrônicos e móveis para suas casas), correspondentes às últimas novidades do mercado destinadas às classes populares com inúmeras prestações. Dona Estrela e o filho, por exemplo, apesar de morarem em uma casa simples, possuem uma TV 29” aparentemente nova, DVD, aparelho de som também novo e geladeira de modelo recente; querem ainda comprar um computador, uma cama tipo box de casal e uma mesa com seis cadeiras (a casa não tem mesa). Porém, contrastando-se com a minha percepção do que se necessita na casa, utensílios e mesmo hábitos para uma vida saudável (percepção de meus valores, que são construções diferentes daquelas vividas ali), notei que a casa ainda não possuía forro e necessitava/necessita de diversos outros reparos em sua infra-estrutura, entre os bens de uso diário, sabe-se que há poucos lençóis de cama e panos de prato (são usados pedaços de tecidos de faixas de propaganda), falta diversos outros produtos de higiene e limpeza doméstica. Além disso, na casa não se encontra livros a não ser a Bíblia. Isto me causou um choque bruto de valores, hábitos, etc. e possibilitando, em mim, a experimentação-criação de outros territórios existenciais, de fluxos menos homogeneizados, mudança que radicalizava a minha vida ao sentido perceptivo das mais diversas dimensões possíveis: seja em uma grande cidade, seja em uma pequena vila, seja em uma família-instituição, seja em uma rede familiar de bairro, às macros e micro políticas ali se faziam manifestas de modo menos entorpecido, violências em mim que despertavam experiências outras nas estivas do Jurunas.

O tempo e as dinâmicas existentes entre os habitantes das estivas se processam de maneira muito singular e vivendo no local diariamente, tento descrever, sucintamente, um pouco da rotina dali durante os dias de semana (diário de campo, 2007).

Durante as manhãs, entre as sete e nove horas, é possível ser acordado com músicas (geralmente dos gêneros brega e sertanejo) com

volumes altos que sugerem de uma curiosa “disputa sonora” entre os vizinhos; crianças caminham para as escolas e vê-se muitos jovens direcionando-se para os pontos de ônibus rumo aos seus trabalhos e estudos no centro da cidade; mães dão banho em suas crianças e máquinas de lavar surgem e se proliferam ao longo das estivas, fios e varais que perpassam e se trançam entre as casas ficam apinhados de roupas; e nestas mesmas ruas e estivas, mas principalmente na Passagem Beira-Mar, são montadas banquinhas de madeiras, que se enfileiram ao longo das ruas, formando uma autentica feira, comercializando produtos alimentícios considerados básicos (peixes e horti-fruti) oriundos do Ver-o-Peso e da CEASA (Centrais de Abastecimento do Estado do Pará S.A) e que, quando se encerram no fim da manhã, desaparecem as bancas e, conseqüentemente, a feira. É neste horário que se pode observar também uma maior aglomeração nos pontos de venda de açaí e de farinha (d’água – mandioca - e de tapioca).

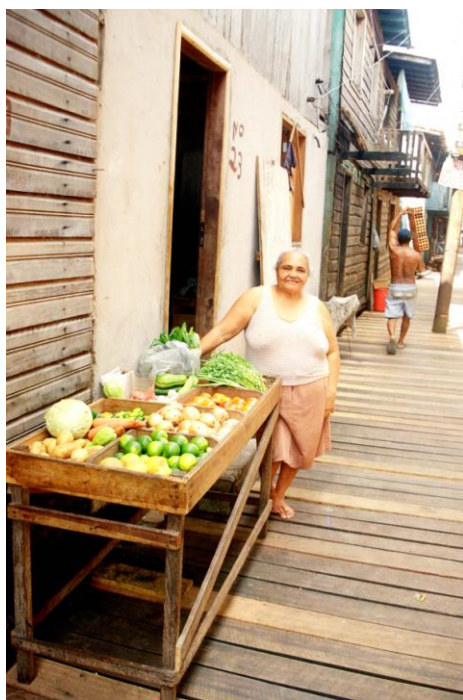


Fig 39 e 40: Banquinhas de horti-fruti na Vila Passarinho e ponto de venda de açaí no horário de almoço (esquina da passagem Beira-mar com a Vila Santos.

Fonte: pesquisa de campo. (RV)



Fig 41 e 42: Cotidiano nas vilas: donas-de-casa banham seus filhos, máquinas de lavar e roupas se espalham pelas estivas.

Fonte: pesquisa de campo, 2007 (RV –FA).

Ocorre, assim, uma verdadeira dança de pessoas que, como suas roupas nos varais, também se emaranham por entre as vilas carregando: peixes, camarões frescos, litros de açaí, farinhas, verduras, carnes, etc. E aos poucos, percebemos emanar entre as estivas, cheiros de feijão, açaí e peixe frito que se misturam ao forte odor de água parada/ lama/ lixo; e ruídos que, além de pratos e panelas, são de televisões ligadas e que se intensificam a partir deste horário permanecendo até o fim do dia, com seus momentos de pico (novelas e jogos de futebol durante a noite). Alguns moradores criam galinhas, patos e até mesmo porcos e papagaios sobre as águas, como uma colagem de vestígios do meio rural em meio a uma cidade “moderna”. Além disso, há a presença de uma quantidade muito grande de animais domésticos como cães e gatos na área. A maioria das casas cria ao menos um gato ou cachorro. Este fato justifica a sujeira nas ruas (excrementos) e, juntamente com o cheiro de água parada e acúmulo de entulho e lixo entre as casas, a área possui um odor peculiar, que é percebido somente por quem não habita ali, pois quem é morador,

acostumou-se e logo passa a ser indiferente com relação ao “fedor” constante. Apesar disso, exceto pelos excrementos de animais, as ruas parecem bem cuidadas (limpas) e, como dito anteriormente, bastante usadas/freqüentadas pelos moradores.



Fig 43 : uma moradora da vila da Arena, assando o almoço que retirou das águas do Guamá.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Por volta das 14 horas, com o sol a pino, observei uma densa calma. As pessoas permanecem mais em suas casas e o movimento diminui nos pequenos estabelecimentos comerciais (mercadinhos) existentes ali e que são de propriedade dos próprios moradores, alguns homens tomam cerveja e conversam sentados pelas calçadas enquanto as crianças brincam. Aos poucos, no final da tarde, o movimento nas ruas/ estivas aumenta consideravelmente, algumas mães dão banho em seus filhos, o número de “grupos de conversa” também se multiplica: não mais só alguns homens e suas cervejas, mas também grupo de jovens, donas de casa, adolescentes e jovens que jogam/estudam/conversam (inclusive os grupos de travestis, homossexuais e prostitutas), idosos que costumam colocar suas cadeiras em frente às suas casas enquanto conversam, observam o movimento da rua e,

finalmente, senhores que se reúnem para jogar cartas todos os dias na esquina da Passagem Beira-Mar com a Vila Valério.



Fig 44 e 45: Cotidiano da tarde nas vilas do Jurunas.
Fonte: pesquisa de campo. (FA)



Fig 46, 47e 48: cenas do cotidiano das tardes nas vilas do Jurunas.
 Fonte: pesquisa de campo. (FA)

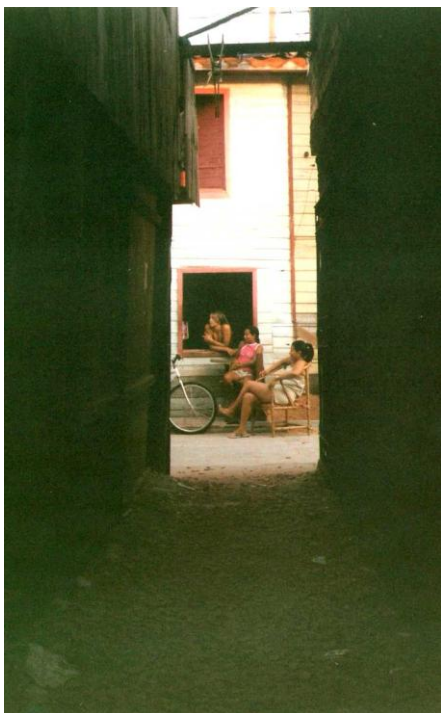


Fig 49 e 50: cenas do cotidiano das tardes nas vilas do Jurunas.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Por fim, durante a noite, no horário das novelas e jogos de futebol, o movimento volta a diminuir (sobretudo a presença das mulheres), porém há aqueles que permanecem nas ruas, nos bares e ao longo do canteiro da Rua Oswaldo de Caldas Brito – onde, segundo comentários de quem ali vive, é perigosa – criou-se uma pequena praça juntamente com o PM BOX onde muitos jogam, conversam e namoram. Há ainda aqueles que assistem à televisão juntos nos bares, nos mercadinhos ou mesmo nas janelas das casas vizinhas; seja novela, jornal ou futebol, de modo que a TV se torna um agenciamento que, ao mesmo tempo se aliena e se segmenta, também permite a criação de redes de relações às quais se concatenam quase exclusivamente por meio deste hábito (o de assistir aos programas televisivos). No fim da noite e início da madrugada, o perfil de moradores vai mudando: surgem aqueles que “trabalham na noite”, ou seja, este termo é usado entre a comunidade para designar assaltantes, traficantes, prostitutas e travestis que moram ali, e que são respeitados e respeitam a vizinhança (pequenos furtos são freqüentes nas redondezas, mas entre os habitantes ninguém rouba ninguém; há uma sutil “lei do silêncio”, onde não se

denuncia em prol da boa convivência e segurança). Com relação a isto, observei que grande parte dos mercadinhos possui grades, porém a maioria dos proprietários afirma que nunca foi assaltada.

Nos finais de semana, o emaranhado de gente que se vê é composto praticamente apenas pelos moradores e seus parentes. Os mercadinhos continuam funcionando e, aqui ressaltamos, por seus proprietários também serem moradores, é comum a prática de “vender fiado”, assim, muitos vizinhos negociam suas dívidas nesses estabelecimentos e acertam a data de pagamento que lhes convém. As ruas então se transformam em extensões das casas, não mais somente para atividades de trabalhos, do dia-a-dia, mas como áreas de lazer: inúmeras churrasqueiras (feitas com sucata) espalham-se ao longo das estivas, nas quais se sentam ou mesmo se deitam seus moradores, as vizinhanças se reúnem, há música, cerveja e festas por todos os lados durante o dia inteiro, ao redor do PM BOX e no canteiro da Rua Oswaldo de Caldas Brito, apinham-se cadeiras e mesas de bares repletas de comidas, cervejas, gente, carros, motos, etc. Os pontos de venda de açaí também funcionam o dia inteiro. Tive a sensação de que todos os moradores saem de suas casas para participar em algum momento dessas “reuniões”. E em quase todas as vilas, além das ruas principais, há grupos de jovens e crianças jogando (futebol, vôlei, elástico, jogo-de-botão, baralho, etc.).

Vim de Cametá por causa de emprego, pra ter condições melhores pra minha família. Aqui na capital ganho muito mais pelo serviço de diarista [30 reais para faxina em contraposição aos 11 reais que receberia pelo mesmo serviço em Cametá]. [...] Aqui é ótimo, perto de tudo ... é um absurdo pensarem em tirar a gente daqui, eu paguei por essa casa. Eu gosto daqui, é tranquilo, os vizinhos se ajudam, meu filho vai para a escola andando, meu marido também anda para o trabalho... (DALVA, 32 anos, mora há 8 anos no local. Depoimento concedido à autora em agosto de 2007).

3.3.2 – Entre paraísos e infernos...

Neste sentido, pude perceber que as relações sociais estabelecidas entre os habitantes das vilas, perpassam entre a confiança, a solidariedade, o medo e a cumplicidade. Todos se conhecem, ou seja, os rostos de quem mora na região são reconhecidos imediatamente entre seus moradores. Eu mesma, após alguns dias, passei a ser reconhecida e admitida como “uma moradora” e não mais “uma estranha”. Quando alguém “estranho” adentra as estivas, o clima de desconfiança logo se instaura e rapidamente cria-se uma atitude de silêncio e atenção por parte de quem ali vive. As subjetividades nas vilas também diferem daquelas homogeneizadas da cidade formal, no que se refere à privacidade: quem não está familiarizado em morar na área, logo sente forte sensação de que se está sendo observado o tempo todo, as ruas/estivas estreitas e as proximidade entre as janelas e portas fazem com que o interior e o exterior das casas se misturem; quem passa na rua, também passa nas salas de estar, nas cozinhas, nos quartos, nas áreas de serviço e mesmo nos banheiros das casas e, quem ali mora, não se surpreende ou mesmo se acanha com este fato.



Fig 51: a proximidade entre as casas engendram noções outras de privacidade.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)



Fig 52 e 53: distâncias das janelas do quarto alugado pela autora para com as janelas da casa em frente e ao lado respectivamente. Noções outras de privacidade.

Fonte: pesquisa de campo, 2007 (FA)

Em alguns casos, tecidos são pendurados nas janelas representando rupturas desta amalgamação entre público e privado. Muitas vezes, também é possível acompanhar de dentro da própria casa as conversas entre os vizinhos e transeuntes das ruas. Esta relação de se observar e ser observado confere um grau de cumplicidade, de uma grande comunidade repleta de “familiares” que, se num primeiro momento parece intimidar, esta proporciona a sensação de segurança. A relação de confiança pode ser percebida pelas roupas nos varais: os moradores das vilas estendem suas roupas fora de casa e dizem “morar no paraíso”, pois, além de outras coisas, não se preocupam com furtos (apesar de, contraditoriamente, algumas casas serem protegidas com grades, principalmente aquelas de alvenaria). Estas relações de solidariedade/cumplicidade/confiança/sobrevivência podem ser

também percebidas no seguinte diálogo entre duas vizinhas, que ouvi da janela de meu quarto:

- Alessandra?! (grito)
- Oi!
- Dá pra estender roupa aí?
- É muita roupa?
- Não...
- Tá. (consentindo).

(diário de campo, 2007).





**Fig 54, 55 (página anterior) e 56 (acima): roupas nos varais.
Emaranhamento de relações de
solidariedade/cumplicidade/confiança/sobrevivência**

Simultaneamente podemos observar que, imbricadas nestas relações de cumplicidade, encontram-se também relações de medo e divergências entre os habitantes, formando pequenos guetos rivais, particularmente entre a Vila Santos e as demais vilas. Neste sentido, desde o início fui informada pelos próprios moradores sobre “áreas perigosas” da região, e por este motivo resolvi freqüentar somente as “áreas não perigosas” e esperar até estar mais familiarizada com o lugar, para então, poder ultrapassar a “barreira do medo”. Meu amigo, Lauro, advertiu que era preciso que eu andasse na Vila Santos com alguém já conhecido na área, para depois atrever-me a andar só. Segundo ele, é preciso que eu seja identificada pelos demais como moradora e/ou amiga para garantir o estado de segurança. Para Dona Estrela, a exemplo, eu estava morando numa “zona de purgatório”, pois a casa situa-se na fronteira entre a Vila Santos, considerada “o inferno”, por abrigar maior quantidade de “criminosos” e excluídos (travestis, prostitutas, etc.) e as demais vilas, as quais seus moradores se relacionam bem entre si e, por este motivo, entre outros, considera-se ali “o paraíso”. De fato, durante os dias que permaneci morando no local, percebi que a Vila Santos era realmente a mais perigosa da região: soube da notícia que um rapaz com menos de 30 anos de idade, morador da vila, foi morto ao tentar assaltar uma loja de

departamentos junto com mais oito assaltantes (que também moram por perto). O rapaz era casado, pai de um filho pequeno e trabalhava, mas freqüentemente assaltava também – “trabalhava na noite”. Era conhecido entre as vilas como “o social” porque cumprimentava a todos e estava sempre jogando cartas na esquina da Vila Valério com a Passagem Beira-Mar. No fim da tarde do dia da morte anunciada, a Passagem Beira-Mar que dá acesso à Vila Santos ficou repleta de pessoas que comentavam a respeito do acontecido, e durante a noite a movimentação na rua aumentou, muitos queriam passar no velório do rapaz em sua casa, seja por amizade ou curiosidade.

Grande parte dos moradores das outras vilas reclama da falta de sociabilidade dos residentes da Vila Santos e, como dito anteriormente, segundo os moradores locais, é por entre suas estivas labirínticas que se concentram um maior número de assassinos, traficantes que comercializam drogas em suas casas a qualquer hora do dia (de maneira muito discreta, diga-se de passagem), além de garotas de programa, prostitutas e travestis que durante o dia convivem, pertencem e interagem ao cotidiano dos demais vizinhos e, aparentemente, não sofrem preconceito algum na comunidade da vila, e nas noites ao longo Avenida Bernardo Sayão, em meio às luzes vermelhas²⁸ que indicam não só os pontos de venda de açaí, mas também a venda de prazeres, de corpos que se expõem e personificam na própria carne o objeto a ser consumido, e que, em muitos casos, se satisfazem desta forma como uma escolha entre tantas para sustentar-se, assim como os feirantes, comerciantes, pescadores, etc.

Após alguns dias morando nas proximidades da Vila Santos, resolvi caminhar no fim de tarde entre suas estivas, acompanhada de uma vizinha que era recém-chegada na região. Apesar dos olhares desconfiados, senti um clima de tranqüilidade: jovens jogavam futebol nas áreas aterradas/cimentadas, outros jogavam vôlei (com um fio de varal servindo de rede) e, entre estes, havia dois travestis, mães sentavam nas ruas (nas soleiras das portas de entrada) atentas às suas crianças pequenas a brincar nas ruas,

²⁸ Em Belém é comum sinalizar os pontos de venda de açaí com placas vermelhas e luzes vermelhas durante a noite, geralmente o produto é comercializado até às 23h.

músicas ecoavam em volume alto entre algumas casas, homens bebiam e jogavam cartas, outras mulheres (que não me encaravam nos olhos, talvez pelo fato de serem garotas de programa/prostitutas, como me foi informado pela vizinha) estavam sentadas nas estivas (tanto no chão como em cadeiras plásticas) e encostadas no muro – que divide a área com a fábrica CATA – costurando retalhos; havia também muita sujeira espalhada nas ruas, lixos e entulhos amontoados, apesar da coleta de lixo ocorrer todos os dias há mais de 10 anos, vi ratos passarem embaixo das estivas e o fedor peculiar das baixadas parecia-me mais forte ali. Pareceu-me também que, na Vila Santos, as “regras de convivência” eram outras, é um gueto (no sentido atribuído por Guattari em *Revolução Molecular*) onde quem está livre para derivar entre suas casas são apenas seus próprios moradores ou amigos/conhecidos e, instaurando, desta forma, uma micropolítica de não-violência entre os moradores, permitindo surgir ameaças e rivalidades somente para com o restante das vilas e outras localidades. Apesar do passeio tranqüilo na Vila Santos, senti-me intimidada (tanto por olhares desconfiados, quanto pelas recomendações feitas) a conversar com seus moradores e, desta maneira, não pude apreender quais as relações e como é que os moradores deste “inferno” viam os demais habitantes das “zonas de paraíso”.

No que se refere também ao medo da violência, notei que os ônibus que adentram no fim da Rua Oswaldo de Caldas Brito, nas proximidades das vilas, mudam o trajeto durante a noite. Surpreendi-me com este fato, ao direcionar-me do centro da cidade para aquelas vilas por volta das 20:30, pegando o mesmo ônibus de sempre. Ao notar a mudança de seu percurso, foi fácil perder-me entre aquelas ruas e casas que aparentavam ser todas muito parecidas. A cobradora do coletivo justificou este fato pela área ser “muito perigosa”. Porém, mesmo perdida no local, e um pouco apreensiva, não senti sensação de perigo. Pelo contrário, existiam muitas pessoas nas ruas, sobretudo jovens e adolescentes, conversando e brincando. Alguns adultos também continuavam com suas cadeiras nas ruas (ou em bares) conversando animadamente. Errante por alguns minutos entre aquelas

pessoas, logo fui me familiarizando com as paisagens e consegui chegar “em casa” sem muitos transtornos.



Fig 57: Esquina entre a Passagem Beira-mar e a entrada da Vila Santos.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

3.3.3- Construindo Paraísos...

Dentre os elos que interligam os habitantes das vilas, certamente as obras de equipamentos urbanos, suas conquistas e seus usos, estão entre as atividades que mais induzem aos relacionamentos entre moradores de vilas distintas e suas vizinhanças de modo geral. Como já citamos neste trabalho, a comunidade local, ao longo dos últimos dez anos, construiu: um centro comunitário localizado bem no meio do emaranhado de vilas, onde funciona também uma escola que abriga mais de 120 crianças (a comunidade reivindicou um contrato com a prefeitura onde esta paga a manutenção da escola e os professores); um posto de saúde improvisado nos altos de um estabelecimento comercial, para atendimentos pediátricos nos finais de semana; e, recentemente, alguns moradores preocupados com o aumento da violência nas redondezas, reivindicaram um posto policial (PM BOX) que parece funcionar mais durante a noite em dias de semana e no restante das

vezes é usado como ponto de encontro/convivência, como uma espécie de extensão da praça/canteiro da Rua Oswaldo Brito. Ainda entre as conquistas da comunidade podemos citar a pavimentação de algumas ruas e/ou estivas com placas de concreto feita em parceria entre a comunidade e políticos, articulação similar ao do ex-senador Jader Barbalho, os quais freqüentam o local em busca de voto, tornando-se “amigos” destas áreas de baixada, como candidato Zeca Pirão, que possui seus cartazes espalhados em várias casas e é bastante citado entre os moradores.



Fig 58: (acima) Centro Comunitário/escola construído pelos moradores em parceria com políticos.

Fonte: pesquisa de campo, 2007 (FA).

Fig 59: (abaixo) Cartazes de políticos dividem o mesmo espaço que a santa padroeira da cidade nas portas das casas no Jurunas.

Fonte: pesquisa de campo, 2007 (FA).

No que se refere às obras realizadas pela própria comunidade, merece destaque a construção de uma quadra de esportes que é chamada de Arena. A partir do momento em que foi construída, as desavenças entre os habitantes diminuíram, principalmente a rivalidade entre os moradores da Vila Santos com os das outras vilas. As partidas de futebol realizadas de terça a domingo, durante a noite, são motivo de reuniões entre os homens, ocorrendo apostas diversas entre os times organizados, cujas vitórias são premiadas com refrigerante/bebida para o time ganhador, que depois do jogo se concentra na rua em frente aos estabelecimentos comerciais da Passagem Beira-Mar para “receber o prêmio”. Geralmente os times são organizados por parentesco ou por vila, por exemplo, na família do Lauro (amigo), todos os seus primos formam um único time. Outra atividade interessante foi mobilizada pelo novo líder comunitário, que organizou na Arena aulas de ginástica para as donas de casa, todas as segundas e quartas de manhã. E em seus planos futuros, há o projeto de implantar aulas de informática para os adolescentes e jovens numa casa ali próxima.



Fig 60 e 61: Crianças brincando na arena.
Fonte: pesquisa de campo. (FA)

Neste contexto de ações impulsionadas tanto por subjetividades de caráter homogeneizante quanto por aquelas autopoieticas, de desejos individuais e coletivos, encontramos também, em meio às aproximadamente 1.800 famílias que vivem nesta área de baixada do Jurunas, das quais 80% possuem parentes como vizinhos, inevitáveis agenciamentos estruturadores/estratificadores das potencialidades subjetivas, de modo a subordiná-las ao regime identitário, instaurados ali para modelar subjetividades a fim de serem consumidas, sendo estas produzidas não só pela mídia, mas também pelas diversas práticas religiosas que se proliferam em meio às máquinas desejantes das estivas, encarnadas/sedimentadas em igrejas de todos os tipos: universal, quadrangular, católica, evangélica e até mesmo a umbanda, que tem suas atividades sobrecodificadas pelo capital, como podemos perceber pelo caráter mercadológico que se estabelece nas lojas de artigos para seus cultos, localizadas na Avenida Bernardo Sayão. Os guetos que se formam então, a partir das igrejas, também podem ser facilmente identificados na área. Neste sentido, durante os dias em que estive morando no local, encontrei em um dia de sábado, uma freira italiana bastante austera que me informou de seu trabalho no local há 10 anos e, quando indagada por mim, sobre o que necessariamente ela fazia ali, ela simplesmente retrucou: “estou ensinando a pescar em vez de entregar o peixe” (diário de campo, 2007); na verdade, percebi que a estratégia da freira consiste na prática de arrebanhar, sobretudo jovens donas de casa, a participarem de atividades da igreja católica, ensinando-as a cuidarem de suas crianças e ao mesmo tempo evangelizando-as, numa espécie de disputa para com outras missionárias (os) existentes na comunidade, principalmente evangélicas (os) ou da igreja universal.



Fig 62: Freira italiana “ensinando as moradoras das vilas a pescar”. Ao fundo, os homens jogam o “tradicional” baralho de fim de tarde.

Fonte: pesquisa de campo, 2007. (FA)



Fig 63: Altar montado na sala de estar de uma casa na vila Passarinho. Grande parte das habitações locais possuem alguma espécie de altar semelhante a este.

Fonte: pesquisa de campo, 2007. (FA)

Estabelecem-se então, grupos desta ou daquela igreja, que se vestem e se comportam de acordo com os ditames cristalizados por seus pastores, os quais pulverizam entre os habitantes das baixadas, o medo de não ser salvo/aceito e a discriminação para com quem não segue os padrões morais impostos por suas crenças, em particular para com os “guetos da Vila Santos”. Por outro lado, subjetividades-outras estão a todo o momento sendo produzida entre as estivas, seja nas brincadeiras e percurso das crianças, seja pelos hábitos e códigos criados pelos moradores dali.

3.3.4 – Devires-outros



Fig 64,65 e 66: crianças moradoras das estivas/vilas/baixadas do Jurunas.

Fonte: pesquisa de campo, 2007. (RV)

As crianças eram as que mais estavam dispostas a me dar informações e faziam disto jogos e brincadeiras novas em qualquer hora do dia. Percebi que para elas foi uma diversão (assim como para mim também) mostrar-me todas as vilas e lugares intrínsecos ao cotidiano delas; corriam todas descalças pelas esguias estivas em uma velocidade e desenvoltura que pareciam estar em terra-firme; uma delas, Deise, de sete anos de idade, moradora da última casa na beira do rio, vendo-me andar apreensiva sobre as estivas, disse: “Tu tem medo de cair na maré? Eu não tenho medo da maré! Já caí, mas eu sei subir! Quando alguma boneca minha cai [na água] ou algum brinquedo, eu vou lá buscar!” (diário de campo, 2007). E mostrou-me como fazia para descer até as águas... Entendi a partir desse momento, que ali ainda é comum para grande parte dos habitantes banharem-se nas águas do Guamá. As crianças foram atraídas enquanto eu passava pelas estivas, por estar usando uma máquina fotográfica, curiosas, contavam-me histórias, e me relatavam que viam ultimamente muita gente passando por lá e batendo fotos. Conduziram-me também a um local na beira do rio, que tem acesso por uma serraria, onde costumam ficar e brincar; sente-se logo que este lugar é como uma espécie de refúgio delas, a visão do rio neste local

é realmente fascinante. Apesar de divertirem-se no rio, as crianças das vilas não brincam e nem ultrapassam a Avenida Bernardo Sayão para ir para o outro quarteirão da Oswaldo de Caldas Brito; ou elas brincam na rua de suas próprias casas ou na Arena, e pareceu-me muito provável que, apesar de serem numerosas, todas elas se conhecem devido às suas brincadeiras na quadra. Além disso, somente quando chega “alguém de fora” é que elas convidam para irem ao Mangal das Garças, como uma garantia de que não serão expulsas pelos seguranças do local.

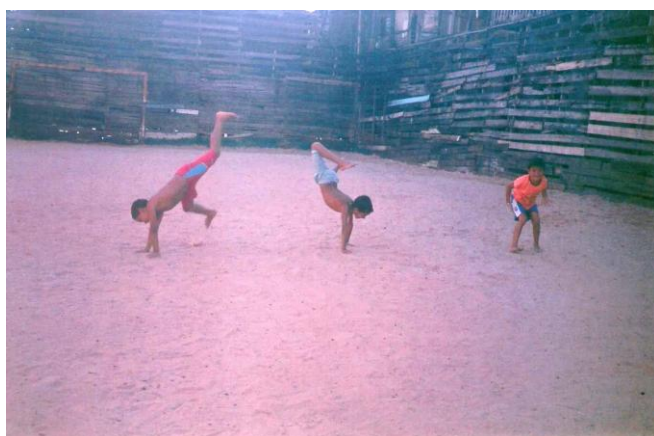


Fig 67 e 68 : crianças brincando nas estivas e na arena, entre as vilas os jogos acontecem o tempo todo.

Fonte: pesquisa de campo, 2007. (FA)

Fig 69 : o cotidiano das crianças nas estivas.

Fonte: pesquisa de campo, 2007.
(FA)



Durante o período em que realizei esta pesquisa de campo presenciei fatos os quais pude identificar segmentaridades flexíveis diante daquelas duras e molares. Neste sentido, nas baixadas, os jogos e brincadeiras das crianças, a exemplo, se estendem, se confundem e se emaranham com os hábitos dos adultos. Tal como vi na noite em que caiu uma chuva forte e, para minha surpresa, crianças e adultos saíram nas ruas para tomar banho de chuva, banhavam-se inclusive nas águas que caem dos cantos dos telhados, riam, brincavam... Uma verdadeira festa! Adultos “comportando-se como crianças”, em uma visão estratificada, junto com crianças ou mesmo refletindo devires-crianças (assim considerados por mim, em meio as minhas subjetividades estratificadas, possivelmente), assim como o costume praticado desde meninos até homens mais idosos de andar sem camisa durante o dia inteiro, urinar nas ruas, nas paredes das casas principalmente à noite; ou ainda, um homem matar um rato com o pé!

Neste sentido, entre outros hábitos divergentes daqueles instaurados na cidade homogeneizada, formalizada, encontramos outras maneiras de comportar-se também no sentido de higiene pessoal e alimentar. Notei que muitos moradores, principalmente os mais antigos, desconhecem certas noções básicas de higienização dos alimentos que geralmente se aprende nas escolas. Dona Estrela, inclusive, estranhou o simples fato de eu ter deixado as verduras submersas em vinagre ou em solução de hipoclorito para sanitizá-las; pois, está acostumada a usar e beber a água diretamente da torneira, sem ferver ou purificar de outra forma. Além disso, no banheiro em que residi, não há sabonete para lavar as mãos ou toalha para enxugá-las.

Não há panos de prato na cozinha e se usa um mesmo trapo para limpezas em geral e para “enxugar algo”.

Entre os fluxos de subjetividades-outras que escoam nas vilas do Jurunas, encontramos uma rede de códigos existente na comunicação entre seus habitantes, seja verbalmente, seja entre olhares ou mesmo por sinalizações espalhadas pelas ruas/estivas nas quais, freqüentemente, encontramos cartazes colados em suas áreas de maior movimento, e somente quem é morador do local consegue entender por completo os significados neles contidos. A exemplo, no cruzamento entre a Rua Oswaldo de caldas Brito e a Passagem Beira-Mar, nas proximidades de um estabelecimento comercial, encontrei uma placa grande escrita em giz apoiada aos pés de um poste: “sexta, consulta de pediatra às 16:00h”. O aviso não dizia mais nada: nem local, nem a quem se devia procurar e nem mesmo indicava quem o estava anunciando. Isto me deixou intrigada, pois pessoas como eu não entenderiam aquele anúncio codificado. Quando fotografei a placa, o dono do estabelecimento, com uma aparência aborrecida, questionou-me o objetivo daquela foto e, não convencido de que era para um trabalho acadêmico, afirmei que morava na área e foi então que ele mudou de postura e se tranqüilizou: “Ah, tu mora aqui?! Então tá!” (diário de campo, 2007). E foi embora.



Fig 70 e 71: códigos, subjetividades outras que escoam nas estivas.
Fonte: pesquisa de campo, 2007. (FA)

Estes relatos, aqui apresentados, constituem a cartografia das múltiplas experiências percebidas nas dimensões moleculares dos territórios das baixadas em meio à estrutura molar de Belém. Apresentam-se ainda, como maneiras possíveis de identificar, por meio das sensações apreendidas pelo meu corpo vibrátil, aquilo que se destacou em meio aos territórios homogeneizados/estratificados (principalmente no que se refere aos comportamentos consigo mesmo e com o *sócius*). Neste contexto, tendo como base na construção teórica deleuzo-guattariana, pensamos que quanto mais os conjuntos se tornam molares, mais seus elementos e relações se tornam moleculares (DELEUZE; GUATTARI, 1996); evidenciamos que estes atos de segmentação flexível não coincidem com as segmentaridades duras, mas sim coexistem em relações que invadem, se superpõem e migram; fluxos de quanta, desvios que sofrem colisões com o tragador de fluxos (re-territorializações), são sobrecodificados e novamente se des-territorializam movendo um infinito processo no qual:

“Os valores, as morais, as pátrias, as religiões e as certezas privadas que nossa vaidade e autocomplacência generosamente outorgam, são diferentes moradas que o mundo arranja para aqueles que pensam, desta forma, manter-se de pé e em repouso entre as coisas estáveis; eles nada sabem desse imenso desarranjo no qual eles próprios se vão... *fuga diante da fuga*”. (DELEUZE; GUATTARI: 1996b, 109)

Neste caso das baixadas do Jurunas, é notória a dominação das políticas movidas pela lógica do sistema capitalista, das subjetividades homogeneizantes pela máquina totalitária para com as subjetividades autopoieticas, as singularidades, que são extraídas pelo sistema de modo a perder agenciamentos, e concomitantemente fazem desaparecer os traços de heterogeneidade, atualizando micro-fascismos/ micro-despotismos/ micro-hedonismos recodificantes das heteróclitas estruturas imantes, de modo que estas possam colocar o desejo a serviço da economia de lucro (GUATTARI, 1977), cooptando neste processo tanto a população da cidade formal quanto os próprios habitantes das baixadas. Nesta conjuntura, observamos que a maioria dos moradores das estivas daquele lugar, pensando que não serão atingidos pelo projeto Portal da Amazônia, induzidos pelas máquinas semióticas, os levam a acreditar que o projeto trará benefícios, e somente o

“pessoal que mora na beira” (referente aqueles, que moram no fim das estivas onde desembocam no Guamá) será retirado e não participará dos bônus futuros: “vai ficar tudo bonito, né?”, era a frase de deslumbre mais enunciada por aqueles moradores que apóiam o projeto (diário de campo, 2007). A realidade, porém, nos mostra sinais bem diferentes deste “deslumbre”: certamente não só os moradores da “beira” serão expulsos pela super valorização do metro quadrado de seus pedaços de terra/ água, mas também todos aqueles que habitam as proximidades desta área; num vetor que segue das casas da “beira”, às ruas paralelas, à Avenida Bernardo Sayão, cujo processo de consolidação bastante semelhante ao que está ocorrendo nas regiões mais próximas das margens do rio (ou em cima deste) é existente, e que atualmente encontram-se urbanizadas e em condições favoráveis para receber grandes investimentos imobiliários. Em meio a este processo de expulsão dos moradores locais, o aparelho de Estado cumpre o papel de mediador, dificultando a permanência destes indivíduos, fazendo uso de leis jurídicas para alcançar tal fim. No que se refere a isso, citamos aqui o fato de que desde 2003, na região que abrange as vias paralelas à Estrada Nova, passou-se a cobrar uma taxa referente ao uso dos lotes situados nas terras da União. Segundo os moradores locais, esta taxa varia entre 130 e 230 reais, sem direito a parcelamento e ainda possui juros. Alguns resistem e se recusam a pagar, por não possuírem recursos financeiros para isto, acumulando mais de 1000 reais em dívidas para com o Poder Público. Para os moradores das vilas, ainda não estão cobrando taxas pelos terrenos, mas outras medidas de expulsão estão sendo tomadas de maneira igualmente camuflada, principalmente aquelas referentes ao remanejamento “provisório ou não” (vide Capítulo II) das famílias que ali residem, onde não se informa exatamente qual será o destino destes indivíduos, mas é notório que o destino das terras por eles ocupadas já está sendo traçado há algum tempo, como nos evidencia o relato de alguns moradores dali:

desde que se mudou pra cá, escuto falar “nessas mudanças”. O pessoal da prefeitura já veio aqui tirar medidas [...] mas eles só disseram que aqui vai ser aterrado e que ninguém vai mudar de lugar, todo mundo vai continuar com seus lotes. [...]

mas as casas vão ter que ser de alvenaria e quem tiver dinheiro pra bancar sua casa, ótimo! quem não tem, a prefeitura vai bancar aí depois [o proprietário] vai ter que ir pagando aos poucos. [...] não me importo de bancar a construção da minha casa novamente, só não quero sair daqui de forma alguma! (SEU RAIMUNDO, 63 anos, veio de Limoeiro do Ajurú e mora no local há 41 anos. Depoimento concedido à autora em agosto de 2007).



Fig 72: Seu Raimundo, proprietário de um dos diversos mercadinhos que vendem fiado à vizinhança.

Fonte: pesquisa de campo. (RV)

[...] os funcionários da prefeitura nunca vieram aqui! Só conversam com o povo que mora perto da Bernardo Sayão [...] Aqui comprei uma casinha há 56 anos atrás [...] As casas alagavam quando a maré enchia e aí perdi o documento da casa mas hoje eu tenho o título do imóvel.[...] Muita gente já veio querer comprar o meu terreno. [...] O imposto [da União] tá sendo cobrado pra todo mundo que mora na Oswaldo de Caldas Brito (“...), a prefeitura passou aqui pra fazer um levantamento. (SR. JOSÉ MARIA, 73 anos, mora há 46 anos e D. JÚLIA, 71 anos, mora há 48 anos no local. Depoimento concedido a autora em setembro de 2007).



Fig 73: Sr. José Maria e sua esposa Dona Júlia, casal vive há mais de 60 anos no local.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)

No cerne da multiplicidade de ações, reações e opiniões por parte dos habitantes das baixadas, em meio ao deslumbre de uns, encontramos a indignação e resistência de outros, os quais os vínculos existentes entre estes e suas casas, suas vizinhanças, o rio Guamá e o Ver-o-Peso constituem seus universos auto-referentes. Desta forma, a maioria não pensa em se mudar para outra localidade, estão muito satisfeitos com suas casas, apesar de reivindicarem algumas intervenções de melhorias de infra-estrutura, principalmente no que se refere ao saneamento e limpeza, tanto nas águas do rio quanto entre as vilas.

Comprei meu pedaço de lama por 4 mil reais. [...] Vim em busca de melhores condições, né? [...] O contrato foi de boca, do Sr. Salico que tinha uma fábrica de palmito que faliu e aí ele começou a lotear e vender o terreno. [...] Não quero sair daqui por causa dessa vista [o rio], do clima... moro perto dos meus parentes. [...] Não quero trocar isso aqui nem que seja por uma mansão de alvenaria. Eu não venderia por dinheiro nenhum! [...] Vem muita gente aqui só pra olhar o rio e eu deixo entrarem na minha casa pra ver. [...] como o peixe que pesco aqui... Tem muita gente aqui que depende do rio. (SR.BENEDITO, mora há 8 anos no local, veio de São Sebastião da Boa Vista, a avó de 96 anos, mora ali há 80. Depoimento concedido à autora em setembro de 2007).

Fig 74 e 75: Sr. Benedito e os filhos no quintal de sua casa (abaixo): “Não quero trocar isso aqui nem que seja por uma mansão de alvenaria!”.

Fonte: pesquisa de campo. (FA)



As máquinas de drenagem ali próximas, que iniciam as obras do Portal da Amazônia, funcionam o dia inteiro emitindo a cada dez minutos um barulho insuportável para os moradores da beira, causando distúrbio, incomodando, criando um confronto entre gritos-silenciosos e máquinas silenciadoras. Atualmente as obras do aterro hidráulico do Portal da Amazônia encontram-se avançadas e a monumentalidade dessa intervenção realmente impressiona: o acesso para vislumbrar a paisagem fluvial do Guamá é permitido a todos (por enquanto), “inclusive” para *comprar apartamentos* oferecidos por uma construtora paulista que já

profetiza o sucesso desta infra-estrutura viária: há apartamentos de 230m² margeando o um milhão de reais, ou seja, mais de 4 mil reais o metro quadrado construído. Também há comentários de que a enorme área da CATA — Amazônia Textil — fora negociada para a construção de um shopping. Em sendo verdade, não haverá maior em Belém; o que comprova que dinheiro faz dinheiro e que o governo está aí para ajudar na organização de uma capital e de um capital globais. (BALEIXE, 2008).

Deste modo, não há dúvidas que toda a comunidade das baixadas, seus barcos, suas estivas, palafitas e todas as conquistas que foram se consolidando no local (sejam estas de caráter hegemônico/controlador ou não), não resistirão ali durante muito tempo, e novamente as histórias de Belém serão obliteradas pela História da Metrópole da Amazônia.



Fig 76: Fase atual das obras do Portal da Amazônia. Obras de aterramento avançam em direção às palafitas do Jurunas (ao fundo).
Fonte: arquivo Fernanda Melonio.



Foto: Raul Ventura

Considerações Finais

Não se passa um dia sequer sem que cada um de nós viva contraditoriamente, em todos os níveis da realidade, o conflito entre a opressão e a liberdade; sem que ele seja bizarramente deformado e apreendido ao mesmo tempo segundo duas perspectivas antagônicas: a perspectiva do poder e a perspectiva da superação.

Raoul Vaneigem

Assim como num quadro de Francis Bacon, onde ondas contorcem a imagem, e os movimentos infinitos deslocam toda a circunscrição de uma forma, de um corpo, de um limite espacial... Movimentos que não são mais o do pincel ou mesmo o do pintor, silhuetas que distorcem o espaço do quadro, cores devires trovejantes que arrebatam e arrebatam os sentidos entre o aflito perceptivo e a fruição afectiva, ocasionando uma revolução-interna que ocorre além da visão plana do quadro; percebemos que analisar as complexidades das relações sócio-espaciais existentes nas sociedades capitalistas atuais faz parte de uma grande experimentação criativa, estética e navegante (no sentido de que para se conhecer, faz-se necessário cruzar a linha do horizonte em que se separa a borda – saber instituído – dos territórios além mar – modos outros de provar a vida, pois em seu plano imanente encontraremos múltiplas impressões, caóticos sinais, móveis riscos vertiginosos, fluxos, linhas de fuga, produções e reproduções efetivadas pelas máquinas desejantes; há num processo metodológico, certos espaços que delimitam tais intensidades, muitas vezes pela sobreposição da lente do pesquisador sobre todos os olhares circunscritos no campo. Muitas vezes será possível encontrar uma lente fascista, mas, generalizadamente, o enquadramento desse método é a força motriz de supressões das cores berrantes (Bacon literalmente pinta cores berrantes), dos tantos desvios que são inevitáveis de serem percebidos, antes é preciso definir em termos absolutos, quantificar e respeitar as regras da métrica científica, de modo que ao identificá-las, enquadrá-las, classificá-las como elementos puros (uma tabela das vidas humanas num gráfico, exemplo: X para indivíduos usuários do referido espaço e Y para o tipo de intervenção efetivado no

referido espaço – soma-se no decurso de trinta dias, tem-se uma progressão aritmética dos usos espaciais e das transformações ocorridas neste espaço-tempo, somadas a(s) hipótese(s) inicial(is), conclui-se tal que função do gráfico) e, tal como os elementos puros, as formas e cores de um Mondrian, busca definir um número preciso de situações, entendemos que esta prática de conhecimento é redutora e conseqüentemente problemática.

Nas linhas deste trabalho, seria um erro maior e agravante, caso tentássemos métodos equacionais, os quais, em seu limite tecnocrático, vacilam para perceber as diferenças infinitesimais das territorialidades da cidade, não ensejamos também, a pretensão de realizar ponderações totalizantes dos fluxos constantemente atualizados nesse lugar, tendemos mais ao recorte do caos (DELEUZE; GUATTARI: 1997a), a maneira de considerá-los por multifunções de uma relação paradoxal de coexistência, de constantes e incontáveis conflitos referentes aos processos de homogeneização serializados pelas subjetividades hegemônicas e processos de subjetivação criativos pelas subjetividades autopoieticas, de multiplicidades; gerando movimentos que concomitantemente se confrontam, se fundem, se anulam, se transmutam, se recriam... Processos que são desdobramentos de uma mesma instauração: a do capital. A qual se *apodera dos seres humanos por dentro* (GUATTARI: 1977, 205).

Desta maneira, a máquina capitalista, conectada incisivamente ao desejo humano, está longe de deixar indiferentes as grandes massas da população, sejam elas oriundas das classes economicamente abastadas ou das mais miseráveis, contaminando a todos desde as camadas burocratas de Estado até os indivíduos mais alheios às decisões de poder da cidade, numa autofágica relação de retroalimentação. E é neste aspecto que concordamos com a seguinte afirmativa:

todas as subjetividades diferem entre si embora obedeçam a uma idêntica vontade de realização. O problema é pôr a sua variedade em uma mesma direção, criar uma frente única de subjetividade. O projeto de construir uma sociedade nova não pode perder de vista essa dupla exigência: a realização da subjetividade individual será coletiva ou não será nada; e “para falar a verdade, cada um luta por aquilo que ama. Lutar por todos é só uma conseqüência” (Saint-Just apud VANEIGEM, 2002).

No cerne desta abordagem, podemos perceber que tanto as subjetividades hegemônicas quanto as autopoieticas, problematizadas neste trabalho, são formas diferentes de subjetivações produzidas no Capital, as quais possuem divergências que por fim são induzidas para a mesma terminação. As singularidades são cooptadas, recodificadas pelo capital, ao mesmo tempo em que novas singularidades, novos devires estão sendo criados; renovações constantes do servomecanismo maquínico capitalista imbricado com o horizonte dos desejos e das criatividade dos indivíduos. As subjetividades estão emaranhadas em fluxos de coexistência e interdependência, se repetem na diferença, apesar de ser notório que as subjetividades espetaculares se sobrepõem àquelas estéticas, ambas são partes de um universo constituído de formas dominantes e dominadas que também dominam ao mesmo tempo numa coexistência de grau.

O povo é sempre uma minoria criadora, e que permanece como tal, mesmo quando conquista uma maioria: as duas coisas [minorias e maiorias-modelos hegemônicos] podem coexistir porque não são vividas no mesmo plano [...]. Quando um povo se cria, é por seus próprios meios [...]. (DELEUZE: 1992, 214).

Diante dos paradigmas de não-homogeneização das subjetividades na cidade, aqui apresentada, evidenciamos a necessidade do arquiteto em sensibilizar outros olhares perante a cidade e suas diferenças, principalmente nos territórios não-familiares a ele, como aos territórios das baixadas. É preciso cartografar e *dançar* junto à minoria criadora, agenciar os fluxos de modo a não extinguir as experiências estéticas (*poésis*) e sim estimulá-las, observar as heterogeneidades, desejos, desvios, diversidades e não limitar-se em seu próprio universo auto-referente, mas apreender com o corpo vibrátil as intensidades/potencialidades imanentes da cidade, realizar a antropofagia, no sentido atribuído por Rolnik (1997), de modo a sobrepor estas ações no lugar da reprodução/espetacularização dos territórios urbanos. Além disso, para Guattari:

O componente estético trazido pelo arquiteto enquanto criador pode se tornar o elemento primordial no interior dos agenciamentos com mil coações funcionais, sociais, econômicas, de materiais, de meio ambiente, que constitui o objeto-sujeito arquitetural. Vê-se aqui que o paradigma ético-estético é chamado a passar ao primeiro plano. A

singularidade que se busca através de sua “projeção” deve não apenas ser reconhecida mas afirmar sua autenticidade. (GUATTARI: 1992, 163).

Deste modo, nos constantes movimentos de produção da urbe, cabe também ao arquiteto criar ambiências vivenciáveis, experimentando a errância pelas ruas da cidade como um *flâneur*, realizando desvios, deixando-se desterritorializar a fim de possibilitar novos significados aos arranjos territoriais por ele agenciados. Portanto, nos parece mais pertinente refletir criticamente sobre o que está sendo feito na produção arquitetônica atual, sobre a geração de novos modelos, paradigmas e propostas urbanas e quais os impactos sociais e ambientais que esta produção tem causado, não apenas considerando a arquitetura nos termos ditados pela sociedade espetacular, e sim ir mais além, vê-la também como construções definidas por percursos e profusões de movimento, das bases do corpo tal como defende Benjamim Constant e os Situacionistas, os quais defendem evitar a compartimentação da vida urbana pela incidência de seus elementos estáticos e inalteráveis, pois o caráter variável e móbil dos elementos arquitetônicos é condição para uma relação flexível com os eventos que neles serão vividos (CONSTANT, 1959 apud JACQUES, 2003a). Suscitar poesia e poéticas, como nos impulsiona Vaneigem (2002) e Guattari (1992), enquanto espontaneidade criadora e ato de gerar novas realidades, de realizar por excelência um gesto revolucionário das molecularidades (GUATTARI, 1977), a partir do entendimento que:

Os homens vivem em estado de criatividade 24 horas por dia. Uma vez descoberto, o uso planejado que os mecanismos de dominação fazem da liberdade remete por tabela à concepção de uma liberdade autêntica, indissociável da criatividade individual. O convite para produzir, para consumir, para organizar atualmente fracassa em recuperação a paixão de criar, que surge a partir da consciência das coações. [...] A espontaneidade é um modo de ser da criatividade, não um estado de isolamento, mas a experiência imediata da subjetividade, [...] concretiza a paixão criadora, esboça a sua realização prática, portanto torna possível a poesia [...]. (VANEIGEM: 2002, 200).

Perceber e permitir-se apreender estas poesias, espontaneidades, no sentido de desterritorializar-se de regras presentes em instituições solidificadas e nas tradicionais acadêmicas, estratificações/cristalizações de

agenciamentos reproduzidos e codificados inerentes às subjetividades dominantes acerca do fazer arquitetura, do edificar, do organizar pela regra estabelecida pelos micro-fascismos castradores da sociedade espetacular, [;] é levar em consideração os princípios existentes nos espaços informais, como nas baixadas de Belém, onde a arquitetura, assim como nas heterogênicas relações sociais ali presentes, sofrem constantes desvios, sobreposições e coexistências que evidenciam uma cidade *bricouler*, na qual a idéia de colagem, de mistura e diversidade prevalece diante do excesso de racionalidade e funcionalidade da arquitetura dura e tendenciosamente controladora, a qual impõe no canteiro de obras somente *compromissos lastimáveis sem nenhuma coordenação, conciliados com a má consciência pelas pessoas das quais o espírito está dominado pelo instrumento de medida* (FRIEDENSREICH, 1958), numa espécie de delírio do deus-voyeur.

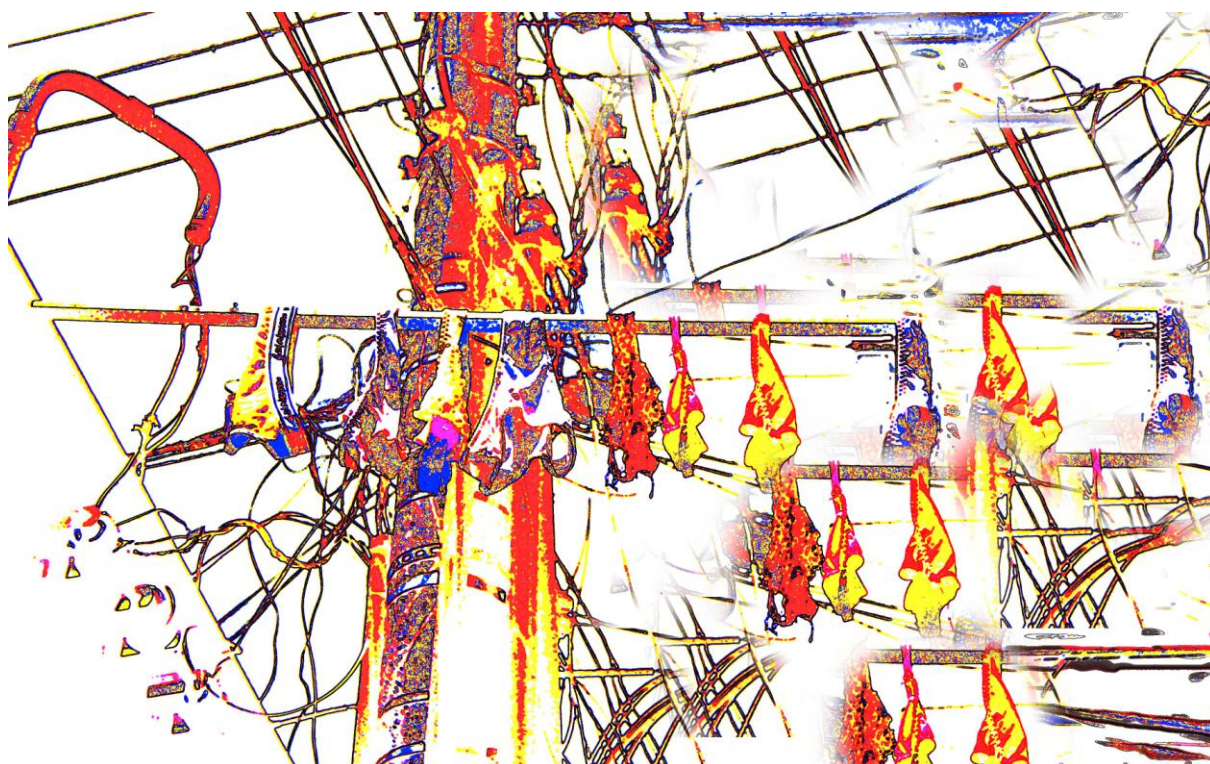
É, neste sentido, para Friedensreich (ibidem), que a impossibilidade da habitação material das favelas é ainda preferível à possibilidade das edificações e dos projetos em geral oriundos da moral da arquitetura funcional e utilitária, de caráter espetacular. Para ele, diante da falta de conhecimentos técnicos de construção presente nos espaços informais, só o *corpo do homem arrisca-se a perecer, enquanto que na arquitetura institucionalmente planejada, estratificada/enrijecida pela sociedade do espetáculo, também se perde a alma.* (ibidem).

No caso de Belém, apresentada neste trabalho, apontamos as dinâmicas geradas entre macro e micropolíticas, entre as ações homogeneizantes de controle/dominação/espetacularização da cidade, agenciadas principalmente pelo Aparelho de Estado, concatenadas àquelas heterogêneas produzidas pelas máquinas desejantes das baixadas, seja de caráter ético-estético ou de reprodução/ recodificação dos ditames da lógica capitalística, como atualização ao axioma da propriedade privada e às relações inerentes a ele, por exemplo. Nesta perspectiva, evidenciando também, que em meio aos choques instaurados entre as maneiras possíveis de existir autenticamente pelos moradores das vilas que constituem as baixadas do Jurunas e o muro da subjetividade capitalística espetacular do Projeto Portal da Amazônia, sustentado pela prefeitura local e por

empresários, *é preciso construir uma lógica – diferente da lógica habitual – para poder fazer coexistir esse muro com a imagem de um alvo que uma força matriz seria capaz de perfurar* (GUATTARI; ROLNIK: 2005, 59). Pois é no plano molecular, inclusive nas baixadas, que encontramos muito mais focos de revolução, no sentido atribuído por Guattari, em meio à aparente invulnerabilidade do capitalismo, os quais põem em relevo sua fragilidade simultaneamente ao ápice de sua potência, onde se desenvolve *um tal sistema de dependência generalizada que o menor grilo em seu funcionamento acabará, tendo talvez, conseqüências incontrolláveis* (ibidem, 207).

Neste sentido, Vaneigem nos mostra que falar de revolução sem abordar explicitamente à vida cotidiana e sem compreender o que há de subversivo nas paixões e de positivo na recusa das repressões, *é ter na boca um cadáver* (2002, 31). Mas esta revolução (perspectiva mais otimista para com a vida humana), não deve ser pensada por ramificações ou filiações arbóreas que preconizam uma finalidade estabelecida, e principalmente determinada por vetores valorativos do certo, necessário e possível, constituídos pela camada mínima de indivíduos pretensamente intitulados por intelectuais, quer dizer, a parte da sociedade que pensa suas relações... Não queremos criar expectativas ou confabulações messiânicas desta história ribeirinha, intentamos problematizar e desenhar incidências transformadoras, que são caminhos marcados pelas forças de pés frenéticos em estivas, sorrisos de crianças e sonoridades únicas dos corpos vibrantes, de vidas dançarinas e de vidas que, em suas micropolíticas, provam e imbricam, entre a pasteurização hegemônica das subjetividades e o artesanato existencial das subjetividades heteronímica, forças e contrastes mais violentos do que o maniqueísta confronto entre massas e burgueses, revolução que compreendemos aqui, ser radicalização em todos os sentidos, como a intensidade das mudanças nos quadros de Van Gogh, que ao se expressar por explosões picturais, desintegram o concreto, o sedimento, afectos que comprimem uma lógica das sensações, uma lógica das pulsões artísticas, poiésis, isso é revolução. Portanto, vale-se aqui a contribuição de continuar a tecer com o auxílio de diferentes linhas de fuga, outras histórias dos territórios belenenses, não obliterando suas particularidades,

heterogeneidades, relações sócio-espaciais construídas pelos "ribeirinhos-urbanos", em detrimento da imposição dura, homogênea e "carimbada" de uma única **H**istória da cidade, fragilmente consistente de retóricas alienantes e reproduções de discursos axiomáticos produzidos pelo Aparelho de Estado e instâncias empresariais ("síntese" da máquina: Estado-Privado/Estado-Mercado), acerca das relações da cidade com o rio Guamá, de uma Belém no sentido inverso e converso da floresta, preme de caleidoscópios de subjetividades.



ÀBELEM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção: Por que e Para quem?** Belém. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. NAEA/UFPA, 1988. In: PEREIRA, José Almir Rodrigues. Saneamento Ambiental em Áreas Urbanas: Esgotamento Sanitário na Região Metropolitana de Belém. – Belém: UFPA/NUMA, EDUFPA, 2003.

ALVES, Joana Valente Santana. **Belém: a Capital da Invasão**. 1997. 128f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), NAEA/UFPA, Belém, 1997. In: PEREIRA, José Almir Rodrigues. Saneamento Ambiental em Áreas Urbanas: Esgotamento Sanitário na Região Metropolitana de Belém. – Belém: UFPA/NUMA, EDUFPA, 2003.

AMAZÔNIA JORNAL, **Prefeito visita obras da orla de Belém, que integra o projeto “Portal da Amazônia”**. Edição de 15/08/2007. Disponível em: <http://www.orm.com.br/amazoniajornal/interna/default.asp?codigo=279170&modulo=226>. Acesso em: 11/12/2007

ARAGON, Luis Eduardo. **O Anti-Édipo não é Anti-Psicanálise**. 2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/antiedipoaragon.pdf> Acesso em: 11/12/2007

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2000.

BORJA, J (1996). **As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana**. In: FISHER, T. Gestão contemporânea. Cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, pp. 79-100

BALEIXE, Haroldo. **[mensagem pessoal]. Publicação Eletrônica**. 2008. Disponível em: <http://haroldobaleixe.blogspot.com/2008/07/belm-e-suas-margens-fluviais-ocupao.html> Acesso em: 03/09/2008

BELÉM, Câmara Municipal. Disponível em: <http://www.cmb.pa.gov.br/eportal>. Acesso em: 16.07.2007

BELÉM, Prefeitura Municipal (PMB). **Portal da Amazônia. Urbanização da bacia da Estrada Nova e orla do Rio Guamá**. Belém, Prefeitura Municipal; Secretaria Municipal de Urbanismo, mai. 2006a. 67 f. Roteiro de apresentação e discussão de audiência pública no Conselho Regional de

Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará. [Textos, imagens, vídeo, gráficos, mapas, projetos técnicos eletrônicos.] CD-ROM.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Versão oficial Portal da Amazônia.**

Belém, Secretaria Municipal de Urbanismo; Secretaria Municipal de Saneamento; Gabinete do Prefeito Municipal, 29 mar. 2006b. 5.f. Disponível em: <www.belem.pa.gov.br/app/paginas/noticia.php?id_noticia=909> . Acesso em: 10 nov. 2006

CARDOSO, Ana Cláudia. **O Espaço Alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém.** Belém: EDUFPA, 2007.

CHAVEZ, Ernani; MARIN, Rosa A.. **Imagens de Belém, Paradoxo da Modernidade e Cultura na Amazônia.** In: XIMENES, T. Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma Contribuição para a Amazônia 21. Belém, NAEA/UFPA/SUDAN, 1997.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** – São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. **Foucault.** – São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia II, vol. 1.** Trad. Aurélio Guerra Neto, et.al... – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia II, vol. 3.** Trad. Aurélio Guerra Neto, et.al... – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996b.

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia II, vol. 4.** – São Paulo: Editora 34, 1997 a.

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia II, vol. 5.** – São Paulo: Editora 34, 1997 b.

_____. **O Anti-Édipo – Capitalismo e Esquizofrenia I.** Trad. Georges Lamazière – Rio de Janeiro: Imago, 1976. Trad. Joana Moraes e Manuel Carrilha – Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

_____. **O que é filosofia?** São Paulo: Ed. 34, 1997c.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. 17ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRIEDENSREICH, Hundertwasser. **Manifesto Mofo contra o Racionalismo em Arquitetura**. (1958).

Disponível em:

<http://www2.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=41>. Acesso em: 25/06/2008.

GUATTARI, Félix. **Caosmose. Um Novo paradigma Estético**. São Paulo: ed. 34, 1992.

_____. **Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo**, 3ªEd. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

_____; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

JACQUES, Paola; FERNANDES, Ana (Or.). **CADERNOS PPG-AU/FAUFBA/ Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**. – Ano 2, número especial, (2004) – Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2004.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da Deriva - Escritos Situacionistas sobre a Cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003 a.

_____. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003 b.

LIMA, José Júlio. **Segregação Sócio-Espacial e Formação Urbana: Belém no Final dos anos 90**. In: VALENÇA, Márcio Moraes; FERNANDES, Edesio (org). **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

MANGAL DAS GARÇAS, Site oficial. In: <http://mangal.com.br/index.htm>. Acesso em: 15/12/07

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996. (Coleção Estudos Urbanos, 10). In: TRINDADE JR, Saint-Clair. A Cidade Dispersa: Os Novos Espaços de Assentamentos em Belém e a Reestruturação Metropolitana. Tese de doutorado não publicada. São Paulo:USP- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua Expressão Geográfica**. In: PARÁ, Obras Reunidas de Eidorfe Moreira. Belém, Cejup, 1989. V.1. In: TRINDADE JR, Saint-Clair. A Cidade Dispersa: Os Novos Espaços de Assentamentos em

Belém e a Reestruturação Metropolitana. Tese de doutorado não publicada. São Paulo:USP- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra.**

O LIBERAL. **Reportagens.** Disponíveis em:

<http://orlalivre.blogspot.com/2006/12/prefeitura-recorre-para-fazer-portal-o.html>

Acesso em: 11/12/2007

<http://orlalivre.blogspot.com/2007/10/projeto-da-bacia-da-estrada-nova.html>

Acesso em: 11/12/2007

<http://orlalivre.blogspot.com/2007/10/macrodrenagem-da-estrada-nova-ainda.html>

Acesso em: 11/12/2007

<http://orlalivre.blogspot.com/2007/03/desobstruo-da-orla-de-belm-o-liberal.html>

Acesso em: 11/12/2007

<http://orlalivre.blogspot.com/2007/02/missao-do-bid-chega-belm-prefeitura-de.html>

Acesso em: 11/12/2007

PARÁ, Governo do Estado. **Belém da Saudade**, Secretaria Estadual de Cultura. 1995.

PARANAGUÁ, Patrícia [et al.]. **Belém Sustentável.** – Belém: Imazon, 2003.

PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Saneamento Ambiental em Áreas Urbanas: Esgotamento Sanitário na Região Metropolitana de Belém.** – Belém: UFPA/NUMA, EDUFPA, 2003.

PESSOA, Fernando. **O Guardador de rebanhos e outros poemas.** Seleção e introdução de Massaud Moisés. São Paulo: Cultrix, 2006.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador).** - Salvador: EDUFBA, 2002.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. **Cidade e água: Belém do Pará e estratégias de reapropriação das margens fluviais.**

In: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq085/arq085_02.asp , 2007.

PROJETO DESIGN, Revista. Edição 301 Março de 2005. In: <http://www.arcoweb.com.br/entrevista/entrevista68.asp>. Acesso em: 15/12/2007

ROLNIK, Suely. **CARTOGRAFIA ou de como pensar com o corpo vibrátil.** In: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm>, 1989.

_____. **Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização.**

In: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm>, 1997.

_____. **Novas figuras do caos. Mutações da subjetividade contemporânea.**

In: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm>, 1999.

_____. **Esquizoanálise e Antropofagia:** In: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Antropesquizoan.pdf>, 1996.

SANTOS, Carlos Nelson dos. **Quando a Rua vira Casa.** São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Dário Azevedo dos. **Impactos sociais e ambientais de projeto de macrodrenagem da Bacia do Una:** Um estudo sociológico. 1998. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. Orientadora: Maria José Pompílio disponível em: http://www.ufpa.br/bc/portal/DTD/Castanha/Cast_1998/SANTOS.htm acesso: 20/12/2007

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** - São Paulo: Edusp, 2002.

SARGES, M.N. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912).** – Belém: Paka-Tatu, 2002. In: PARANAGUÁ, 2003.

SOUZA, Márcio. **Galvez Imperador do Acre.** Rio de Janeiro. Marco Zero, 1984. In: CHAVEZ, Ernani; MARIN, Rosa A.. *Imagens de Belém, Paradoxo da Modernidade e Cultura na Amazônia.* In: XIMENES, T. *Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma Contribuição para a Amazônia* 21. Belém, NAEA/UFPA/SUDAN, 1997.

TRINDADE JR, Saint-Clair. **A Cidade Dispersa: Os Novos Espaços de Assentamentos em Belém e a Reestruturação Metropolitana.** Tese de doutorado não publicada. São Paulo:USP- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

VALENTE, Mary Lucy Mendes Guimarães. **A Questão da Habitação Social na Região Metropolitana de Belém.** In: PEREIRA, José Almir Rodrigues (org). Saneamento Ambiental em Áreas Urbanas: Esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belém. Belém, NUMA/UFPA, EDUFPA, 2003.

VANEIGEM, Raoul. **A Arte de Viver para as Novas Gerações.** (1934). Coleção Baderna. São Paulo: Conrad Editora do Brasil. 2002

VAZ, Lillian Fessler. **A Culturalização do Planejamento da Cidade.** In: FERNANDES, Ana. JACQUES, Paola (org). **Territórios Urbanos e Políticas Culturais.** Cadernos PPG-AU/ FAU-UFBA. Salvador, 2004.

VEYNE, Paul. 1998. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

VIVERCIDADES, Revista. Edição de 13/06/2003. In: <http://www.vivercidades.org.br/publique222/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=520&sid=12> Acesso: 05/12/2007

WORKSHOP PORTAL DA AMAZÔNIA. 22/02/ 2006. **Relatório de Análise do GT “Urbanismo, Transporte, Legislação e Turismo”**, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Pará.

XIMENES, T. (Org.). **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: Uma contribuição para a Amazônia 21.** – Belém: NAEA/UFPA/SUDAN, 1997.